

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 17 de Novembro de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1093 • Director: Carlos Brito

EXIGÊNCIAS DOS TRABALHADORES

EMPREGO SALÁRIOS DIREITOS

Págs. 10/11



Acção nacional de protesto da CGTP



Págs. 4/5

Encontros Distritais

Conferência Nacional

Renovar e reforçar
a organização
e a intervenção do Partido
no seio dos trabalhadores

26 de Novembro de 1994
Lisboa - Voz do Operário



Pág. 7

Álvaro Cunhal em Coimbra e Aveiro

TIMOR

PCP solidário com a luta do povo maubere

Pág. 14

Leituras...

• Artigo de
Agostinho Lopes

Pág. 18

A privatização do Hospital Amadora-Sintra

Pág. 19

Eléctrico rápido para Loures

Reportagem

por Henrique Custódio Centrais

Grundig

Vitória dos trabalhadores

Pág. 11



A CGTP organizou uma manifestação contra a política do Governo

RESUMO

9 Quarta-feira

A CGTP apela aos trabalhadores, sindicatos e cidadãos em geral que lutem contra o racismo ■ É anunciado que a Portugal Telecom pretende dispensar cinco mil funcionários até 98 ■ Inicia-se o julgamento de quatro moradores de Vaqueiros pelo boicote às eleições legislativas de 91 ■ O Tribunal de Contas denuncia obras ilegais no Parlamento ■ Eduardo Catroga mostra-se aberto à retirada da proposta de lei do Orçamento de Estado para 95 a norma que permite aos hospitais ultrapassar em 8,5 por cento as dotações orçamentais ■ O Ministério da Defesa proporciona algumas imagens do afundamento do navio São Miguel ■ O ministro neozelandês dos Negócios Estrangeiros diz que vai abordar os direitos humanos em Timor-Leste, durante a APEC ■ A ONU reconhece a derrota da UNITA no Huambo ■ A cimeira franco-africana adopta o princípio de criação de uma força interafricana de intervenção ■ É anunciado que, nos EUA, o Partido Republicano venceu as eleições para o Congresso.

10 Quinta-feira

A CGTP organiza, em Lisboa, um desfile de protesto até S. Bento contra a política social e económica do Governo ■ José Cutileiro é eleito secretário-geral da União da Europa Ocidental ■ A Procuradoria Geral da República diz que os altos funcionários do Estado não podem acumular outras funções remuneradas previstas na lei ■ Cavaco Silva recusa debater as dívidas dos clubes do fisco e à Segurança Social ■ É anunciado que Suharto aceita encontrar-se com Abílio Araújo, em Jacarta ■ O Iraque reconhece o Kuwait ■ Chandrika Bandaranaike Kumaratunga vence as eleições presidenciais no Sri Lanka.

11 Sexta-feira

Carlos Carvalhas regressa de uma viagem a Itália e à Grécia ■ O PCP manifesta-se contra a privatização da gestão do Hospital Amadora-Sintra ■ Os alunos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto entram em greve ■ É divulgada uma mensagem de Xanana Gusmão, em que este põe condições a Suharto para dialogar ■ Jonas Savimbi comunica que vai enviar a Lusaca uma equipa militar para discutir o cessar-fogo em Angola ■ A Administração dos EUA confirma estar disposta a terminar o embargo marítimo às armas destinadas ao Governo muçulmano da Bósnia ■ O parlamento austríaco ratifica a adesão do país à União Europeia, a partir de 95 ■ Yitzhak Rabin diz que dentro de oito meses já se saberá se o acordo de paz com a Síria é possível.

12 Sábado

Carlos Carvalhas participa, no Porto, no IV Encontro Distrital da JCP ■ Álvaro Cunhal desloca-se a Coimbra e a Aveiro para participar em reuniões preparatórias da conferência nacional do PCP ■ Um grupo de timorenses ocupa a embaixada norte-americana em Jacarta,

para pedir aos EUA que exija a libertação de Xanana Gusmão e a autodeterminação de Timor ■ Um milhão de trabalhadores italianos manifesta-se contra a política económica do Governo ■ O ministro da Cooperação francês demite-se ■ Yasser Arafat ratifica a nomeação de dois juizes de tribunais religiosos, na Cisjordânia ocupada.

13 Domingo

Centenas de timorenses enfrentam, em Díli, a polícia de choque indonésia, contestando abertamente a ocupação do território ■ Mário Soares escreve a Bill Clinton, solicitando a sua intervenção para que 41 timorenses presos pela Indonésia sejam libertados ■ Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama discutem sobre a formação do novo Governo de Moçambique ■ A Suécia decide, em referendo, aderir à União Europeia ■ Um avião argelino é desviado para Palma de Maiorca.

14 Segunda-feira

Cunha Rodrigues denuncia, no parlamento, a falta de meios e de autonomia do Ministério Público para investigar a corrupção ■ É apresentado o Plano Nacional de Política do Ambiente, com ataques por parte dos ambientalistas ■ Agricultores de Alcobaca impedem a entrada nas suas propriedades de máquinas para a construção do gasoduto ■ Manifestações em Díli originam detenções nocturnas e 57 feridos ■ Portugal aceita receber os 29 timorenses que estão na Embaixada dos EUA em Jacarta ■ Representantes do exército governamental e da Unita encontram-se para estabelecer as condições técnicas do cessar-fogo e adiam a assinatura do protocolo de Lusaca para domingo ■ São divulgadas informações inéditas sobre a capacidade nuclear de Israel ■ A ONU decide manter as sanções internacionais contra o Iraque ■ Está iminente o ataque às favelas do Rio de Janeiro, no Brasil ■ Começa, em Lisboa, a II Conferência Internacional dos Oceanos.

15 Terça-feira

A Conferência Episcopal portuguesa contesta a política de imigração do Governo, considerando-a «apertada, extremista e radical» ■ O presidente do Instituto Politécnico da Guarda e presidente da mesa do congresso dos TSD, João Raimundo, é detido em Lisboa pela P.J. sob a alegação de instigação à violência ■ Começa, em Jacarta, a cimeira APEC sobre cooperação económica entre a Ásia e a América ■ À margem da cimeira, Suharto admite vir a realizar uma conferência sobre Timor-Leste, enquanto as ruas de Díli continuam a ser patrulhadas por tropas do regime indonésio e, em Lisboa, manifestantes timorenses entregam uma petição à Embaixada dos EUA dirigida a Bill Clinton ■ Com apenas 338 dos 672 votos expressos pelos deputados do Bundestag, Helmut Kohl é novamente eleito chanceler da Alemanha ■ Afonso Dhlakama afirma aceitar os resultados eleitorais em Moçambique que, segundo as projecções conhecidas, atribuem a vitória a Joaquim Chissano e à Frelimo.

Confiança no futuro

A «Acção Nacional de Protesto» da CGTP, que se desenrolou durante toda a semana passada, revestiu um grande significado e importância na vida política, social e económica do país.

Com efeito, centrado naturalmente nas grandes reivindicações dos trabalhadores nos domínios do emprego, dos salários e dos direitos, o Protesto Nacional procedeu, também, a uma denúncia vigorosa da criminosa actuação do Governo e do grande patronato contra o aparelho produtivo nacional e a um balanço demolidor da política social da governação laranja e sustentou a exigência de uma nova política para o País.

Foi no decorrer desta semana de luta que a administração da Rodoviária do Sul do Tejo, num significativo recuo, estabeleceu um protocolo com os trabalhadores em que se compromete à discussão das matérias por estes apresentadas, em sede de conciliação, tendo em vista um acordo honroso para as duas partes.

Foi no decorrer dela que os trabalhadores da Administração Pública conseguiram forçar o recomeço das negociações com o Governo.

Foi, finalmente, em plena semana de luta, que se verificou a grande vitória dos trabalhadores da Grundig ao verem condenada no Tribunal de Braga esta multinacional alemã e declarado «ilícito e consequentemente nulo» o despedimento por ela efectuado em Agosto de 1992.

A muito positiva participação dos trabalhadores nas diferentes acções realizadas ao longo da semana de protesto, com especial destaque para as de quinta-feira, dia 10, a consciência dos direitos e as disposições combativas manifestadas, constituem condições favoráveis e um incentivo ao prosseguimento da luta.

O Coordenador da CGTP, Carvalho de Silva, traduziu o balanço da Acção de Protesto afirmando: «Os trabalhadores estão indignados, mas não estão desesperados. Acreditam no futuro.»

Ao ouvi-lo, pensamos não só no que se passou na semana de protesto, mas também no papel da luta dos trabalhadores no fracasso do iníquo acordo de concertação social e no malogro da perigosa revisão da Constituição.

Na verdade, prosseguindo a luta, há boas razões para ter confiança no futuro.

Entretanto, não é de mais salientar a dramática situação social em que a política do Governo tem mergulhado o país.

O desemprego aumenta incessantemente. Para a grande maioria dos 400 mil desempregados, a perspectiva não é arranjar uma nova ocupação, é verem chegar ao fim o período do subsídio de desemprego e ficarem sem qualquer remuneração. Alastram os salários em atraso. Generaliza-se a precarização do emprego. A insegurança em relação ao trabalho é hoje o sentimento comum entre as famílias trabalhadoras. Este sentimento de insegurança é ainda agravado pelas manobras desestabilizadoras que as autoridades governamentais desenvolvem em relação à segurança social.

Ao mesmo tempo, o Governo teima em querer forçar o empobrecimento da

A confiança no futuro significa a luta determinada para, aproveitando as condições favoráveis que se desenham, reforçar o PCP e as suas posições eleitorais, como a forma mais consistente de trabalhar para uma alternativa democrática no Governo e na política do país.

população laboriosa pretendendo impedir que os salários subam acima da inflação e aumentando os impostos, tanto indirectos (de 16 para 17% a taxa normal do IVA), como os directos (a actualização do IRS que se vai traduzir num aumento da carga fiscal sobre os rendimentos salariais).

A propósito deste quadro, a resolução político-sindical aprovada pelos participantes, em Lisboa, na Jornada de Luta de 10 de Novembro, comporta, em relação ao distrito da capital, um balanço assustador para os últimos 12 meses: cerca de 60 empresas encerradas ou à beira de falir; mais cerca de 25 mil desempregados; mais de 7 mil trabalhadores com salários em atraso.

No plano económico, não têm consistência os sinais de retoma tão reclamados pelo Governo, pois não assentam numa dinamização interna da economia nacional mas apenas na procura externa e nos efeitos dos fundos comunitários.

Entretanto, prosseguem os atentados contra o aparelho produtivo nacional e o emprego de muitos milhares de trabalhadores por parte dos grandes grupos capitalistas que, com a cumplicidade e

o apoio do Governo, continuam a pretender sacrificar importantes unidades industriais em tenebrosas operações especulativas, como acontece com os Mellos em relação à Setenave-Solisnor.

Tal é, numa breve anotação, o estado lamentável a que 9 anos de governação de Cavaco Silva, 7 dos quais com maioria absoluta, conduziram o nosso país.

A confiança no futuro significa generalizar a consciência deste completo fracasso da governação do PSD e da direita e lutar com grande determinação para os arrear e substituir no poder, se não antes, nas eleições legislativas do próximo ano.

É claro que o PSD se prepara e manobra das formas mais capciosas, não só para se aguentar no Governo mas até para disputar uma nova maioria absoluta.

Convém, no entanto, perceber que os estranhos acontecimentos que se verificam no interior do partido do Governo não são só «dramatização» eleitoralista. Traduzem sérias dificuldades, contradições, confrontos entre interesses e clãs rivais.

Isto aplica-se tanto ao «silêncio» a que Cavaco Silva se remeteu (até 95) sobre o seu futuro político e às reacções alarmadas dos «barões» que tal atitude provocou, como aos confrontos entre os mais influentes «laranjas» a propósito do pagamento das dívidas ao fisco por parte das empresas e dos clubes de futebol e ainda a guerra dos clãs do PSD, na Guarda (que outras não haverá?), incluindo listas negras, ameaças de morte e contratação de capangas para matar.

O movimento dos trabalhadores e as forças democráticas não podem deixar de esclarecer e de tirar todas as conclusões perante o país do estado de apodrecimento a chegou o PSD após 15 anos de Governo e que torna imperativa a sua substituição.

O fracasso e a degradação do cavaquismo, que hoje tão indiscutivelmente se confirmam, colocam ainda com mais força perante o país a necessidade da alternativa. É tempo de trabalhar para ela com redobrada vontade e também com a firme disposição de combater todas as ilusões que possam prejudicá-la.

A confiança no futuro significa a luta determinada para, aproveitando as condições favoráveis que se desenham, reforçar o PCP e as suas posições eleitorais, como a forma mais consistente de trabalhar para uma alternativa democrática no Governo e na política do País.

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Roxa — Limbó — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B. L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00;

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

A encavacação

Encavacação, dizem os dicionários, é o acto ou efeito de encavacar, de amuar, de ficar embaraçado.

Além da feliz analogia com o nome do Primeiro-Ministro, parece não haver melhor palavra para traduzir a conjuntura sumamente caricata em que Sua Excelência mergulhou o PSD, a sua maioria parlamentar, o seu Governo, os seus barões e, claro, as suas numerosas clientelas.

Aplica-se como uma luva tanto ao misterioso silêncio - «o tabu» - a que Cavaco Silva anunciou remeter-se (até ao congresso de Março) em matéria referente ao seu futuro político (liderança do partido, candidatura a S. Bento ou candidatura a Belém), como à embaraçosa ansiedade em que se debatem as hostes laranja perante este pretenso amuo do seu chefe.

A encavacação, seja qual for a saída, representa, também, uma indisfarçável crise do cavaquismo.

Entretanto, os «barões» sofrem e alguns revoltam-se por esta inesperada incerteza sobre o dia de amanhã, susceptível de comprometer tantos projectos e negócios susceptíveis.

Vão desde a súplica até à reclamação e à exigência junto do líder para que que-

bre o mutismo. Alguma comunicação social comoveu-se especialmente com a rudeza com que o «barão» do Porto, Luís Filipe Menezes, confessou o seu desamparo ao excluir: «Eu, quando vou para um combate, quero saber quem é o meu general.»

Mais contundente, Marcelo Rebelo de Sousa atirou, entre outras acusações a Cavaco: «este compasso de espera pode retardar a retoma económica em Portugal.»

A linha dominante é, no entanto, a que prevaleceu no almoço, promovido pelo secretário-geral do partido, entre o líder e os presidentes das distritais do PSD que lhe pediram quase de joelhos: «Fica, Cavaco, e nós seremos os teus servos... quanto mais remunerados melhor!»

Ao contrário do que o Primeiro-Ministro anda por aí a dizer, que «só se preocupa, neste momento, com a economia e a retoma», tudo indica que aquilo que verdadeiramente o mobiliza na ocasião, com o sacrifício de tudo o mais, é começar por impor ao seu próprio partido os seus planos para as legislativas e para as presidenciais, com vista a preparar as condições para a disputa da terceira maioria absoluta.

E quase certo que o almoço da passada quarta-feira com os 21 presidentes das distritais do PSD vai originar 21 almoços em cada uma das distritais e estes, depois, os almoços das concelhias, etc. O figurino não é novo, até Salazar o usou.

É muito provável que, ao mesmo tempo, Cavaco queira arranjar maneira de dar a ideia de distanciamento em relação ao lado mais negativo da sua própria governação - a corrupção, o clientelismo e o nepotismo - e que com esse objectivo abandone a presidência do PSD.

Tudo fita!

Não haja ilusões, o pretenso amuo de Cavaco Silva não é cansaço do poder, é apego ao poder e sede de mais poder.

Neste sede de poder não há interesse nacional que seja respeitado. É o próprio país que é afectado pela encavacação.

Como sentenciava há tempos um conterrâneo do Primeiro-Ministro: «Quem se mete com o Cavaco, mais dia menos dia fica encavacado.»

■ Carlos Brito

IndependenteMENTE

Sob o imaginativo título «Leilão Vermelho», o «Independente» de 11.11.94 notícia que «os comunistas decidiram pôr à venda o seu património artístico». Assim. Sem mais nem menos. Sic. A bombástica revelação - carregada do dramatismo sensacionalista em que o referido semanário, e outros seus pares cultores da informação-espectáculo, são especialistas - vem acompanhada de um vasto rol de exemplos confirmativos, todos eles bebidos - bem bebidos - nas limpidas fontes que usualmente regam estas situações: «ao que soube», «segundo soube o Independente», «como nos disse um dirigente comunista», «sabe-se que».

Garantem-nos as fontes vertidas no Independente que o «leilão vermelho» incluirá «quadros que decoravam a sede comunista da Avenida da Boavista, no Porto, e outros vindos da colecção existente na sede central do PCP»; e ainda outros que se encontravam «dispersos por vários centros de trabalho de Lisboa entretanto desactivados»; e ainda outros que «faziam parte da decoração da Quinta de São Sebastião»; e ainda outros «que».

Ou seja: segundo a fidedigna informação do Independente, «o património artístico» do PCP vai ser mandado às urtigas, boçalidade que, não surpreendendo, por óbvias razões, o referido semanário, lhe proporcionou certamente uma saudável preocupação e justíssimos pruridos culturais.

Estou em crer, mesmo, que foi a intensidade dessas preocupações e desses pruridos a grande responsável pelo facto de o Independente ter noticiado, com aparato sensacionalista, um evento que não só não virá a concretizar-se como nunca passou pela cabeça de qualquer militante do PCP vir algum dia a concretizar-se.

Garanto ao Independente que não vai haver qualquer leilão (nem vermelho nem de qualquer cor) no Centro de Trabalho Vitória.

Posso garantir, ainda, ao Independente que todas as obras que integram a Exposição-Venda que terá lugar no Espaço Cultural do C.T. Vitória, de 16 de Novembro a 21 de Dezembro, ou foram expressamente entregues para esse fim pelos artistas convidados ou são obras que integraram a Expo-Venda de 1993.

Garanto-lhe, também, que o PCP não tem nem terá à venda qualquer obra do seu valiosíssimo património artístico e não venderá qualquer obra oferecida ao Partido com o objectivo de integrar esse património.

E, já agora, permito-me avançar a ideia de que o Independente não perderia nada em corrigir, na sua próxima edição, a mentira divulgada na edição da semana passada. Por respeito pelos seus leitores. Que o merecem. Por respeito pelo PCP. Que o merece. Por respeito pelo próprio Independente. Para que o mereça.

■ José Casanova

JPM e a perda do impulso

Há frases que valem por um verdadeiro programa e J. Pina Moura, depois do que escreveu no *Público* de há três dias, pode bem gabar-se da pérola: (...) «a interrupção (sic) do processo de revisão constitucional - se bem que frustre as expectativas imediatas (resic) de uma reforma do sistema político - constitui uma «decepção» (re-resic) com futuro, na medida em que persistem e continuarão presentes as causas que a tornam uma opção inadiável (...) que voltará, com toda a probabilidade, ao centro da agenda política logo após as legislativas do próximo ano».

Anote-se a delicadeza aveludada da palavra «interrupção», para designar um caso de notó-

rio e constrangido aborto na gravidez constitucional em que o PS e o PSD se envolveram, por iniciativa (lamentável) do primeiro. E o propósito, que ela resume, de continuar depois das legislativas o que, à aproximação das eleições, se pretende que seja ocultado.

Quanto à descrita «frustração» e «decepção» perante o gorar das «expectativas imediatas» de acordo com o PSD (condição incontornável, como se sabe, para os dois terços de votos na AR necessários para alterar a Constituição), sem dificuldade se capta a sua sinceridade.

Não se consumou, na realidade, a reengenharia bipolarizada assumida sob a capa do «aperfeiçoamento do sistema eleito-

ral», que «se afigurava já como irreversível» ao dirigente do PS José Lamego (*Público* 7.7.94). Nem o PS conseguiu restringir a utilização constitucional de moções de censura, com o objectivo de isentar do juízo da Assembleia da República um eventual governo minoritário por si apoiado.

Fracassado o propósito político essencial do PS, regressa agora o verbalismo em torno da chamada «reforma do sistema político».

O facto de tal «reforma» ter sido concebida pelo PS como susceptível de colher o apoio do PSD (e de J. Pina Moura ter chegado a elogiar o CDS por abrir com o PS «o processo de reforma do sistema político» -

Público 19.7) tinham já feito luz sobre a natureza essencial da questão.

A afirmação, agora, que essa «opção (...) voltará, com toda a probabilidade, ao centro da agenda política após as legislativas do próximo ano», e que ela constitui o «fulcro de um novo impulso democrático» assume, assim, um sentido programático difícil de eludir: depois das legislativas, nova gravidez do PS à direita.

Não se vai tornando dia a dia mais claro que uma alternativa democrática e de esquerda, passa pela derrota da direita e dos que sonham com um novo bloco central pós-cavaquista?

■ Edgar Correia

CUBA SIM

Bloqueio não

A

comunidade internacional condenou recentemente, através de uma resolução da A.G. da ONU, o bloqueio norte-americano a Cuba que já dura há mais de 30 anos. É pela 3ª vez consecutiva que uma maioria sempre crescente de Estados (59 em 1992; 88 em 1993 e 101 em 1994) condena a política dos EUA face a Cuba. Também tem sido decrescente o reduzido número de Estados (4 em 92; 3 em 93; 1 em 94) que se mantêm fiéis aos EUA nesta matéria. Perante tão inequívoco e significativo isolamento, não se deve permitir aos EUA que contínuem a impor a sua política de grande potência.

A

resolução agora aprovada ao exprimir preocupação por Estados membros da ONU «continuarem a promulgar e aplicar leis cujos efeitos no exterior afectam a soberania de outros Estados (...) e a liberdade de comércio e navegação» encerra em si mesma uma crítica ao sistemático desrespeito pelas anteriores decisões da A.G. da ONU. Coloca-se pois na ordem do dia a urgência de, no plano institucional das Nações Unidas e de cada Estado, se tomarem medidas necessárias para que se passe da letra dos documentos à sua aplicação efectiva.

Só assim a importante vitória política alcançada pelo povo cubano com esta resolução - após ter derrotado as provocações do Verão passado (recusa de vistos, refúgio nas embaixadas, «balseros», distúrbios nas ruas da capital) - terá tradução na vida de Cuba. A normalização das relações comerciais de Cuba com o resto do mundo permitirá ao povo cubano fazer frente à situação extremamente difícil e precária que hoje vive. Trata-se pois de uma exigência premente em que Cuba conta com o apoio dum poderoso movimento internacional contra o bloqueio.

A

sumindo características, amplitude e expressões diversas consoante as organizações e personalidades que em cada país tomaram nas suas mãos a luta contra o bloqueio, tal movimento engloba também tomadas de posição do Parlamento Europeu, da Cimeira Ibero-americana, do Movimento dos Não-alinhados, do Parlatino e de vários parlamentos nacionais, em que se inclui a nossa Assembleia da República.

Com motivações e intenções distintas e diferenciadas, a conjugação de tais posições, com o esforço sincero de solidariedade de 1600 organizações em todo o Mundo, reflecte não apenas a condenação da ilegalidade, injustiça e desumanidade do bloqueio, mas também o respeito por Cuba na sua luta sem tréguas pela defesa da sua soberania e independência.

E

m Portugal, o movimento contra o bloqueio adquiriu este ano importante dinâmica e expressão pública. Cresceu o papel e influência da Associação de Amizade Portugal-Cuba. Criou-se a Comissão Nacional contra o bloqueio. A Assembleia da República tomou posição. Só o Governo continuou a abster-se na ONU, revelando assim o traço seguidista e subserviente da sua política externa.

O nosso Partido influenciou e foi influenciado por tal movimento. Mas a nossa solidariedade vai mais fundo. Baseia-se na amizade e cooperação que mantemos com o Partido Comunista de Cuba que dirige, com confiança e determinação, uma fase extraordinariamente contraditória e complexa do seu processo revolucionário, mantendo o socialismo no horizonte. O que faz de Cuba exemplo e estímulo para a luta dos trabalhadores e dos povos.

M.B.

V Encontro Distrital da Organização de Lisboa da JCP Conhecer melhor a realidade para reforçar a luta dos jovens



O acompanhamento dos processos de luta estudantis é uma das prioridades do trabalho da JCP

Sob o lema «Acção no presente com confiança no futuro» vai decorrer no próximo domingo, no Centro de Trabalho Vitória, o Encontro Distrital de Lisboa da JCP, cujos organizadores pretendem transformar num momento de «afirmação dos comunistas, pela sua capacidade de analisar as situações, ter propostas e traçar as suas linhas orientadoras para a acção e para a luta».

Nesta reunião, que surge numa altura em que a estrutura juvenil comemora 15 anos de existência, os jovens comunistas de Lisboa vão eleger os organismos de direcção distrital e pretendem que a reunião seja, ao mesmo tempo, «um grande momento de convívio» entre militantes e amigos da JCP.

Em nota distribuída à imprensa, afirma-se ser este «um momento em que se agravam as condições de vida de milhares de jovens, disponibilizando-se para acções de luta mais gerais de combate a esta política do Governo Cavaco Silva/PSD, por melhores condições de trabalho e estudo».

Estas são razões para que a JCP, «enquanto organização revolucionária de juventude», procure «conhecer melhor a

realidade juvenil, as transformações havidas de há poucos anos para cá, definir propostas e reivindicações e traçar

O objectivo primordial do Encontro é que dele «saia uma organização mais sólida, virada para a acção política e para a intervenção junto dos jovens do distrito».

linhas para a sua intervenção e acção política», lê-se.

Trabalhadores e estudantes

A situação dos jovens trabalhadores do distrito merecerá particular destaque na discussão que os jovens comunistas vão fazer no Centro Vitória.

Assim, serão abordados temas como a situação de grande precariedade dos vínculos contractuais, o desemprego, baixos salários, discriminações sociais e afronta de direitos, factos que se fazem sentir em particular sobre a juventude trabalhadora.

Também a situação dos estudantes será abordada com profundidade, sendo aqui os temas os que têm a ver com o ensino secundário, a má aplicação da Reforma do Sistema

Educativo, a falta de condições de estudo, falta de segurança nas escolas, etc.

Mas o objectivo primordial do Encontro é que dele «saia uma organização mais sólida, virada para a acção política e para a intervenção junto dos jovens do distrito».

«Uma organização capaz de traçar as suas

prioridades e concretizá-las, com consciência das dificuldades e insuficiências actuais, mas também confiante nas suas possibilidades e potencialidades materiais e, sobretudo, nos activistas e militantes», lê-se na nota, que conclui: «uma organização que, actuando hoje, tem condições para olhar com confiança o futuro».

JCP quer bloquear Indonésia

A Direcção Regional do Algarve da Juventude Comunista Portuguesa (JCP) exigiu a imposição de um bloqueio económico internacional à Indonésia.

Num comunicado a propósito do terceiro aniversário do «Massacre de Díli», os jovens comunistas algarvios exigem ainda «uma posição de força por parte da ONU em relação a Indonésia» e o embargo internacional de venda de armas àquele país.

A retirada total e imediata da Indonésia de Timor-Leste e o reconhecimento internacional de Timor-Leste como um estado soberano, «com direito a decidir o seu próprio destino», são outras das exigências da JCP/Algarve.

A JCP defende que o Governo português deveria «ter um papel mais interveniente, especialmente junto dos Estados Unidos da América, União Europeia e ONU».

Esse papel, segundo os jovens comunistas algarvios, deveria ser de pressão tendo em vista o cumprimento das resoluções tomadas pela ONU, de modo a pôr fim à ocupação ilegítima de Timor-Leste pela Indonésia e assim garantir a independência e a autodeterminação do povo timorense.



Encontro Distrital de Santarém Aumentar a capacidade de intervir no distrito

Realizou-se no sábado, no Centro de Trabalho do PCP de Abrantes, o Encontro Distrital da Organização de Santarém da Juventude Comunista Portuguesa, com o objectivo de analisar os problemas locais e nacionais da juventude, preparar a intervenção futura dos jovens comunistas no distrito e

eleger a direcção distrital da estrutura. Neste encontro, concluiu-se ser necessário aumentar a capacidade de intervenção da JCP, multiplicando o número de iniciativas próprias a realizar na região e promovendo debates sobre matérias de interesse para os jovens, sejam estudantes ou trabalhadores.

Os participantes neste Encontro decidiram igualmente procurar melhorar a intervenção da Juventude Comunista junto dos trabalhadores-estudantes, dinamizando as lutas em torno dos problemas concretos dos jovens neste sector.

Outra ideia defendida neste Encontro foi a de, pelo menos, manter o nível de divulgação junto dos estudantes do ensino secundário das posições e propostas dos jovens comunistas - junto dos quais, nos últimos anos, as propostas da JCP são bem acolhidas - nomeadamente acerca do acesso ao ensino superior, gestão escolar, avaliação e condições de ensino.

Também um aumento do número de convívios promovidos por esta estrutura juvenil foi advogado neste encontro, que definiu como uma das áreas prioritárias da sua intervenção, a dinamização do associativismo juvenil.

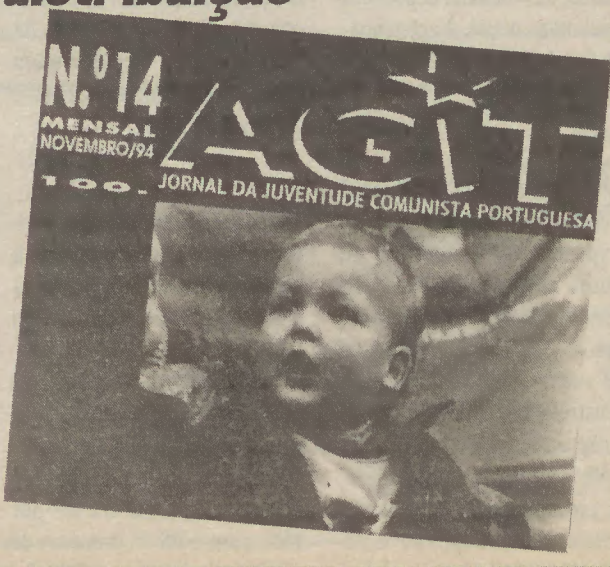
No final do encontro, foi eleita a Direcção Distrital da JCP, composta por 15 elemen-

«Agit» procura melhorar distribuição

O colectivo que produz o «Agit», o jornal periódico da JCP, enviou a toda a estrutura um comunicado onde se realça a «extrema importância para uma organização política como a JCP» da existência da publicação, «já que pode contribuir de forma decisiva para a sua afirmação e consolidação, tanto no seu seio como no meio exterior».

«Para que tal aconteça da maneira mais eficaz possível, será necessário, primeiro de tudo, implementar toda uma nova política de distribuição, juntamente com uma consciencialização de todos os camaradas para a necessidade da compra, venda e divulgação do jornal da JCP», lê-se na nota.

«Para levar toda esta acção concertada a bom termo, o colectivo do «Agit» chama a atenção para a importância de cada colectivo escolher um responsável para coordenar o escoamento do jornal, de maneira que melhor parecer a esse mesmo colectivo», conclui-se.



IV Encontro Distrital da JCP no Porto

Valorizar a acção e as lutas juvenis

Num ambiente de grande fraternidade e solidariedade realizou-se no passado sábado, na Escola Preparatória do Cerco, o IV Encontro Distrital do Porto da JCP com a participação de 150 jovens que discutiram, alteraram e aprovaram três documentos: dois sobre o Ensino Secundário e Superior e um terceiro sobre a Juventude Trabalhadora e o Trabalho Local. O IV Encontro discutiu, também, o reforço da organização e da intervenção da JCP e elegeram os organismos de direcção.

No final do Encontro, interveio o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas que, perante uma assistência entusiasmada, referiu aspectos do debate relativos à situação da Juventude do distrito do Porto que dão mais força à necessidade de uma alternativa política ao Governo do PSD/Cavaco Silva.

O debate, vivo e aberto, demonstrativo da influência e intervenção crescentes da JCP na vida estudantil, associativa, sindical e social, espelhou, de facto, a realidade da juventude do distrito do Porto onde trabalham cerca de 120 mil jovens com menos de 25 anos (indústria e serviços) e com uma população estudantil de uma larga centena de milhar (secundário e superior público e privado) que se debatem no dia-a-dia com os problemas causados pela desastrosa política juvenil do governo ao nível da instabilidade do emprego, baixos salários, formação profissional inadequada, falta de estímulo e mesmo boicote à valorização dos TEs,

escolas sem condições, falta de equipamentos, estrangulamentos financeiros, com uma política educativa que tem por base a alienação dos deveres sociais do Estado.

Não à política do Governo

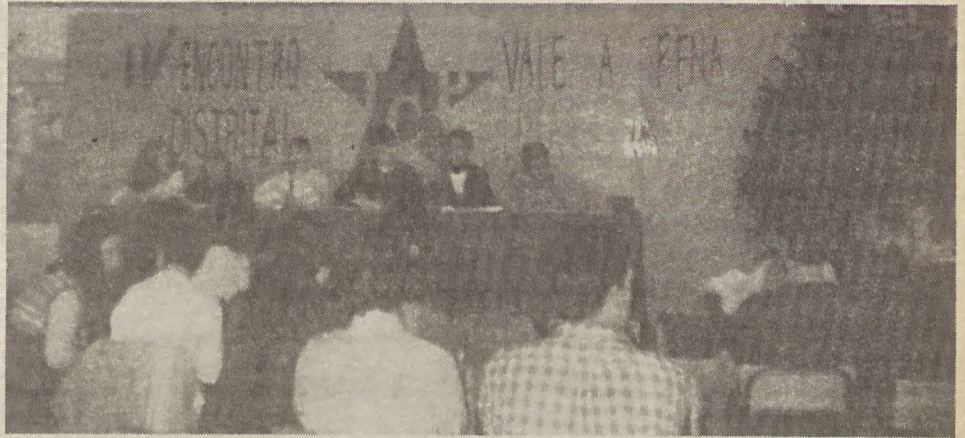
Durante o debate, ficou claro o descontentamento da juventude do distrito e o rotundo NÃO à política do governo com exemplos vivos das lutas da juventude trabalhadora na participação em greves e outras iniciativas, das lutas estudantis de que são prova as enormes movimentações do ano passado contra a política educativa do governo (provas globais, acesso ao ensino superior, propinas, financiamentos) e, já neste ano, na abertura do ano escolar. O debate clarificou, também, a atitude da JSD no distrito, da tentativa de instrumentalização do movimento associativo, de que são

«testas de ferro» a FAESDP e a FAP (criadas pela JSD e o Governo) que outro objectivo não têm que o boicote à luta dos estudantes.

O IV Encontro distrital do Porto da JCP aprovou três documentos que têm como



principais linhas a dinamização da iniciativa, a acção e luta juvenil e estudantil, o reforço da intervenção, a actividade e autonomia do movimento juvenil bem como a organização e intervenção própria da JCP, aos vários níveis. O reforço do debate e a formação política e ideológica, assim como, a participação da Juventude CDU nas pró-



ximas eleições legislativas foram outras linhas de acção também aprovadas.

Timor presente

Ponto importante neste Encontro foi a solidariedade internacionalista com a presença de uma delegação da Juventude da FRETILIN que, através da sua intervenção, deu o testemunho da luta e resistência do povo timorense e particularmente da sua juventude, pela autodeterminação. Ponto alto foi também a aprovação de uma moção de solidariedade para com o povo Cubano.

Foi igualmente aprovada uma moção sobre os 20 anos do 25 de Abril que retrata bem a vitalidade dos seus ideais.

O Encontro finalizou com um grande convívio de confraternização e comemoração do aniversário da JCP.

Saudação

20 anos do 25 de Abril

Depois de 48 anos de ditadura, de um povo subjugado pela força de um regime fascista, a liberdade floresceu na madrugada de 25 de Abril de 74. Dessa época ficaram imagens: o povo na rua, a libertação dos presos, a perseguição dos PIDE's, a ansiedade pelo fim da guerra, os jovens capitães, a fuga dos capitalistas, a baixa dos preços, as nacionalizações, a reforma agrária, a campanha de alfabetização, a «limpeza das estátuas», o florescimento dos infantários, a solidariedade e a vida a renascer.

Para os jovens de hoje ficou muito mais: ficaram as conquistas, as liberdades, tudo aquilo que foi conseguido a muito custo e pelo qual muitos lutaram, até que fosse possível a concretização do sonho de um povo que não queria mais do que poder dizer que era português sem sentir vergonha por isso.

A JCP congratula-se por fazer parte de uma geração de jovens para os quais o 25 de Abril foi o abrir das portas para uma vida plena, onde é possível pensar, crescer, conviver, estudar, trabalhar, reivindicar e modificar. Uma vida em que cada dever e direito é possível de ser contestado e alterado.

A JCP saúda assim todos aqueles que tornaram possível a conquista da liberdade, que permite a cada um de nós exprimir a sua vontade. Saúda também todos aqueles que reforçam as conquistas de Abril, não permitindo o renascer dos tempos antigos.

Abril está vivo em cada um de nós. Nós, jovens, devemos sempre reafirmar as conquistas de Abril.

Vivam as conquistas de Abril! Viva o 25 de Abril!

Moção

Timor Leste

Timor Leste é a metade oriental da ilha de Timor, situada no arquipélago de Sonda, e foi até 25 de Abril de 1974 a mais distante colónia portuguesa.

Com a «Revolução dos Cravos» de 74, Timor-Leste iniciou o seu processo de descolonização, contando para isso com a iniciativa da FRETILIN, principal força contra o colonialismo português.

No entanto, o direito à autodeterminação do povo de Timor-Leste embateu contra a prepotência Indonésia, que sempre viu em Timor uma fonte de recursos económicos. Assim, a 7 de Dezembro de 1975, a Indonésia, com o apoio australiano e americano, anexou o território timorense, transformando-o na sua 27.ª província.

Desde então, o povo timorense tem sofrido diversos atentados à sua dignidade, não tendo liberdade religiosa, de expressão, política, etc. O ponto alto dos atentados indonésios a Timor-Leste aconteceu a 12 de Novembro de 1991, data do desumano massacre a Díli, do qual o mundo inteiro teve conhecimento através de imagens transmitidas nos meios de comunicação social.

A partir de 1991, levantaram-se vozes de protesto a vários níveis – o governo português, que até então estivera vergonhosamente passivo, só depois de tão violento massacre reclamou demagogicamente o direito à independência de Timor-Leste; também na ONU foram tomadas resoluções com vista a esse fim. No entanto, 3 anos passados do massacre, 20 anos depois da Revolução de Abril, o povo timorense continua subjugado pela força do regime prepotente da Indonésia, com a conivência da Comunidade Internacional.

A JCP, assim como o PCP, sempre manifestaram o seu repúdio pela invasão indonésia a Timor, defendendo o direito à liberdade e autodeterminação do povo timorense.

A JCP repudia fortemente todos aqueles que, podendo fazer alguma coisa, deixam passar em branco a situação do povo Timorense, negando-lhe o direito à autodeterminação. A JCP não deixa de afirmar mais uma vez a sua solidariedade com a luta do povo Timorense, considerando que todos os povos têm direito à sua autodeterminação, e que Portugal tem um forte papel a desempenhar na defesa da independência de Timor Leste.

Viva a luta do povo timorense!

Viva Timor-Leste!

Moção

Cuba sim, Bloqueio não

O Bloqueio Americano a Cuba dura há 32 anos!

Ao longo de mais de três décadas, têm sido várias as razões invocadas pelos norte-americanos.

Primeiro, o Bloqueio foi justificado como represália contra as Nacionalizações de empresas norte-americanas, determinadas pelo governo cubano nascido da Revolução, apoiado pela maioria do povo Cubano.

Depois, argumentaram com a ameaça que representava a existência de um regime comunista, às portas dos EUA.

Agora sustentam que é uma medida necessária para «restaurar a democracia» em Cuba.

Como podem os EUA falar de Democracia?

Como se atrevem a falar de Democracia?

Todos nós conhecemos muito bem as ideias democráticas dos americanos, por exemplo em relação ao Haiti, ou em relação ao conflito do Golfo, em relação, aos ainda recentes acontecimentos na Somália. Todos nós conhecemos quem são os americanos!

A situação da economia cubana, foi-se degradando com este bloqueio, ficando numa situação extremamente difícil com a queda dos regimes socialistas do Leste. A economia cubana sobrevive em condições difíceis que seriam ultrapassadas com o levantamento do Bloqueio norte-americano. Bloqueio que, para além de violar a legislação internacional, condicionando a liberdade de comércio, a liberdade de relações também é contra o direito do povo cubano de ter uma vida digna.

Muito se falou em Agosto naquilo que ficou conhecida pela crise dos Balseros. Os órgãos de comunicação social, muito especularam sobre as razões de ordem política que motivaram a saída dos cubanos para os EUA. Mas pouco se reflectiu. É, de facto, mais fácil atribuir culpas ao regime comunista cubano, dizendo que o povo está descontente, e por isso emigra. É fácil que Fidel Castro é um ditador. Mas então como se explica a grande manifestação de centenas de milhar de cubanos que recentemente envolveram e acompanharam Fidel Castro? A verdadeira causa da emigração, é sem dúvida, o Bloqueio norte-americano, porque a recuperação económica de Cuba torna-se lenta, incerta e de consequências sociais cruéis. O Povo cubano tem direito, como qualquer outro povo do mundo, a ter uma vida digna, por isso emigra em busca de melhor sorte, como acontece também em alguns países capitalistas.

Os EUA querem fazer crer que a Revolução cubana fracassou. Mas serão sintomas de fracasso todas as conquistas sociais do Povo cubano? Por exemplo, em Cuba, o analfabetismo que durante a ditadura de Fulgêncio Batista que era de cerca 23,6% foi praticamente erradicado, e

neste momento pode-se mesmo afirmar que é inexistente e está garantido a todos o acesso a todos os graus de ensino. No campo da saúde, Cuba conta actualmente com 22 021 médicos de família que dão assistência a cerca de 90,9% da população. Para cada 120 famílias existe uma equipa formada por um médico, uma enfermeira e um brigadista voluntário. Este sistema de saúde pública, gratuito, tem resultado no melhoramento espectacular dos índices de saúde dos cubanos. Neste momento a esperança de vida em Cuba é das mais altas em todo o mundo.

O ensino, a saúde, a assistência social, as conquistas laborais, o desporto, a investigação científica e o prestígio internacional de Cuba são sintomas, não de fracasso mas antes triunfos da Revolução. Poderiam também ser sintomas de sucesso e de desenvolvimento social se não existisse Bloqueio.

Apesar das condições bastante duras em que se vive, Cuba continua a ter uma grande base de apoio na sua população.

A imensa maioria da população Cubana tem orgulho e amor por Cuba, e apoia os seus dirigentes, livremente eleitos. Cerca de 97,4% dos cubanos deram o seu apoio aos candidatos apresentados pelo PCC, nas eleições realizadas em 1993. O Povo cubano trabalha, sofre e resiste sempre aos obstáculos impostos. Os jovens expandem a produção nos campos e reflorestam as montanhas. Todo este esforço heróico vai levar o seu tempo a sentir-se no dia-a-dia dos cubanos.

Cuba não está isolada do mundo.

Um pouco por toda a parte, o apoio a Cuba vai-se fazendo sentir.

A JCP do distrito do Porto, também está solidária com o povo Cubano.

A JCP também partilha da opinião de que o Bloqueio norte-americano tem de acabar.

A JCP diz: basta de prepotência dos Estados Unidos, Cuba também tem direito a ser um país soberano.

A JCP através do seu espírito de solidariedade internacionalista apoia incondicionalmente os Jovens cubanos na sua luta contra todas as dificuldades para o seu normal desenvolvimento.

A JCP deixa aqui uma mensagem a todos aqueles que pensavam que com a queda do bloco de Leste, Cuba se iria afundar cada vez mais: «o povo Cubano está nesta luta, tal como a luta entre David e Golias, com determinação, com um esforço heróico, com a incerteza de vencer. Mas o povo Cubano demonstra que não é impossível vencer o confronto.

A JCP sabe bem que, se o Bloqueio norte-americano continuar, a situação em Cuba se irá agravar. Mas a JCP também sabe que o povo Cubano irá resistir «Hasta Siempre».

EPAL em debate, sábado no Vitória

Água é serviço público

O estudo encomendado para justificar a privatização só estará concluído em Fevereiro, mas a administração nem espera por isso

Depois de amanhã, a partir das 15 horas, a célula do PCP na EPAL promove, no centro de trabalho Vitória, um debate sobre as questões actuais da empresa e a problemática do abastecimento público de água. Contando com a

presença do camarada **Agostinho Lopes**, da Comissão Política e do Secretariado do CC, a iniciativa reveste-se de especial interesse, sobretudo para os trabalhadores da EPAL. Mas a verdade é que os consumidores têm igualmente

todos os motivos para estarem de sobreaviso quanto ao futuro que o Governo prepara para a distribuição de água na Grande Lisboa.

O plano...

O conselho de administração da EPAL, com a cobertura

superior do Governo, anunciou recentemente que vai elaborar um «Plano de Desenvolvimento Estratégico e Organizacional» para a empresa. Fez ainda saber que, para «apoiar» tal tarefa, solicitou os serviços de Roland Berger, apresentado como presidente da maior empresa europeia de consultoria de alta direcção. Pouco depois, em entrevista a um semanário português, este especialista deu a conhecer algumas das suas ideias, de forma tão clara que a célula do PCP, em comunicado aos trabalhadores onde citava alguns parágrafos, sugeria ao conselho de administração que divulgasse toda a entrevista aos trabalhadores da EPAL.

Vale a pena deixar aqui algumas dessas afirmações de Roland Berger, que mostram o que poderá ser o seu apoio no plano da administração da EPAL. Dizia ele («O Independente», 15 de Outubro):

- «As companhias públicas só devem ser privatizadas depois de terem passado por um processo de reestruturação. As companhias devem já ser lucrativas, ou pelo menos ter o potencial para serem lucrativas e devem ser competitivas antes de serem privatizadas.»

- «Os comboios podem ser tão rentáveis como qualquer outro negócio. Tem é que se eliminar a componente de interesse social que muitas vezes obriga a operar linhas não rentáveis.»

- «Os salários reais nos países mais industrializados devem baixar na próxima década. Se continuarmos a ser inovadores em termos de tecnologia, de produtos e de processos, então poderemos crescer e ganhar quotas de mercado.»

A novidade talvez esteja apenas no facto de isto ter sido escrito com as letras todas e preto no branco, porque, na realidade, é assim que o Governo de Cavaco Silva tem vindo a conduzir as privatizações das empresas que prestam serviços públicos, dos transportes à energia, chegando à distribuição de água.

... e a prática

Mostrando que o plano, afinal, é apenas mais um *proforma* do que um esforço sério para o estudo das opções de desenvolvimento da EPAL que mais interessariam à empresa e aos seus clientes, a administração não espera por quaisquer conclusões e avança com práticas e medidas que apenas visam preparar o terreno para que o serviço público que hoje presta a EPAL passe a ser um *negócio*, subordinado aos interesses privados de quem busca apenas mais lucro com menos gastos.

É assim que têm aumentado a entrega de serviços a empreiteiros, deixando subaproveitados os recursos da empresa; têm tentado impor a polivalência, para fazer dos trabalhadores *pau para toda a obra*; têm preparado sectores prestigiados e lucrativos para serem retirados à estrutura da empresa e depois privatizados...

De debate público e alargado, claro, é melhor nem falar, no entender da administração e do Governo. E compreende-se: não é o segredo a alma do negócio?

Diferente é o modo como os comunistas encaram esta questão: «A EPAL dispensa consultores de alta direcção para traçar as suas opções de *negócio*. A experiência e capacidade técnica dos trabalhadores e quadros técnicos da EPAL, o desenvolvimento do seu potencial de recursos humanos, o qualificado serviço público que presta às populações, o pro-

vado modelo organizacional da empresa são a única matriz segura a partir da qual devem ser traçadas as opções de futuro da EPAL» - afirma-se no comunicado da célula aos trabalhadores da empresa. E sublinha-se: «Para o PCP, a EPAL, pela sua natureza e fins, deve manter-se integralmente no sector empresarial do Estado e com capitais exclusivamente públicos.»

Tentando retirar o futuro da EPAL do segredo e dos negócios de gabinete, a célula do PCP na empresa decidiu realizar o debate do próximo sábado, encarado como uma primeira iniciativa de esclarecimento e alerta, tal como de mobilização para a luta contra uma orientação que já mostrou não servir os interesses do País, dos trabalhadores e das populações.

■ DM

Deputados do PCP em Évora

Orçamento de Estado não serve a região

Ninguém concorda com a desvalorização do Alentejo por parte do Governo expressa nas magras verbas que ano após ano são destinadas ao investimento público na região

Na segunda-feira, os deputados Lino de Carvalho e Paulo Rodrigues, acompanhados por Alexandre Rodrigues do Secretariado da DOREV, mantiveram encontros com várias entidades do distrito, nomeadamente a Associação de Municípios, a Região de Turismo, a União dos Sindicatos, Sindicato dos professores da Zona Sul e Associação Nacional de Pequenos e Médios Agricultores. Em debate esteve o Orçamento de Estado para 1994, em particular a parte que se refere ao investimento público na região.

Os resultados destes contactos foram divulgados em conferência de imprensa, na qual foram igualmente divulgadas as propostas dos comunistas para o distrito.

Segundo referiram no encontro com a comunicação social, existe uma «profunda preocupação» com a diminuição das verbas para o distrito. «O esforço público de investimento será ainda inferior aos anos anteriores. No total, cerca de 1,9 milhões de contos (0,25%) contra cerca de 1958 milhões de contos em 1994, correspondentes, então a 0,4% do total nacional do PIDDAC», afirmaram os deputados comunistas.

Feitas as contas o Distrito de Évora terá uma redução de verbas no

âmbito do PIDDAC, em termos reais na ordem de 5 por cento em relação a 1993.

Acresce que vários projectos para o distrito não têm verba orçamentada, caso da Barragem dos Minutos em Montemor, enquanto «as verbas para o Alqueva são inferiores, para 1995, em cerca de um milhão de contos, ao que a programação plurianual do PDR previa para o próximo ano». A lista de importantes investimentos esquecidos neste orçamento e que há anos esperam luz verde é longa, mas vale a pena transcrever alguns exemplos:

«Hospital do Patrocínio; reabilitação do Centro Histórico de Évora; Barragem de Frei Joaquim e de Veiros, em Estremoz; construção da variante a Mora; ligação Évora/Pavia; Quartel dos Bombeiros em Vila Viçosa» entre muitos outros.

Autarquias com menos dinheiro

Quanto às verbas disponibilizadas para as autarquias locais, os comunistas afirmam que não «correspondem às necessidades de reforço dos orçamentos próprios dos municípios para poderem concorrer a projectos financiados pelos programas comunitários».

«O aumento aparente de 11,61 por cento em relação a 94 das verbas do FEF para o distrito

é uma ilusão» sustenta o PCP, explicando que «o aumento do valor das isenções no imposto de Sisa, em 19 por cento e a redução da taxa máxima de Contribuição Autárquica em 23 por cento e da mínima em 27 por cento sem qualquer compensação às autarquias, significa um severo corte, para o futuro, nos seus já reduzidos orçamentos».

Por outro lado, o Orçamento prevê um aumento de 12,5 por cento das verbas para o subsídio de desemprego, o que indicia que à partida o Governo espera que o desemprego continuará a aumentar no distrito.

Como recordaram os deputados comunistas, o Alentejo conta actualmente com 33 mil desempregados, e destes apenas 35 por cento é que recebem um subsídio, ou seja mais de 21 mil desempregados não têm quaisquer meios de sobrevivência.

PSD desvia verbas

Não menos grave é a acusação de que o Governo não só está a atrasar a aprovação de projectos incluídos no 2º Quadro Comunitário de Apoio para 1995, ano de eleições, como está a desviar parte substancial das verbas para outros fins e a dar prioridade às zonas de maior influência do PSD.

Os exemplos dados pelos deputados são elucidativos:

«Parte substancial das verbas do Interreg foram desviadas para a construção do gasoduto e outros projectos de tal modo que para o resto cerca de três milhões de contos, dos quais metade está destinada a ser gerida pela CCRA de acordo com os interesses partidários e eleitorais do PSD, só restando 1,5 milhões de contos que a CCRA quer desviar por sua vez para ao nordeste Alentejano de influência PSD.

«A CCRA está a levantar dificuldades, com exigências despropositadas à aprovação de projectos apresentados pelas Regiões de Turismo para promoção turística que incluem acções para 1994 e também aos projectos apresentados pelas autarquias locais.

«Ainda não foi aprovado nenhum projecto no âmbito do Programa Operacional do Alentejo e dos Projectos Leader, estando os critérios e decisões rodeados de um enorme secretismo.

«A CCRA está a dar prioridade à aprovação de PDM's do distrito de Portalegre».

O PCP conclui que os projectos que deveriam ser financiados pelo Orçamento de Estado estão a ser desviados para os programas comunitários em prejuízo dos projectos a serem apresentados pela autarquias locais.



7.ª Assembleia de Sesimbra

Decorreu, no passado domingo, a 7ª Assembleia da Organização Concelhia de Sesimbra do PCP, com a participação de 64 delegados. Após a intervenção de abertura, proferida por Augusto Flor, membro da Comissão Executiva da DORS e responsável pelo concelho, os trabalhos continuaram, em painéis, com a análise do «Estado da organização e perspectivas», tema apresentado por Betovem Monteiro, seguido de Henrique Marcelino que discursou sobre a «Organização no Seio dos Trabalhadores».

Após um período de debate animado por diversas intervenções, estes documentos foram aprovados com uma abstenção.

Nesta primeira parte dos trabalhos, foram ainda votados a lista de participantes e convidados à Conferência Nacional, bem como uma saudação pela realização desta iniciativa.

A assembleia debateu ainda «O movimento popular de massas» e «As batalhas eleitorais», temas expostos no relatório/resolução que foram debatidos e aprovados pelos presentes.

Foi de seguida votada a proposta de comissão concelhia que conta com 38 membros, na sua maioria operários industriais, integrando ainda pescadores, comerciantes e empregados. A lista foi aprovada com cinco abstenções. A assembleia decidiu ainda promover uma campanha concelhia de fundos.

A encerrar os trabalhos, interveio Agostinho Lopes, membro da Comissão Política, que se referiu a vários aspectos da organização, e abordou a situação política e social nacional, dando particular destaque ao Orçamento de Estado para 1995. No decorrer da assembleia, uma convidada entregou um pedido de inscrição que foi aceite com regozijo e uma salva de palmas dos presentes.

Álvaro Cunhal em Coimbra e Aveiro

A força do Partido reside na sua estreita ligação aos trabalhadores

"É indispensável que estas ideias passem para a Conferência Nacional, não fiquem por aqui, e que haja a compreensão de que estes problemas - de organização e intervenção do Partido junto dos trabalhadores - são vitais para o próprio Partido." Esta uma das mensagens centrais deixadas por Álvaro Cunhal, Presidente do Conselho Nacional do PCP, aos cerca de 80 quadros das células de empresas, sectores profissional e sindical do distrito de Coimbra. Desenvolvida no decorrer de uma reunião que se prolongaria por toda a manhã do último sábado, essencialmente orientada para a análise da organização e intervenção do PCP nos locais de trabalho e sectores profissionais, esta ideia voltaria a ser retomada pelo dirigente comunista no final de uma outra reunião, subordinada a idêntica temática, na tarde do mesmo dia, que reuniu no Centro de Trabalho de Aveiro mais de 60 militantes do Sul do distrito.

Tratou-se, em ambos os casos, de reuniões onde o debate franco e aberto permitiu recensear um conjunto de opiniões, experiências e sensibilidades, decisivas na sua globalidade para uma correcta avaliação da situação e para um melhor conhecimento dos problemas.

Linhas de acção

A reter, como traço distintivo não menos importante do que se passou em Coimbra e Aveiro, para além do diagnóstico e caracterização feitos - e para isso contribuiu inegavelmente a forma viva como os debates decorreram, bem como o elevado número de intervenções e a diversidade de experiências em presença - foi também a definição mais rigorosa de linhas de acção quanto ao trabalho futuro a desenvolver pelos militantes e organizações comunistas nesta frente prioritária da sua intervenção.

E uma delas foi sem dúvida a de que face ao quadro existente - caracterizado por dificuldades de natureza objectiva que resultam do desmantelamento de empresas, da destruição do aparelho produtivo e do clima de repressão que se abateu sobre os trabalhadores e seus representantes - não existe um modelo de solução quanto aos métodos e às formas de organização e intervenção dos comunistas junto dos restantes trabalhadores.

Ao contrário, para distintas realidades - conclui-se dos dois debates - importa encontrar distintas soluções, adaptadas às condições particulares de cada caso, às possibilidades, à nossa força, envidando para o efeito a necessária conjugação de esforços do Partido e a consequente adopção das medidas julgadas por convenientes.

Papel dos trabalhadores

Para este mesmo aspecto chamou a atenção Álvaro Cunhal,

sem deixar de referir, por outro lado, que a "organização partidária no seio da classe operária não é apenas para a defesa de interesses específicos e imediatos. Tem a ver com a nossa natureza de classe e a nossa compreensão de que os trabalhadores têm uma palavra a dizer sobre a política, sobre o futuro do País".

Dá que, numa alusão ao "atraso e à difícil situação em que estão as nossas organizações de base por local de trabalho", Álvaro Cunhal se tenha interrogado se para além das dificuldades objectivas, que "já se desenvolvem há muito tempo", não haverá também razões que se prendam com "as sucessivas batalhas eleitorais/institucionais", para as quais as organizações são chamadas, "absorvendo demasiadas energias do Partido".

Ainda a este respeito, que associou à importância do reforço do PCP e da sua intervenção na sociedade portuguesa - em sua opinião uma das tarefas centrais do



momento -, e depois de sublinhar a forte intervenção do Partido nas instituições, nomeadamente na Assembleia da República, onde o Grupo Parlamentar comunista desenvolve um bom trabalho, Álvaro Cunhal recordou que "não somos um partido parlamentarista ou eleitoralista", e que a luta institucional não diminui a importância da "acção de massas" a que atribuiu um "papel fundamental".

Reforço do Partido

Pronunciando-se sobre o "Debate com o País" - iniciativa política em curso a que atribuiu igual relevância no quadro das tarefas presentes - o dirigente comunista realçou a sua importância no quadro do apuramento de diferentes opiniões, tendo em vista, enfatizou, o "reforço do PCP nas legislativas".

Esta ideia de reforço do Partido a todos os níveis da sua intervenção, designadamente quanto ao trabalho de base nos dois distritos, constituiu, de resto, uma das tónicas dominantes no decorrer dos debates.

Sobre ela se deteve, por exemplo, o camarada Sérgio Teixeira (presente nos dois encontros), membro da Comissão Política, ao colocar concretamente como um desafio - uma vez que "o diagnóstico está feito", disse -, a questão de saber que "atitudes a tomar" para enfrentar as dificuldades e melhorar o trabalho das células de empresa e dos sectores profissionais no âmbito da preparação da Conferência Nacional.

Encontrar novas respostas

E esta é que acabou por ser, com efeito, a questão central que polarizou os debates, tanto mais importante quanto é certo que a diminuição da organização e da intervenção do Partido, como realçou o camarada Ramíseo, em Aveiro, reflecte-se na perda da sua ligação com os trabalhadores, num menor conhecimento dos problemas, numa redução da capacidade de esclarecimento e de influência, numa menor capacidade para a organização dos trabalhadores nas suas estruturas de classe, e, por último, em "maiores dificuldades na mobilização em defesa dos seus

direitos" e por uma alteração da situação política.

Dificuldades que bem retrataram nas suas intervenções alguns dos intervenientes nos debates, como a camarada Isabel Ventura, responsável do sector têxtil de Coimbra, ao salientar que a "repressão nas empresas vai ao ponto de obrigarem as trabalhadoras a preencherem um papel com



Álvaro Cunhal em Coimbra: "A organização partidária no seio da classe operária tem a ver com a nossa natureza de classe e a nossa compreensão de que os trabalhadores têm uma palavra a dizer sobre a política, sobre o futuro do País"...



... Em Aveiro: "Não somos um partido eleitoralista. A luta institucional não diminui a importância determinante da acção de massas"

um quadradinho para identificarem o partido a que pertencem ou com que simpatizam".

Repressão e seus mecanismos nas empresas de que também deu o seu testemunho o camarada Manuel Reis (Aveiro), lembrando os casos de "pessoas que têm medo de falar", receios estes extensivos à Função Pública, onde, como é o caso das escolas, segundo Mice Barata, cresce o número dos "trabalhadores que perdem os seus contratos".

Mudanças estruturais

Mas as dificuldades não decorrem apenas do clima de intimidação e repressão reinante em muitas empresas, com consequências ao nível da própria liberdade de expressão e da organização sindical. As alterações no tecido produtivo e nas relações de trabalho, o encerramento de muitas unidades, a segmentação, o desmantelamento, a redução do número de trabalhadores, mas também a criação de outras grandes unidades (sobretudo nos sectores dos serviços) são também factores que explicam algumas das dificuldades actuais no plano da organização e intervenção do Partido junto dos trabalhadores.

Delas falou também, por exemplo, o camarada Júlio Teixeira, da Portucel, ao pôr em evidência a dificuldade em constituir comissões de

trabalhadores e subcomissões, dificuldade que no caso da Renault, em Cacia, segundo o relato dos camaradas Adelino Nunes e Manuel Vieira, resultam das operações em curso por parte da administração no sentido da rescisão de contratos, da empresa deixar de pertencer ao Grupo Renault Portuguesa e da sua possível privatização.

Da crise no sector naval, em particular nos estaleiros de S. Jacinto, onde "não há carteira de encomendas mas apenas a perspectiva de algumas reparações" falou, por sua vez, o camarada Adelino Gonçalves, enquanto José Paixão, de Anadia, denunciou a atitude de vários patrões no sector da cerâmica que não hesitam em "despedir quando sonham que o trabalhador é sindicalizado", cabendo a Júlio Caldeira realçar as dificuldades sentidas pelos delegados sindicais na organização das lutas em Vale de Câmara em resultado da segmentação da empresa.

Confiança e combatividade

Não se julga, porém, que os participantes confinaram as suas intervenções a uma descrição mais ou menos exaustiva de obstáculos e problemas. Para além de propostas concretas quanto a medidas e soluções a incorporar no trabalho futuro, muitos aspectos positivos do traba-

lho desenvolvido estiveram também presentes, deixando claramente a impressão - e este foi o tom dominante - de que, pese embora as dificuldades, a ninguém passa pela cabeça cruzar os braços.

José Gouveia, de Ílhavo, testemunhou, por exemplo, como foi possível "iniciar o revigoramento do trabalho do Partido na Vista Alegre", trabalho este que mesmo em empresas onde só haja militante comunista pode representar um extraordinário papel no "desenvolvimento das lutas", como acentuou o camarada Freitas.

Uma opinião compartilhada pelo camarada Nelson Jesus (Portucel/Sacocel) que relatou a experiência de uma luta que levou à sua reintegração na empresa, lutas que de um modo geral, independentemente dos seus objectivos - e esta foi a opinião de Pedro Pinto (sector têxtil) - ganham outra amplitude quando "existe a organização" ou a presença de militantes do PCP.

De como a "chama continua viva no concelho de Águeda", onde está a aparecer "gente nova que dá confiança", falou, por seu turno, Fernando Gomes, enquanto Joaquim Almeida se referiu às perspectivas de trabalho necessariamente boas que se abrem ao Partido dos trabalhadores num distrito que é o terceiro em concentração operária e onde o número de eleitores se eleva a cerca de meio milhão.

Alcobaça - desemprego agrava-se

O desemprego no concelho de Alcobaça registou um aumento de 24 por cento em relação a 1993, atingindo neste momento os 32 por cento, denunciaram os comunistas de Alcobaça que estiveram reunidos no passado sábado em assembleia plenária.

No concelho, o primeiro no país em produção de faiança, continuam a encerrar as fábricas, enquanto o sectores do calçado e comércio atravessam grandes dificuldades.

Também os agricultores «estão em maus lençóis», brutalmente atingidos pela política do Governo PSD, e recebem a futura Organização Comum dos Mercados das Frutas e Legumes, agora em discussão na Comunidade Europeia.

O PCP acusa ainda o PSD de, face aos problemas com as instalações escolares de Patais, S. Martinho do Porto e especialmente na sede do concelho, voltar com a promessa antiga de construir de uma nova escola até ao terceiro ciclo.

Como sublinha a Comissão Concelhia, no poder local «as promessas por cumprir continuam na moda, bem como os negócios escandalosos» da responsabilidade do PSD e do PS, que «colocaram a Cooperativa Agrícola à beira da falência e levaram o Merco Alcobaça a uma situação semelhante».

Durante os trabalhos da assembleia foi eleito o organismo de direcção que integra 21 camaradas, sendo oito operários, cinco empregados, dois intelectuais, um agricultor, dois empresários, um estudante e dois desempregados.

POC alargado

O programa ocupacional - POC - acabou por, à última hora, ser alargado por um período de mais dois meses, uma vez que «não foram criadas alternativas de emprego que permitam resolver os graves problemas sociais do Alentejo. Uma nota da Concelhia de Beja do PCP considera mesmo que o desemprego tem vindo a aumentar na região e que nem sequer o trabalho sazonal da azeitona irá absorver a maioria dos desempregados.

Considerando que os «POC's e outros programas de ocupação temporária de mão-de-obra devem ser encarados como transitórios», os comunistas defendem medidas que visam o desenvolvimento real da região, que passam necessariamente pela reforma agrária, pela criação de uma base industrial e pelo avanço definitivo dos grandes projectos de desenvolvimento, onde o Alqueva ocupa um lugar de destaque.

Turismo figueirense

Chamando a atenção para os maus resultados da última época turística na Figueira da Foz, a Comissão Concelhia do PCP entende que «urge preparar desde já o futuro» com medidas de fundo e não com um «vistoso programa, luxuosamente anunciado, mas como sempre cumprido a meia haste».

Para os comunistas o problema do turismo não se resolve com uma qualquer comissão de festas e propõem que seja incluído nos planos de actividade e orçamento da Câmara para 1995 «a primeira fase do ordenamento da praia Figueira e a resolução dos problemas do ambiente, aderindo à ERSUC para recolha selectiva dos lixos, desactivando a lixeira do Cabo Mondego e inscrevendo no Orçamento e Plano a construção de duas ETAR's na cidade para o tratamento de águas residuais».

O PCP propõe ainda aumentar a rede de transportes entre os parques de campismo do Cabedelo e da Orbitur e a cidade, assim como assegurar o bom funcionamento do parque municipal de campismo, considerado um dos melhores do País. O reordenamento do trânsito dentro da cidade é outras das prioridades apontadas pelos comunistas, que vêm esta tarefa facilitada pela entrada em funcionamento do IP3.

Balanço de 300 dias

Ao fim 300 dias de gestão PS na Câmara de Montemor-o-Velho, a comissão concelhia do PCP fez o balanço da situação local considerando que não foi dada resposta às dez propostas apresentadas pelo eleito da CDU no início do mandato. Acresce que aquele conjunto de problemas já tinham sido colocados ao anterior executivo do PSD, sem contudo serem resolvidos. Com entrada da nova equipa para a câmara, os comunistas verificam que as promessas eleitorais continuam a não ser cumpridas e que o desenvolvimento tarda em chegar.

Açores

Investimento diminui dívida pública aumenta

O PCP/Açores revelou que é intenção do Governo Regional aprovar um decreto legislativo que autoriza uma novo endividamento de 10 milhões de contos e permite à região avalizar empréstimos de empresas públicas até 8,5 milhões de contos

Em conferência de imprensa realizada na passada semana, em que participaram José Decq Mota, coordenador do PCP/Açores, Mário Abrantes, e o deputado regional Paulo Valadão, foi afirmado que o Orçamento e o Plano para 1995 são «novamente instrumentos de redução do investimento público, de acentuação de assimetrias internas e de aumento gravoso da dívida pública».

Os comunistas açorianos notam que «as verbas do Quadro Comunitário de Apoio são menores e o investimento público feito através do Plano diminui em termos reais».

A situação é tanto mais grave quanto parte das verbas do Plano de 1995 destinam-se a pagar encargos assumidos e

obra já feita em anos anteriores.

Para o PCP/Açores «a política que dá forma ao Orçamento e Plano para 95 foi a mesma que já levou a economia regional a um beco sem saída e que tem provocado gravosas consequências ao nível da oferta de emprego, da extinção de postos de trabalho, do aumento das falências e do agravamento da fragilidade do tecido empresarial maioritariamente constituído por pequenas e médias empresas e explorações agrícolas familiares».

Também condenada é a «aceleração imprimida ao processo de privatização do SCA» o que segundo o PCP «priva a região de um instrumento financeiro específico de equilíbrio, cria uma estrutura económica desadequada à realidade regional,

facilita o concentracionismo económico e as assimetrias regionais».

O PCP alerta ainda que o súbito crescimento de processos de execução judicial a deveres do BCA pode provocar um grande surto de falências de empresas indispensáveis e ao consequente desaparecimento de elevadíssimo número de postos de trabalho»

POSEIMA deve continuar

O PCP/Açores manifesta alguma preocupação face à «indefinição que reina à volta do futuro das acções hoje desenvolvidas ao abrigo do Programa POSEIMA da Comunidade Europeia».

Segundo foi sublinhado, «a importância do POSEIMA deriva desde logo do facto da existência do programa constituir o reconhecimento de que a econo-

mia insular, para existir no quadro comunitário, precisa de algumas regras e apoios excepcionais»

Por outro lado, os comunistas consideram que «a natureza constante da insularidade e da distância não se compadece com apoios e acções por períodos de três anos». Desta forma «torna-se necessário revalidar o POSEIMA ou criar um POSEIMA II e seria um erro muito grave diluir algumas das acções do POSEIMA noutros programas de âmbito mais largo».

Estranhando o silêncio do Governo regional sobre esta questão, o PCP/Açores reclama uma informação actualizada sobre a execução do POSEIMA e sobre o futuro das acções nele contidas» propondo a realização de «um diálogo com todos os partidos parlamentares, com o objectivo de evitar o cancelamento, redução ou desvirtuamento de muitos apoios, canalizados pelo POSEIMA, e que são essenciais para o futuro imediato».

Vila Real reforça organização

Com a participação de 60 delegados, decorreu no passado domingo, a 2ª Assembleia da Organização Regional de Vila Real. No trabalho participaram ainda os camaradas António Lopes e Henrique de Sousa, respectivamente membros da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.

A assembleia debateu as grandes questões da reestruturação, organização, direcção e reforço do Partido no distrito e as perspectivas de trabalho futuro.

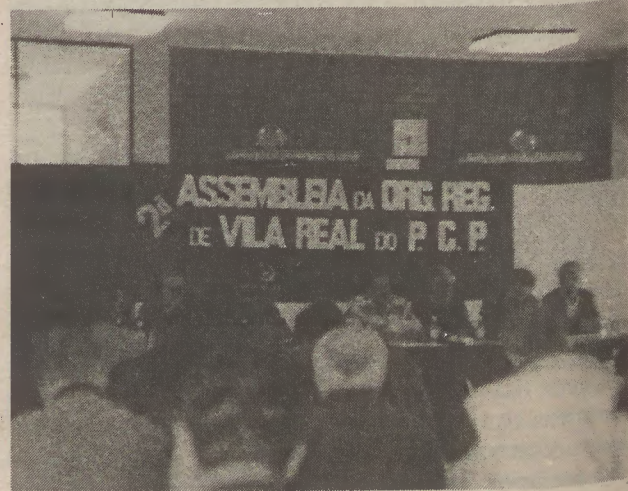
As propostas aprovadas pela Assembleia foram antecedidas de múltiplas discussões e reflexões nos principais organismos, onde se procuram respostas inovadoras aos novos e complexos problemas existentes no Partido na região.

A par dos objectivos de aumentar a participação e a intervenção junto dos trabalhadores, agricultores e outras camadas sociais, mereceram ainda particular atenção o reforço orgânico da futura Direcção Regional, com a participação de novos quadros, a criação de comissões e frentes de trabalho de sectores sociais e profissionais até ao momento e um maior enquadramento e entrosamento das organizações e quadros do Partido no movimento e estruturas unitárias.

A 2ª Assembleia chamou ainda a atenção para aspectos gravosos da realidade socioeco-

nómica regional, tais como: o encerramento de todo o sector mineiro; a falência de várias empresas de confecções; a crise nas empresas de construção civil e no pequeno e médio comércio; o encerramento dos matadouros, a desactivação de linhas férreas, transferência de serviços públicos, entre outros.

Assinalando o abandono da terra e a crescente desertificação do mundo rural, a assembleia condenou a «drenagem de importantes recursos para fora da região e para o estrangeiro sem



o respectivo valor acrescentado, caso do vinho do Porto, granitos, rochas ornamentais, massas minerais, e outros.

A nova Direcção Regional eleita é constituída por 19 quadros, e vai procurar concretizar as orientações gerais e as tarefas imediatas aprovadas, das quais se destacam a participação activa e

empenha na preparação da Conferência Nacional e a promoção de várias iniciativas públicas no âmbito do «Debate com o País para uma nova política».

Os comunistas do distrito decidiram ainda lançar uma campanha de fundos para a aquisição de um centro de trabalho na cidade de Vila Real.

CAMARADAS FALECIDOS

Alberto Paiva

Faleceu recentemente Alberto Loureiro Paiva, de 70 anos de idade. Estava organizado na Célula do Murta, na Freguesia da Parede.

Alberto Teixeira

Faleceu, no passado dia 7 deste mês, Alberto Pinto Teixeira, (mais conhecido por Teixeira) com 70 anos. Membro do Partido desde 1974, pertencia à Freguesia de Cascais.

Dâmaso dos Santos

Faleceu no passado dia 5 de Novembro, Dâmaso Salazar dos Santos. Desde 1945 que

participou em todos os movimentos democráticos tendo integrado a célula do PCP nas cooperativas. Foi membro da Direcção do Movimento Unitário de Trabalhadores Intelectuais. Técnico superior de contas da Direcção-geral de Contabilidade Pública, fez parte do organismo intermédio do Partido no Ministério das Finanças e da célula do Quadros Técnicos da Função Pública. Actualmente integrava a célula de aposentados da Função Pública, sendo eleito na Assembleia de Freguesia da Pena.

José Alves

Faleceu José Gomes Alves. Militante do Partido desde longa

data, pertenceu à célula do DN, tendo participado nas lutas do sector. Actualmente era membro do Conselho Nacional da Interreformados e do seu Conselho Distrital de Lisboa. Militava na Célula dos Gráficos.

José Costa

Faleceu no passado dia 6 deste mês, vítima de doença incurável, José Rogério Monteiro Costa. Contava 62 anos, era viajante e membro do Partido desde 1974, estando organizado na Concelhia de Faro.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



O Porto continua à espera...

Porto Câmara faz muita propaganda mas trabalha muito pouco

Dez meses depois das eleições autárquicas, a DOCPorto do PCP tomou posição pública sobre a gestão municipal do executivo liderado, com maioria absoluta, por Fernando Gomes, considerando que os oito meses de exercício do mandato se caracterizaram, no fundamental, "não pela realização de obras mas pela promoção de abundantes anúncios, estudos, anteprojectos, concursos de ideias e planos, em geral divulgados aos portuenses através de um espectáculo com perfeita encenação", lê-se num comunicado apresentado em conferência de imprensa onde estiveram a vereadora da CDU, Ilda Figueiredo, o membro da Assembleia de Freguesia do Bonfim, Roberto Machado, o membro da Assembleia Municipal do Porto, Rui Sá, e o membro da DOCP do PCP, Teresa Lopes.

Entre os exemplos apresentados nesse encontro com a imprensa, cita-se a apresentação do chamado Programa Plurianual de Actuação Urbanística 94/97 que, no dizer dos dirigentes regionais comunistas, "não é mais que um plano ou pseudo-integração de planos, já apresentados anteriormente", ou seja, "mais uma vez se promete que agora é que vai ser".

"As obras urgentes, às necessidades inadiáveis, a gestão municipal responde com novas

promessas de túneis, pontes, escarpas arranjadas, ancoradouros, alamedas, museus, jardins e esplanadas, eludindo o facto de que basta parar e reflectir um pouco nos custos e períodos de execução para concluir que as centenas de milhares de contos que tudo isto implica tornam improvável a sua execução nos próximos 20 anos (ficando de lado o famoso Metro)", lê-se na nota.

O PCP lembra que Fernando Gomes parece não levar em

conta "as extremas dificuldades financeiras por que passa a Câmara Municipal do Porto, no rescaldo do ano eleitoral em que os gastos foram superiores às receitas em mais de um milhão de contos e o escasso aumento da transferência do FEF (contra o qual o PCP já se manifestou) e a previsível diminuição de receitas fiscais".

Impedir o debate

Lembrando que o PCP tem uma outra concepção de cidade, os comunistas presentes na conferência de imprensa abordaram ainda o tema do funcionamento da Assembleia Municipal, Juntas e Assembleias de Freguesia.

Acusando o PS e PSD de tratarem "com desprezo" a Assembleia Municipal, o PCP acusou o executivo camarário de sonegar informação àquele importante órgão deliberativo e de "procurar por todos os meios reduzir o espaço de debate", transformando a Assembleia "numa mera e acrílica caixa de ressonância da Câmara, dificultando o acesso dos cidadãos à intervenção pública.

Por seu lado, o PSD passou de uma fase de boicote processual ao trabalho da Assembleia a, simplesmente, "ficar calado"...

Quanto às Juntas, o PCP diz que "é fácil reconhecer que, em geral, as maiorias absolutas do PS por um lado e, sobretudo, a subalternidade e dependência da Câmara não têm libertado energias para vencer dificuldades e realizar obras e acções da sua estrita competência e capacidade".

A diferença...

Finalmente, é feito um balanço ao trabalho da CDU nos Órgãos Municipais, com destaque para o novo pelouro da Saúde e Sanidade, atribuído à coligação que teve de iniciar um trabalho "a partir do zero".

Entre as inúmeras acções enunciadas neste âmbito, contam-se a preparação do Encontro do "Idoso do Porto", a realização da "III Feira da Saúde do Porto", o curso "Drogas, Mitos e Realidades", o projecto de 25 colóquios com a colaboração da Associação para o Planeamento da Família, o projecto com a Universidade Popular do Porto sobre "Saúde e Alimentação", o programa "Vamos Comer Melhor no Porto! Por Uma Restauração de Qualidade", o programa "Saúde Oral" com a Associação Portuguesa de Saúde Oral, etc.

Finalmente foi anunciado que no âmbito da discussão do Plano e Orçamento para o próximo ano, e após larga auscultação de opiniões, a CDU irá apresentar "propostas concretas que consubstanciam a nossa diferente concepção de cidade".

Agricultura Desilusão e vazio no sul da Europa

Já vão bem longe as boas intenções do Tratado de Roma que instituiu a CEE. Das grandiosas e eloquentes expressões como «preferência comunitária», «aproximar as regiões menos desenvolvidas às mais desenvolvidas», «aproximar o nível de vida dos agricultores às outras categorias sociais», só ficaram as desilusões dos agricultores que acreditaram nesta «Europa» bela e sorridente.

O Mercado Comum passou, entretanto, para CEE, em seguida para CE e agora UE e, provavelmente não vai ficar por aqui. Era o grande Mercado de 200 milhões de consumidores (menos 50 milhões de pobres que não consomem grande coisa). Acreditaram na livre concorrência (para quem?) e que os nossos produtos agrícolas não chegariam para as encomendas. Afinal, para muitos é menor e de mais difícil acesso que o Mercado da Malveira.

O reverso da medalha

A reforma da PAC, segundo os seus autores, foi necessária para pôr ordem nas produções, a tal ponto que foi imposto ao nosso país produzir menos, quando necessitava de produzir mais. Quem beneficia com esta política são os produtores de cereais dos países ricos do Norte que absorvem a maioria dos subsídios e as fábricas de leite e de carne dominadas pelo Norte da Europa.

A reforma da PAC teve também como objectivo preparar o terreno para as negociações do Gatt. Foi acérrimo defensor da reforma da PAC, o ex-comissário Mac Sharry, hoje à frente dos destinos duma multinacional americana exportadora de produtos agrícolas para a Europa. É a vida.

Aqui mais bem perto de nós, o ex-ministro Arlindo Cunha, signatário e defensor da mesma reforma que congelou o desenvolvimento da nossa Agricultura e torna o nosso país mais dependente do estrangeiro, é hoje eurodeputado tal como o seu compa-

O Sul da Europa, esvaziado das suas produções, envelhece e desertifica-se por lhe serem aplicadas normas, parâmetros e produtividades do Norte, através duma política agrícola irracional, que é vista apenas com os olhos de banqueiro para quem só o lucro imediato conta.

nheiro Rosado Fernandes da CAP. Há quem já os tenha visto a saborear a vitória na capital da Alsácia (Estrasburgo) à volta dum succulento «choucroute garnie» à custa dos agricultores portugueses. É a vida.

Organizações europeias do mercado são talhadas à medida dos interesses das multinacionais

As Organizações de Mercado do vinho, das frutas e legumes, na continuidade da reforma da PAC, aí estão, para desferir golpes ainda mais profundos à agricultura portuguesa e da Europa do Sul. Também aqui o Norte leva a parte de leão e utiliza os agricultores do Sul, como moeda de troca nas negociações com países terceiros. Abrem-se a esses países parcelas importantes aos seus produtos, em total distorção da livre concorrência, por não estarem submetidos às mesmas regras da produção europeia e por serem produzidos com uma mão-de-obra semiescrava.

Com as Organizações de Mercado do vinho, fruta e legumes, a CE pretende economizar dinheiro com o sul. Vai aumentar, por exemplo, de mais de 6 mil milhões de ECUS do que em 1992 o subsídio aos produtores de cereais (benefício para o Norte), enquanto não prevê nada para os viticultores no quadro da «OCM do vinho» para ajuda aos rendimentos.

A vinha ocupa 4% da superfície agrícola da comunidade, mas só lhe é apenas atribuído 1% do orçamento para a agricultura e a comunidade apoia investimentos em Marrocos (pela mão de Deus Pinheiro e com o apoio de Cavaco Silva) para produções que fazem directamente concorrência às nossas. Importa salientar que o salário do trabalhador agrícola em Marrocos é de, mais ou menos, 50 escudos/hora.

O Sul da Europa, esvaziado das suas produções, envelhece e desertifica-se por lhe serem aplicadas normas, parâmetros e produtividades do Norte, através duma política agrícola irracional, que é vista com os olhos de banqueiro para quem só o lucro imediato conta. A factura — como sempre — virá mais tarde, porque os custos de destruição do aparelho produtivo e os custos da dependência alimentar do nosso país não entram nos cálculos do governo.

Precisamos urgentemente de uma outra política agrícola que conjugue satisfação das necessidades alimentares com todos os equilíbrios da natureza necessária ao Homem e de que resulte um desenvolvimento sustentado no tempo.

Para isso, é necessário apoiar e defender a agricultura familiar que é a base da Agricultura Portuguesa.

João Vieira

Associação de Agricultores do Distrito de Lisboa

Morreu Vasco Silva

VASCO LUÍS RODRIGUES DA CONCEIÇÃO E SILVA faleceu, no passado dia 15 de Novembro, no Hospital Distrital de Castelo Branco, com 71 anos. Professor licenciado em História, foi afastado do ensino pelas suas posições antifascistas após as eleições de Humberto Delgado. Foi candidato pelo círculo de Castelo Branco pela Oposição Democrática em 1961.

Foi preso pela PIDE em Janeiro de 1964, estando cerca de dois anos na prisão de Peniche. Fez parte da Comissão Nacional dos Congressos da Oposição Democrática em Aveiro (1969 e 1973). Foi o primeiro Governador

Civil de Castelo Branco após a instauração da Democracia.

Foi candidato diversas vezes pelo círculo de Castelo Branco à Assembleia da República e às Autarquias Locais pela CDU. Foi membro do Conselho Nacional da «Intervenção Democrática». Toda a sua vida foi marcada pela sua entrega activa e coerente às iniciativas políticas, sociais e culturais no Distrito de Castelo Branco, onde granjeou inúmeras amizades.

A DORCB, a Comissão Concelhia de Castelo Branco do PCP e o colectivo do «Avante!» apresentam, à família enlutada, as suas condolências.

«POSSO IR FAZER XIXI?»

O Sindicato da Metalurgia e Metalomecânica do Porto considerou "revoltante" o conteúdo de um comunicado da administração da Fábrica dos Produtos Estrela, de Rio Tinto, sobre os "deveres dos trabalhadores" onde se volta ao tema das idas à casa de banho. A existência de 20 minutos de manhã e 20 de tarde para a ida «à casinha» já não basta para a administração, que pretende que os trabalhadores peçam autorização à chefia para «fazer xixi»... Para o sindicato, os trabalhadores «não podem ficar indiferentes a este tratamento característico do tempo da escravatura», dado que, "tal como têm deveres, também têm direitos que devem continuar a ser defendidos".

PENHORAR PARA PAGAR A DESPEDIDO

O Tribunal de Trabalho de Santa Maria da Feira penhorou, pela segunda vez, bens pertencentes a uma empresa de calçado que se recusou a pagar a um funcionário a indemnização decretada pelo juiz. O Sindicato dos Operários de Calçado de Aveiro/Coimbra informou que a empresa foi condenada a pagar uma indemnização a um trabalhador despedido sem justa causa, há cerca de dois anos, no valor de dois mil 200 contos. A primeira intervenção do Tribunal decorreu há cerca de três semanas, tendo na altura sido penhorados artigos no valor de 450 contos. Depois, na presença de elementos da GNR, foram retirados mais artigos no valor de 560 contos.

MATADOURO DE LEIRIA

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública, Zona Centro, tomou posição condenatória sobre o encerramento e privatização de matadouros, referindo em comunicado o caso do matadouro de Leiria, agora constituído em sociedade anónima, mas que tem um passivo acumulado superior a um milhão de contos, e onde laboram 80 trabalhadores. O sindicato dá conta que a Câmara local sublinhou a importância do matadouro para a cidade, mas diz nada poder fazer para mudar uma situação que, tal como sucedeu em outros processos semelhantes, pode colocar no quadro de excedentes e disponíveis os que aí trabalham.

BANCÁRIOS CADA VEZ PIOR

Um comunicado da Comissão Coordenadora das CTs do Sector Bancário onde se enumeram factos que levam os signatários a titular «Os bancários cada vez pior, os banqueiros cada vez melhor». O comunicado, surgido após uma Assembleia das CTs, refere que foi aprovada nessa reunião, e enviada à Assembleia da República, uma posição de repúdio pelos projectos de revisão constitucional do PSD e CDS que pretendiam destruir as CTs.

IMPOSTOS PRIVATIZADOS?

Os trabalhadores das tesourarias da Fazenda Pública dos cinco distritos da região Norte reuniram-se, sábado, no Porto, num plenário em que foi discutida a "tentativa de privatização de alguns serviços". Promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte (STFPN), foi também apreciada a situação de contribuintes que "já foram lesados" com a privatização da cobrança de impostos, uma vez que efectuaram pagamentos nos CTT ou na banca e "estão a ser notificados para pagarem esses impostos com multa". A situação na Direcção-Geral do Tesouro foi outro dos temas do plenário que reuniu sindicalistas de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real.

LUTA HISTÓRICA NA TELECOM

Acaba de ser editado um folheto produzido pelos sindicatos representados na Portugal Telecom onde se faz o historial do processo de luta que se arrasta desde 1 de Setembro sem que se tenha verificado alteração na posição do Governo e administração. Depois da acção realizada a 7 de Outubro, os sindicatos consideram de «histórica» a adesão conseguida na Jornada de Luta de 26 de Outubro passado.



Acção Nacional de Protesto da CGTP Luta está na rua

Um desfile de trabalhadores promovido pela CGTP percorreu quinta-feira a Baixa lisboeta em sinal de protesto contra a actual política do Governo. Foi uma das principais iniciativas da Acção Nacional de Protesto promovida pela central sindical, numa sequência que envolveu durante oito dias trabalhadores de todo o país, após o fracasso do Acordo Económico e Social. O que se pretende é uma mudança de política que torne efectiva a melhoria dos salários, mais emprego e protecção social.

Na manifestação lisboeta participou o coordenador da CGTP, Manuel Carvalho da Silva, que nesse mesmo dia esteve presente em outras acções que se integraram nesta semana de luta: uma concentração no Barreiro, um plenário de trabalhadores da Rodoviária do Sul do Tejo, no Laranjeiro, e outro na Lisnave, em Almada.

Ao som de palavras de ordem contra o Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, e contra o desemprego, os manifestantes partiram da Rua Augusta, passando pelo Rossio e Rua do Ouro. Liderados pelos dirigentes da CGTP, os trabalhadores, provenientes de vários pontos do distrito de Lisboa, deslocaram-se em direcção à residência oficial de Cavaco Silva para entregar uma resolução aprovada antes do início do desfile.

Uma delegação de dirigentes da CGTP-IN entregou depois no gabinete do Primeiro-Ministro essa resolução sobre defesa do emprego, melhores salários e protecção social.

No documento, os trabalhadores reivindicam o desblo-

queamento da contratação colectiva, a abertura das negociações na administração pública, a redução do horário de trabalho e o respeito pelos direitos laborais.

Um aumento intercalar de cinco mil escudos do salário mínimo nacional e de três mil escudos das reformas inferiores ao salário mínimo são outras das reivindicações apresentadas.

Na resolução, os trabalhadores reafirmaram o seu apoio à CGTP-IN e a sua disponibilidade para desenvolver as acções de luta consideradas adequadas para levar à concretização das suas reivindicações.

O documento alerta ainda

para o agravamento do desemprego e da precariedade de emprego no distrito de Lisboa, referindo que, no último ano, encerraram 60 empresas, num universo de 300, tendo sido destruídos 25 mil postos de trabalho, num universo de 80 mil.

Fecho em força da semana de luta

Os salários em atraso atingem mais de sete mil trabalhadores, em quase 100 empresas, ainda segundo o documento.

A resolução, citando dados oficiais, afirma que o desem-



Depois de dois dias de concentração Sindicatos forçam negociações para a Administração Pública

Numa acção integrada na «Acção Nacional de Protesto» da CGTP, dirigentes sindicais da Função Pública apresentaram-se quarta-feira no Ministério das Finanças a reclamar por uma resposta às suas propostas de aumento salarial. Ao fim da manhã do segundo dia de permanência dos dirigentes sindicais na Secretaria de Estado do Orçamento, o Governo acedeu em marcar o início das negociações, agendando a primeira reunião para amanhã, sexta-feira.

Mais de um milhar de activistas sindicais esteve envolvido neste processo de luta. Carlos Mamede, porta-voz da comissão negociadora sindical, salientou que a proposta dos sindicatos já foi apresentada em Julho e desde então apenas houve uma reunião, inconclusiva, com o Secretário de Estado do Orçamento, Sequeira Rosa.

"Nessa reunião, a 30 de Setembro, não nos foi apresentada qualquer contraproposta e continuamos sem saber qual o aumento que o Governo pretende dar à função pública em 1995", disse Carlos Mamede.

Os dirigentes sindicais consideram que os funcionários públicos perderam, nos últimos dois anos, 8,5 por cento do seu poder de compra pelo que apenas um aumento salarial de 12 por cento em 1995 permitiria compensá-los devidamente, cobrindo ainda a inflação prevista para o próximo ano.

Na análise dos dirigentes sindicais, o Orçamento de Estado proposto para 1995 inclui uma dotação provisional suficiente para atender às reivindicações salariais dos sindicatos.



prego no distrito de Lisboa, no terceiro trimestre do ano, aumentou 24 por cento em relação ao mesmo período de 1993.

“Apesar das promessas repetidas do Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, continuam a diminuir os salários reais, a aumentar o desemprego e as situações de precariedade e os ataques aos direitos dos trabalhadores são uma constante. A tudo isto a CGTP diz que não”, diz o documento entregue em S. Bento.

Por outro lado, na sexta-feira, a União dos Sindicatos do Porto (USP) realizou uma concentração de delegados sindicais do distrito onde se fez o balanço da semana nacional de luta da CGTP.

No encontro participaram também trabalhadores de alguns sectores que hoje se encontram em greve, nomeadamente da cordoaria.

Uma nova política

“Emprego, Salários e Direitos - Por uma Nova Política”

foi o tema deste encontro, onde foi aprovado um documento com as principais reivindicações dos trabalhadores, entre as quais estão os referidos aumentos intercalares do salário mínimo nacional de cinco contos, a actualização da reforma mínima em três mil escudos e a semana de trabalho de 40 horas.

Mas em outros locais do país a CGTP promoveu esta Semana de Luta, tal como noticiámos a semana passada, ocorrendo no último dia da iniciativa, em Portalegre, uma concentração junto ao Governo Civil após a realização de diversos plenários de traba-

lhadores, enquanto em Castelo Branco, a União dos Sindicatos local promoveu uma manifestação que percorreu as principais ruas da cidade e terminou junto ao Governo Civil.

Nesta acção, participaram trabalhadores das autarquias, reformados, trabalhadores têxteis, função pública, metalúrgicos, professores, empregados de escritório e desempregados da Portucel e indústria alimentar.

Uma delegação composta por representantes de vários sindicatos entregou um caderno reivindicativo ao Governador Civil.

Algarve precário

Um em cada quatro trabalhadores algarvios tem emprego precário, havendo “dezenas de milhar” em regime de recibo verde “há mais de seis anos”, revelou sexta-feira o Sindicato da Função Pública.

Numa nota distribuída à população, durante uma manifestação integrada na acção nacional de protesto da CGTP-IN, os sindicatos referem que “só no Hospital de Faro existem mais de 300 trabalhadores nessa situação”.

De acordo com o texto, em Agosto, nas escolas portuguesas foram despedidos mais de seis mil trabalhadores, cem dos quais na região do Algarve.

Greves na Solisnor

Uma greve parcial realizada quinta-feira, a que se seguem outras enquanto a administração não cumprir o que prometeu, constituem etapas de um processo de luta a desenvolver-se e a agudizar-se na Solisnor onde os trabalhadores exigem o pagamento imediato do aumento de quatro por cento que deveria ter sido aplicado no fim de Outubro, com efeitos retroactivos a Março.

A decisão foi tomada em plenário realizado na quarta-feira da semana passada, reunião que integrou a «Acção Nacional de Protesto» da CGTP e

que contou com a presença do coordenador da central sindical, Manuel Carvalho da Silva.

Os aumentos de quatro por cento foram acordados em Agosto último juntamente com um conjunto de medidas que tinham como objectivo pôr fim ao despedimento colectivo de 1254 trabalhadores.

De acordo com o documento aprovado, a administração da empresa não cumpriu os compromissos assumidos relativamente ao aumento e aos despedimentos.

Adesão total na paralisação da cordoaria

A greve de dois dias realizada a semana passada no sector de Cordoaria, nos distritos do Porto e Aveiro, registou uma adesão de 99 por cento, segundo afirmou a Federação dos Sindicatos Têxteis (FESETE) que lembrou que “na origem do protesto estão as propostas de aumentos salariais apresentadas pela Associação Patronal do sector, que variam entre os zero e os quatro por cento”.

Para além dos baixíssimos aumentos salariais, a Associação Patronal recusa-se a negociar a redução do horário de trabalho, o subsídio de alimentação e o aumento da percentagem do pagamento dos horários nocturnos.

Segundo a FESETE, a paralisação afectou sobretudo a empresa “Quintas & Quintas”, na Póvoa de Varzim, uma das maiores do sector, que esteve praticamente paralisada.

Numa reunião realizada quinta-feira com a administração da empresa, registou-se alguma evolução nas negociações mas os trabalhadores consideraram as propostas insuficientes e decidiram manter a greve, marcada para os dois dias seguintes.

A empresa “Quintas & Quintas” tem cerca de mil trabalhadores e produz cordas e cabos de aço.

Os salários líquidos da maioria destes trabalhadores são de 58 mil e 400 escudos, os mais baixos do sector.

Tribunal anula despedimento colectivo

Vitória exemplar dos trabalhadores da Grundig

A Grundig foi condenada pelo Tribunal de Braga, que considerou «ilícito e consequentemente nulo» o despedimento efectuado em Agosto de 1992 na empresa, ordenando a multinacional alemã instalada na capital do Minho a reintegrar os trabalhadores «com antiguidade, categoria e demais regalias que antes usufruíam». Uma grande vitória dos trabalhadores da Grundig, empresa que conta há largos anos grandes tradições e capacidade de luta entre os seus efectivos e de onde é originário o coordenador da Intersindical, Manuel Carvalho da Silva, que ontem voltou a esta empresa para participar num plenário de trabalhadores, já com a presença dos reintegrados.

O plenário anunciado para ontem tinha também agendada a presença de dirigentes da União dos Sindicatos de Braga e de diversos dirigentes de outros sindicatos do distrito que à tarde participariam com Carvalho da Silva num outro plenário, desta vez com os trabalhadores da empresa de calçado Xavi, em São Torcato, Guimarães.

Na Grundig, desde o momento em que a administração pretendeu efectuar o despedimento colectivo, as organizações representativas dos trabalhadores (ORTs) denunciaram o facto como sendo «desnecessário e selectivo», tal como confirmaria o Tribunal ao referir na

sentença que, depois de Agosto de 1992, a Grundig «admitiu novos trabalhadores e recorreu a trabalho suplementar».

Tentativa de novo despedimento

O objectivo da Administração da Grundig era libertar-se de trabalhadores efectivos e, para isso, recorreu à alienação, à pressão e à coacção, para «cessação do contrato por mútuo acordo», na linha da actuação das administrações de grandes empresas nos últimos anos, aproveitamento da legislação imposta pelo PSD e Governo.

Mesmo em condições desfavoráveis, os trabalhadores da Grundig não acederam às intenções da administração e os que recusaram aceitar o fim do seu contrato foram integrados numa lista de despedimento colectivo.

No passado dia 31 de Outubro, antes ainda de ser conhecida esta sentença do Tribunal, a Grundig voltou a anunciar a intenção de proceder a novo despedimento colectivo, desta vez de 47 trabalhadores, facto que agora poderá mais facilmente ser inviabilizado, depois de conhecida a decisão do Tribunal sobre o despedimento colectivo anterior.

O Sindicato das Indústrias Eléctricas do Norte teve papel decisivo neste processo, dado que assumiu, através do seu contencioso, a contestação jurídica. Por outro lado, os trabalhadores não despedidos, em acto de solidariedade com as vítimas do despedimento colectivo, encetaram, ao longo destes dois anos, diversas formas de luta.

Factores a que agora se junta uma decisão do Tribunal de Braga que poderá repetir-se, caso se concretize a intenção de novo despedimento colectivo, já que as ORTs da Grundig denunciam a utilização da administração do



recurso sistemático ao trabalho suplementar e «à admissão sistemática de trabalhadores contratados a prazo», factos que, como já se disse, foram levados em conta pelo Tribunal na decisão favorável aos trabalhadores referente ao despedimento colectivo de Agosto de 92.

«É insustentável, até, que esta empresa possa beneficiar de subsídios de incentivo à criação de emprego quando, por outro lado, toma medidas que visam reduzir o emprego», considera num comunicado entretanto emitido por aquela estrutura de trabalhadores.

DORBraga saúda vitória contra capitalismo

Esta boa notícia para os trabalhadores da Grundig foi saudada pela Comissão Executiva da Direcção da Organização Regional de Braga do PCP num comunicado onde se considera ser esta «a vitória de todos quantos não se conformam com os ditames do capitalismo e resistem à pressão e coacção para a rescisão dos contratos de trabalho».

A DORBraga recorda a propósito o agravamento da legislação laboral proposta no Acordo Económico e Social recusado pela CGTP, saúda os militantes comunistas na empresa que tiveram um papel fundamental ao longo deste processo e manifesta a sua solidariedade aos que eventualmente venham a ser vítimas de nova tentativa de despedimento colectivo.

Serviços de Informações PSD sacrifica direitos e garantias em nome da eficácia

O Grupo Parlamentar do PCP desafiou o Governo a demitir de imediato o general reformado Pedro Cardoso das funções de Secretário-geral da Comissão Técnica do Conselho Superior de Informações. Lançado no decorrer do debate sobre os Serviços de Informações, realizado faz hoje oito dias - por razões que se prendem com o "perfil, o testemunho e as opiniões" do homem que funciona como a peça-chave do sistema de informações - este repto da bancada comunista constitui, do seu ponto de vista, o melhor teste para aferir da existência por parte do Governo de "um mínimo de boa-fé" no processo onde é arguido de fomentar e pactuar com gritantes situações de ilegalidade que põem em causa as liberdades, direitos e garantias dos cidadãos.

Em causa estão, concretamente, como salientou o deputado comunista João Amaral, que as recenseou de forma exaustiva (ver intervenção no "Em Foco" desta edição), as ilegalidades repetidamente cometidas pelos Serviço de Informações, num contexto de actuação que o colocou enfeudado às opções político partidárias do Governo do PSD, transformando-o inclusivamente "numa espécie de aparelho de informações políticas" ao seu serviço.

Assim se explica, pois, face à incomodidade da matéria, que o Governo tudo tenha feito para

impedir o seu debate - esforço este só interrompido por força do veto presidencial, como lembrou o parlamentar do PCP -, do mesmo modo que sempre se recusou a aprovar os inquéritos parlamentares apresentados ou que sempre se opôs a aceitar as alterações necessárias para conferir eficácia ao Conselho de Fiscalização.

Do que se trata, por conseguinte - e foram estas as questões centrais colocadas por João Amaral no centro do debate - é, por um lado, de pôr termo às ilegalidades praticadas pelo SIS, reconduzindo-o

às funções para que foi criado; adoptar, por outro lado, mecanismos de fiscalização eficazes; e, por último, accionar os mecanismos de investigação capazes de levar ao apuramento de responsabilidades e ao esclarecimento do que efectivamente se passou.

Objectivos estes que, como o debate veio a comprovar, não estavam propriamente na ordem das preocupações das bancadas do Governo e da sua maioria, ambas apostadas, tão-só, em transferir as atenções para a eficácia dos Serviços, elevando-a à única questão de Estado, como se, registesse, a questão das liberdades não estejam nessa condição e em primeiro lugar.

Não admira, pois, que de todas as intervenções produzidas quer pelos deputados da maioria quer pelo Ministro da Administração Interna, nem uma palavra tenha sido dedicada à questão das liberdades e das garantias e direitos dos cidadãos.

Mas se esta substituição do discurso das liberdades pelo discurso da eficácia, como assinalou João Amaral em declarações ao "Avante", não causa estranheza vinda do PSD, já o mesmo não se poderá dizer da postura do PS ao longo do

debate, de onde vieram sinais inquietantes de recuo e de uma perigosa aproximação às teses do Governo.

Disso mesmo é testemunho o facto de no discurso do novo líder parlamentar do PS, Jaime Gama, nem uma palavra ter sido proferida sobre os casos concretos de ilegalidade e abusos praticados pelo SIS, sobre as suas acções de vigilância tendo como alvo iniciativas sindicais, de associações de estudantes, de organizações de agricultores, de autarcas e de partidos, que legitimamente exercem os seus direitos de manifestação, de reunião e de associação.

Um estranho silêncio que não pode deixar de suscitar uma questão: a confirmar-se esta aproximação do PS ao PSD, e se ela ganhar corpo a partir da questão da eficácia, significa isso que estão dispostos a de alguma maneira comprometer a questão das liberdades?

Combate à corrupção

"A política de combate à corrupção" ocupará hoje o centro do debate parlamentar, preenchendo a totalidade do período antes da ordem do dia da sessão plenária. Inicialmente requerido com carácter de urgência pelo PCP - posição esta que mereceu a adesão ulterior das restantes formações parlamentares -, este debate está a ser aguardado com alguma expectativa, face à extrema gravidade dos factos que sucessivamente têm vindo a lume, na sua generalidade indiciando uma situação de completa impunidade quanto à prática de fraudes e actos de corrupção.

Atento à gravidade da situação, para ela tem vindo o Grupo Parlamentar do PCP a chamar a atenção, pondo nomeadamente em relevo aquilo que considera ser uma actuação deliberada do Governo PSD no sentido de impedir a investigação dos crimes de corrupção de fraudes.

Estão neste quadro, sobretudo, os casos que se referem a desvios de verbas do Fundo Social Europeu, existindo a este respeito a convicção de que a ausência de investigação por indisponibilidade de meios concedidos pelo Governo está associada à tentativa de proteger clientelas suas profundamente implicadas nesses crimes e ao propósito de ocultar perante a opinião pública a real dimensão do fenómeno.

Perante esta realidade que classifica de gravíssima, e para além da proposta de realização do debate de hoje, recorde-se, a bancada comunista já propôs também que a Assembleia da República encarregue a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias de elaborar um relatório sobre o estado da investigação, nomeadamente sobre o cumprimento dos prazos processuais dos processos relativos a crimes de corrupção.

PCP exige mais dinheiro para as autarquias

O Grupo Parlamentar do PCP vai bater-se pelo aumento da verba a transferir a título de Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) para as autarquias, em ordem a cumprir a lei de finanças locais, defendendo simultaneamente que aquelas sejam compensadas pelas isenções e reduções fiscais que as afectam.

Esta posição, anunciada no Parlamento pelo deputado comunista Luís Sá, em intervenção produzida no período antes da ordem do dia, surge na sequência de declarações recentes do secretário-geral do PSD, em que este afirma que a Associação Nacional dos Municí-

pios Portugueses é instrumentalizada pelos partidos da oposição ao Governo.

Refutando tais acusações, que considerou insultuosas, Luís Sá sublinhou a propósito que foi o Governo quem sonou dados essenciais no primeiro encontro que teve com a referida Associação, como é o caso do montante global do IVA previsto para o Orçamento do Estado, de modo, acusou, "a escamotear que as autarquias não participaram em 45 milhões de contos a que têm direito", verba esta inscrita directamente no orçamento da segurança

social. Desmontada por Luís Sá foi igualmente outra afirmação de Nunes Liberato referente a um alegado aumento das receitas municipais na ordem dos 13 por cento, comentando a este respeito que ainda há dias o Governo reconhecia na Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano que o aumento médio do FEF não vai além dos dez por cento.

Por esclarecer, nessa mesma reunião, lembrou o parlamentar comunista, ficou também a redução da contribuição autárquica e a não compensação das isenções fiscais em matéria de impostos que revertem para os municípios.

Verberado por Luís Sá, noutro plano, foi ainda o facto de o PSD ter incluído na Lei do Orçamento do Estado um pedido de autorização legislativa para transferir competências para os municípios, expediente este que classificou de "altamente discutível do ponto de vista técnico" e que mereceu, recorde-se, o repúdio das autarquias em alguns aspectos.

Tais encargos, alertou, "podem transformar-se em mais um factor de dificuldades e, em alguns casos, podem levar ao aumento de despesas correntes, que o Governo obriga arbitrariamente a uma nova diminuição na proposta de lei do OE", para assim pressionar despedimentos, forçar a privatização de serviços públicos e criar mais dificuldades à realização de obras por administração directa.

Orçamento rectificativo Governo erra nas contas

As alterações ao Orçamento do Estado do ano em curso, apreciadas pelo Parlamento na semana transacta, vieram de novo trazer a lume o irrealismo das projecções macro-económicas do Governo, confirmando simultaneamente a justeza das críticas em devido tempo formuladas pelos partidos da oposição, designadamente pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Este regresso ao debate orçamental, provocado pelas alterações propostas pelo Executivo, veio designadamente pôr em evidência a correcção das posições então defendidas pela formação comunista. Na ocasião - como agora recordou o deputado comunista Lino de Carvalho -, o PCP alertou para a natureza inadequadamente restritiva do Orçamento e suas consequências no aumento do desemprego, para a diminuição do rendimento real disponível das famílias em resultado das alterações do IRS, para a reincidência em penalizar o sector da educação, e para a falta de credibilidade quanto ao cenário macro-económico.

Ainda longe de ter passado um ano, todas estas acusações acabaram por ter confirmação, caindo por terra os principais argumentos então aduzidos pelo Governo, os quais apontavam, lembre-se, para miríficos objectivos como o crescimento do produto a uma taxa acima da média comunitária, o desagramento fiscal, o crescimento do investimento para valores na ordem dos 15 por cento, o aumento do emprego.

Sabe-se agora, afinal, confirmando anteriores denúncias, que o Orçamento para 1994 não passou de pura "propaganda e de ilusão", como sublinhou Lino de Carvalho, exemplificando a este respeito com o crescimento do produto (pelo segundo ano consecutivo inferior em cerca de metade ao da média comunitária), com o aumento do peso das receitas fiscais no PIB enquanto diminuiu o rendimento real disponível das famílias, com o valor das dívidas ao fisco e à Segurança Social a elevar-se para os 1000 milhões de contos, com o crescimento real do investimento a não ir além dos cinco por cento e com o aumento em flecha do desemprego.

Motocultivadores obrigam a carta

A exigência imposta pelo novo Código de Estrada de que os utilizadores de motocultivadores são obrigados a ter carta de condução está a suscitar uma onda de perplexidade e revolta entre os visados, na sua generalidade agricultores que utilizam aqueles veículos para a deslocação a feiras e para chegar e atravessar as suas terras.

A questão assume contornos graves uma vez que, como salienta o deputado Lino de Carvalho em requerimento dirigido ao Governo a propósito do assunto, ou dezenas de milhares de agricultores deixam imediatamente de usar o seu motocultivador ou sujeitam-se a coimas que podem ir até 200 mil escudos.

Considerando que a aplicação imediata do novo Código a quem anteriormente não era exigida qualquer carta de condução para o efeito constitui uma medida inusitada que "não tem em conta o tecido cultural nacional", Lino de Carvalho defende que o Governo adopte uma de duas medidas: ou a revogação pura e simples desta obrigação ou a concessão de um período de transição de pelo menos dois anos que permita aos agricultores obterem a carta, podendo, até lá, conduzir o seu motocultivador.

União Económica e Monetária

Futuro incerto na União Europeia

A Comissão Europeia, face à constatação de que dez Estados-membros apresentam um risco de défice em relação aos critérios estipulados no Tratado de Maastricht para a passagem à fase final da União Económica e Monetária (UEM), tem vindo a pressionar insistentemente os Estados em causa para pôr fim aos défices excessivos, tanto pelo Estado como pela Segurança Social e as colectividades locais. As recomendações feitas para atingir tal objectivo, a ser seguidas, terão inevitável incidência negativa no poder de compra, no emprego, na protecção social e, consequentemente, limitarão o crescimento. Esta opinião é partilhada pela Conferência das Nações Unidas para a Cooperação, Educação e Desenvolvimento (CNUCED), cujo relatório anual sobre comércio e desenvolvimento, recentemente divulgado, considera que as condições de convergência exigidas pelo Tratado de Maastricht para a passagem à moeda única são demasiado restritivas e refreiam o crescimento.

As insistências da Comissão contrariam, de algum modo, a recente posição assumida face à Irlanda, cuja política económica e financeira foi positivamente classificada, apesar do seu endividamento global continuar superior aos critérios fixados no Tratado de Maastricht.

Aquela atitude desagradou particularmente à Alemanha. Em entrevista a um jornal de Munique, o presidente do Bundesbank, Hans Tietmeyer, criticou a Comissão, considerando que "se trata pelo menos de uma interpretação relativamente generosa" que abre caminho a que outros países se aproveitem do precedente criado.

Na referida entrevista, Tietmeyer volta a defender a tese da coligação governamental da CDU/CSU do chanceler Helmut Kohl de uma Europa a duas velocidades. Afirmando não compreender a "emoção" que tais teses suscitam em alguns Estados-membros, Tietmeyer reafirma a necessidade de um núcleo duro no seio da União Europeia, indo ao ponto de afirmar que "quem recusa isso não deveria ter assinado o Tratado de Maastricht", e que "sem possibilidade de diferenciação" no seio da UE, corre-se o risco da União estacionar ou mesmo regredir.

Cabe referir, a propósito, que o presidente do Bundesbank faz uma leitura muito particular do Tratado. Na citada entrevista, Hans Tietmeyer declara-se convencido de que "se poderá continuar a pagar em marcos no ano 2000", pondo assim em causa a instauração de uma moeda única europeia antes do fim do século.

"Não se compreende muito bem, na Alemanha, que a passagem à União Monetária se faça de qualquer maneira em dois tempos", disse Tietmeyer, sublinhando que "o primeiro passo é a criação da União Monetária com um banco central (cuja sede, diga-se de passagem, será na Alemanha) e a fixação absoluta das taxas de câmbio", enquanto "a passagem à moeda única só terá lugar numa segunda etapa", pelo que é "altamente provável que haja um período de transição com as divisas nacionais".

"As paridades absolutamente fixas significam economicamente que há uma união monetária mas não ainda uma moeda única" - diz ainda o presidente do Bundesbank.

Trata-se de uma afirmação curiosa, já que o Tratado de Maastricht estipula, pelo contrário, que o banco central europeu deverá, desde a sua criação o mais tardar em 1 de Janeiro de 1999, tomar rapidamente as medidas necessárias para introduzir o ecu como moeda única dos países membros da UEM. Vale a pena lembrar que, segundo o Tratado, a passagem à União Monetária em 1997 (o que parece fora de causa) pressupõe uma maioria de Estados-membros que preencham os critérios restritos de convergência económica e financeira; se tal não for o caso, a UEM entrará em vigor em 1 de Janeiro de 1999 apenas com os Estados-membros que preencham esses critérios.

Europa a duas velocidades, pagamentos em marcos e UEM no ano 2000 parece ser um futuro particularmente desejado pela Alemanha. Resta saber se as consequências de semelhante "solução" no resto da União não vão ser demasiado dramáticas para que se possa encerrar o futuro com confiança.

CONTRA O RACISMO

O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia do PE, em que se integram os eurodeputados do PCP, divulgou, no passado dia 9, em Bruxelas, uma declaração em que manifesta a sua profunda preocupação com a escalada do racismo e do fascismo, muitas vezes acompanhada de actos de violência, em numerosos Estados da União Europeia. O documento, que assinala a "Jornada internacional contra o fascismo e o anti-semitismo", por ocasião do 50º aniversário da vitória sobre o nazismo, congratula-se, por outro lado, com a mobilização dos democratas e anti-racistas em toda a Europa contra o racismo, e insiste na necessidade de continuar a intensificar esforços neste domínio. Para o GCEU, as declarações de princípio e as condenações morais dos governos e autoridades da União Europeia não bastam, antes devem ser acompanhadas de medidas concretas que combatam de forma eficaz as causas económicas e sociais que alimentam o racismo. Nesse sentido, o Grupo advoga, designadamente, a luta contra as exclusões, pelo emprego e os direitos sociais; a aplicação e reforço das legislações nacionais contra o racismo; a protecção das comunidades estrangeiras contra as discriminações e violências racistas, reconhecendo-lhes a igualdade de tratamento em matéria social, cultural e política.

ÁGUAS PARADAS

O Plano Hidrológico Nacional Espanhol não foi apresentado, enquanto tal, à Comissão Europeia. Quem o afirma é o comissário Bruce Millan, em resposta a uma pergunta escrita dos deputados Laura Alvarez e Sérgio Ribeiro, do GCEU, sobre as implicações da gestão dos recursos hídricos transfronteiriços de Portugal e Espanha.

Segundo o comissário Millan, a Comissão, caso venha a receber um pedido de financiamento relativo ao PHNE, procederá à respectiva análise "à luz das directivas estabelecidas no quadro comunitário de apoio para as regiões espanholas do objectivo nº1 e tendo em conta a regulamentação comunitária pertinente". Ainda no que se refere à navegabilidade dos rios em Espanha e em Portugal, o comissário confirma que "a Comissão incluiu o Douro, o Tejo e o Guadiana na sua proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho de 7 de Abril de 1994, sobre as orientações comunitárias para o desenvolvimento da rede transeuropeia de transportes". Esta proposta, esclarece, está actualmente em análise nas referidas instituições.

PROJECTOS

No final da semana de 24 a 28 de Outubro último, a comunicação social portuguesa deu grande destaque à reunião realizada em Bruxelas entre o ministro Valente de Oliveria e o comissário Bruce Millan, durante a qual o Governo português fez a entrega de uma série não discriminada nem explicitada de projectos candidatos a diversos programas do II Quadro Comunitário de Apoio (QCA) a Portugal. Paralelamente, personalidades ligadas a diversos sectores, designadamente ao Poder Local e a estruturas intermunicipais, têm-se vindo a referir a projectos eventualmente candidatáveis ao II QCA e seus programas, sem que haja absoluta segurança da sua aceitação por parte da Comissão, ou mesmo que tenham sido de facto entregues. Nestas condições, torna-se naturalmente difícil conhecer com exactidão a lista de projectos entregues por Portugal, o que causa perplexidade na opinião pública e pode gerar situações especulativas de todo em todo inconvenientes num processo cuja transparência é consensualmente exigida por todos. Assim, com o objectivo de clarificar a situação, o eurodeputado do PCP, Honório Novo, solicitou à Comissão a relação completa dos projectos candidatos ao II QCA a Portugal entregues pelo Estado português, bem como a indicação dos programas a que se candidatam, a respectiva previsão orçamental e o horizonte temporal de execução. Aguarda-se a resposta.

BANANAS E DIREITOS

Em Junho do ano passado, o Tribunal de Justiça da Comunidade rejeitou um recurso do governo alemão que pedia a suspensão do regulamento relativo às bananas e que visa proteger os produtos comunitários (Antilhas e Madeira) e os provenientes de países com que a Comunidade tem relações privilegiadas (países ACP em que se incluem as ex-colónias portuguesas). O governo alemão, em manifesta rebeldia contra tal decisão, resolveu abrir (simbolicamente!), no dia 15 de Março último, as suas fronteiras às bananas da América Latina, desrespeitando o regulamento cuja suspensão não conseguira por via legal. Questionada sobre esta situação pelo eurodeputado Sérgio Ribeiro, a Comissão contactou as autoridades alemãs pedindo esclarecimentos. Segundo o comissário René Steichen, as referidas autoridades informaram "que a resolução do governo alemão não significou um abandono da aplicação da regulamentação comunitária em matéria de bananas", pelo que "as disposições aplicáveis à importação de bananas manter-se-ão efectivamente em vigor". Fica por esclarecer se a birra alemã não passou disso mesmo, ou se "as disposições aplicáveis" não passam de letra morta quando não agradam à Alemanha.

"Ja" sueco vence "nej"

"Deverá a Suécia tornar-se membro da União Europeia, segundo os termos do acordo alcançado nas negociações com a UE?" - esta a questão que dividiu praticamente ao meio o eleitorado sueco, mas cuja resposta acabou por ser favorável aos defensores do "sim".

No referendo de domingo, 52,2 por cento dos suecos votaram a favor da adesão ("ja"), 46,9 por cento pronunciaram-se contra ("nej") e 0,9 por cento votaram em branco, de acordo com os resultados oficiais completos.

Em 6.510.055 eleitores, 2.792.789 votaram "sim" à UE, 2.514.098 "não" e 48.166 votaram em branco.

A taxa de participação no referendo atingiu 82,4 por cento, segundo os dados oficiais.

O parlamento sueco deverá agora aprovar formalmente a adesão, já que todos os partidos suecos prometeram respeitar a opinião da população sobre este tema.

A Suécia deverá, nestes termos, juntar-se aos "Doze", em princípio, a 1 de Janeiro do próximo ano, a par da Áustria e da Finlândia.

As reacções aos resultados do referendo sueco não se fizeram esperar.

O primeiro-ministro sueco, Ingvar Carlsson, declarou que vai "trabalhar a favor do emprego, da paz, da democracia e do meio ambiente" no seio da União Europeia, ao mesmo tempo que, em Bruxelas, o presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, se congratulava com a vitória do "sim" e sublinhava a influência que a Suécia pode vir exercer no seio da União, recordando que a Suécia desempenha "um papel pioneiro em matéria social e de meio ambiente".

Jacques Delors aproveitou ainda a ocasião para se dirigir aos noruegueses, os próximos a decidirem sobre a sua integração na UE, pedindo-lhes que "reflectam, pois temos necessidade deles como, possivelmente, eles terão também necessidade de contar com uma Europa Unida". O presidente do Parlamento Europeu, o social-democrata alemão Klaus Haensch, congratulou-se também pelo voto favorável dos suecos à adesão, sublinhando que Estocolmo estará assim associado à reforma das instituições europeias em 1996.

"O povo sueco agarrou a oportunidade de participar, em 1996, em todas as decisões respei-

tantes às alterações ao Tratado de Maastricht e nos esforços para reforçar e democratizar a União Europeia", disse Haensch, num comunicado divulgado no domingo, em Bruxelas.

O governo britânico, por seu turno, manifestou-se "encantado" com a vitória do "sim" na Suécia. "Estamos encantados pelo facto de os suecos terem seguido o exemplo dos austríacos e dos finlandeses", declarou um porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, acrescentando que o governo britânico "aguarda agora com impaciência" a oportunidade de trabalhar ao lado da Suécia no seio da União Europeia.

Em Copenhaga, o primeiro-ministro dinamarquês, Poul Nyrup Rasmussen (social-democrata) saudou igualmente a vitória do "sim" na Suécia, a qual, segundo afirmou no domingo, "constitui

uma nova referência para o desenvolvimento histórico que marcou a Europa depois da Segunda Guerra Mundial".

"A adesão sueca confirma que a Europa deve ter como alicerces a cooperação e a confiança entre os seus países" - disse ainda o dirigente dinamarquês.

Do mesmo modo, em Helsínquia, os dirigentes políticos da Finlândia congratularam-se pelo voto sueco favorável à adesão à UE, e indicaram que o parlamento finlandês ratificará a entrada do país na UE ainda esta semana.

A Finlândia devia ter ratificado a sua adesão há uma semana, mas as divisões internas sobre a matéria levaram ao atraso da decisão até ser conhecido o resultado do referendo na Suécia.

As expectativas centram-se agora na Noruega, que já uma vez se pronunciaram contra a adesão à Comunidade. A Noruega, cujo referendo sobre esta questão se realiza no próximo dia 28, é o último dos quatro países nórdicos candidatos à UE a pronunciar-se sobre a adesão. A maioria dos observadores considera que os resultados da Finlândia, Áustria e Suécia influenciarão os noruegueses.



Bósnia

Guerra redobra de intensidade

A guerra redobrou de intensidade na Bósnia-Herzegovina. Em plena ofensiva do exército bósnio, Washington anuncia a sua intenção de pedir ao Conselho de Segurança da ONU o levantamento do embargo de armas - em vigor para toda a ex-Jugoslávia - a favor do governo bósnio. Um iniciativa a que se iria seguir a decisão do governo de Clinton de avançar unilateralmente com o fim do controlo marítimo ao embargo de armas para a Bósnia, o que põe em cheque os seus próprios aliados da NATO.

A lógica da guerra reinstala-se, assim, sem nuances, em vastas zonas do país. Radovan Karadzic, dirigente dos sérvios bósnios, anuncia que as suas forças iriam responder, "ponto por ponto", à ofensiva das forças bósnias e que não estava em perspectiva qualquer acordo de troca de territórios pela paz. "Não haverá qualquer acordo sobre os territórios sérvios. Não haverá nenhuma retirada, nenhuma restituição de territórios, se a saída da crise for militar", afirma o dirigente dos sérvios bósnios. De ambos os lados se regressa à afirmação/acusação de que "se o inimigo quer a guerra, irá tê-la".

Entretanto, o exército do governo bósnio sofre evoluções pouco consentâneas com o carácter pluriétnico de que o mesmo governo se reivindicava. Segundo o correspondente especial do "Figaro", a 7ª Brigada muçulmana integra jovens soldados que se batem pelo "esplendor do Islão". Combatentes "prontos a manejar as mesmas armas dos seus adversários: pilhagem, terror e limpeza étnica". Idênticas mudanças se vêm a registar ao nível da sociedade e do governo da Bósnia. Res-

ponsáveis islâmicos lançaram nos últimos meses uma campanha contra os "casamentos mistos", e o actual ministro da Cultura é um representante da fracção islâmica mais próxima dos grupos fundamentalistas.

No terreno da guerra, e após um avanço do exército bósnio, de maioria muçulmana, os sérvios bósnios avançam, e recuperam em quatro dias cerca de 40 por cento do território conquistado em três semanas.

Face a essa evolução, o governo de Sarajevo uma vez mais reclama por uma intervenção, quer da ONU, quer da Croácia (que entretanto recusou qualquer envolvimento nos combates, apesar de as suas tropas na Bósnia estarem mais ou menos integradas no exército da federação croato-muçulmana).

Neste quadro, a decisão unilateral dos Estados Unidos de levantar de facto o embargo às armas, no que respeita ao governo bósnio, é uma contribuição concreta para o alimentar da guerra. Reflete por outro lado um sobranceiro desprezo pelas próprias instituições internacionais em que participa, e nas quais aliás tem um peso político

decisivo, como é o caso do Conselho de Segurança da ONU (que em Setembro de 1991 aprovou uma resolução impondo o embargo às armas a todas as repúblicas da ex-Jugoslávia).

É verdade que este embargo - como muitos outros - nunca foi efectivo. Segundo recentes declarações do ministro croata da Defesa, Gojiko Susak, ao diário norte-americano "New York Times", a Croácia fornece regularmente ao exército governamental bósnio armas



anticarro, obuses de morteiro, canhões e metralhadoras. Um exemplo concreto que não será único.

O que em nada anula a gravidade da decisão norte-ame-

ricana. Tanto no plano prático como político. Num quadro em que são vários os sectores empenhados em arrastar uma situação de guerra, a decisão norte-americana é mais um

contributo para que essa guerra prossiga. Afastando mais ainda e tornando mais difíceis quaisquer perspectivas de construção de uma solução pacífica.

Timor-Leste

Revolta popular nas ruas de Díli

Díli tem vindo a ser sacudida nestes últimos dias por sucessivas manifestações de revolta popular, testemunho claro da recusa e da tensão gerada pelo prosseguimento da ocupação indonésia. Na revolta expressa nas ruas de Díli e de outras localidades, está uma geração que as autoridades indonésias considerariam como "integrada". Índicio da força e profundidade da exigência de autonomia para a nação maubere.

A revolta que lavra nas ruas teria sido despoletada por um incidente mais no quotidiano difícil da população de Timor-Leste - o assassinato de um timorense por um comerciante indonésio. E coincidiu no tempo com o terceiro aniversário do massacre de Santa Cruz, que forças da resistência timorense optaram por assinalar - aproveitando a presença de dirigentes políticos de vários paí-

ses e de quase dois mil jornalistas, para a cimeira da Conferência Económica Ásia-Pacífico (APEC) - pela invasão da embaixada norte-americana por um grupo de jovens timorenses. Jovens portadores de uma mensagem a entregar a Bill Clinton, em que nomeadamente se exige a libertação de Xanana Gusmão e um diálogo com os verdadeiros representantes do povo indonésio, se sublinha a interligação entre a luta dos povos timorense e indonésio e se apela aos Estados Unidos para usarem da sua influência junto do governo indonésio "na solução de um conflito que constitui flagrante violação aos princípios universais e ao direito internacional".

A revolta popular aparece entretanto como um movimento espontâneo, testemunho da coragem e determinação de quem já não pode mais suportar o peso da ocupação, de um quotidiano feito de humilhações e da presença ameaçadora do aparelho repressivo indonésio.

Estes dias de luta, que levaram para a rua milhares de timorenses, em Díli, Baucau, Manatuto, Ermera, Maliana, em confronto directo com a polícia, saldou-se em quatro mortos e um número indeterminado de feridos. Mais de setenta detenções foram oficialmente confirmadas, mas a agência noticiosa Associated Press estimava em cento e cinquenta o número de prisões efectuadas na noite de domingo para segun-

da. A revolta prosseguiu entretanto e surgiram mesmo novos focos de protesto. Na área da universidade de Díli, cerca de quinhentos estudantes timorenses estiveram durante algumas horas cercados por três destacamentos da polícia de choque indonésia.

Uma luta que prossegue e que desde já se afirma como um ponto alto na batalha pela independência de Timor.

O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia (CGUE), que engloba os deputados comunistas portugueses, apresentou ao Parlamento Europeu uma proposta de Resolução em que se sublinha "que os graves acontecimentos que estão ocorrendo em Díli e noutras localidades - e cuja cobertura mediática não consente a minimização - demonstram que a situação criada pela desobediência da Indonésia às decisões das Nações Unidas, desrespeitando o princípio da autodeterminação, continua a provocar o repúdio do povo timorense, a sustentar graves atentados aos Direitos Humanos e a traduzir-se por uma perigosa tensão". E nomeadamente se exige "a libertação dos presos políticos, condenados pela Indonésia por terem sido - e continuarem sendo - intérpretes do sentir do povo a que pertencem".

PCP saúda MPLA no 19.º aniversário da independência de Angola

Por ocasião do 19º aniversário da independência de Angola, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou, ao Presidente José Eduardo dos Santos e ao Comité Central do MPLA, a mensagem que transcrevemos:

Caros camaradas

O Partido Comunista Português saúda, no 19º aniversário da independência de Angola, o MPLA, os seus militantes e todo o povo angolano.

Esta data maior do povo angolano é indissociável do papel dirigente do MPLA na luta contra o fascismo, o colonialismo, a guerra colonial, pela independência de Angola, pela paz e pelo progresso.

Dirigido pelo MPLA, o povo angolano teve de enfrentar, depois da independência, as invasões dos racistas sul-africanos, a contra-revolução da Unita apoiada pela África do Sul e pela administração dos EUA.

Mesmo depois das eleições livres e justas que confirmaram o MPLA como o partido mais votado e o Presidente José Eduardo dos Santos com quase 50% dos votos, a guerra continuou pelo facto da Unita voltar a pegar nas armas para desrespeitar e subverter a opção livre do povo angolano, impondo ao povo angolano tremendos sofrimentos.

O PCP, que tem sido solidário com o MPLA na luta pela independência nacional e integridade territorial de Angola, pelo progresso social e a paz do povo angolano, manifesta uma vez mais, nesta hora decisiva para o futuro de Angola, ao MPLA a solidariedade dos comunistas portugueses, formulando votos de sucesso à actividade do MPLA.

O PCP renova a sua vontade de manter e reforçar os laços históricos de amizade, solidariedade e cooperação forjados entre o PCP e o MPLA.

Nota sobre Timor-Leste

O Gabinete de Imprensa do PCP emitiu, na passada segunda-feira, a seguinte nota:

As recentes manifestações de timorenses em Jacarta e em Timor-Leste, contra a ocupação do país pela Indonésia, desafiando uma vez mais a feroz repressão do ocupante, constituem uma nova demonstração do apego do povo maubere à liberdade e à independência. Não obstante as prisões, as torturas, os assassinatos e os massacres, visando liquidar a resistência e intimidar o povo maubere, a verdade é que a luta pela independência de Timor-Leste prossegue com

acções de grande significado político.

Solidário com a justa luta do povo timorense, o PCP considera necessárias medidas concretas e urgentes da comunidade internacional tendo como objectivo pôr termo à repressão e à ilegal ocupação de Timor-Leste pela Indonésia. Considera que os EUA e outras potências ocidentais, com a sua cumplicidade e chorudos negócios com a ditadura de Suharto, assumem pesadas responsabi-

lidades pelo drama do povo de Timor-Leste.

Apela aos Órgãos de Soberania de Portugal para que, conjugadamente, desenvolvam uma intensa e diversificada ofensiva de carácter político e diplomático junto da comunidade internacional, no sentido de isolar a Indonésia e assegurar ao povo timorense o exercício do direito à autodeterminação e independência.

Apela ainda aos portugueses para que, pela sua acção cívica e política, mantenham viva a solidariedade à luta do povo maubere pela sua independência.

Itália

A maior manifestação do pós-guerra

Mais de um milhão e meio de pessoas concentraram-se em Roma - contra a política socioeconómica do governo de Berlusconi, e em particular contra o projecto de Orçamento de Estado para 1995 - numa manifestação já considerada como a maior realizada em Itália no pós-guerra.

Para esta imensa manifestação veio gente de todo o país, mobilizando para o seu transporte cinquenta autocarros, quatro navios e milhares de carros. Reunidos em cinco pontos de concentração, de onde partiram cinco cortejos pelas ruas de Roma, os manifestantes concentraram-se em três locais diferentes - no Circo Massimo e nas praças do Povo e de San Giovanni.

Entretanto, o projecto de lei das Finanças está a ser examinado pela Câmara dos Deputados, e o governo tenciona fazer votar uma moção de confiança que lhe permita ter as mãos mais livres para impor uma política que tão claramente merece o repúdio popular.

A resposta dos trabalhadores italianos a esta manobra do governo de Berlusconi poderá vir a ser uma greve geral, dando

ainda maior impulso a um processo de luta que em 14 de Outubro último mobilizou 3 milhões de trabalhadores.

O que está em causa neste momento é um desafio frontal do governo de direita aos mais elementares direitos e interesses dos trabalhadores, que nomeadamente contaria com o apoio e incentivo do grande capital internacional. De referir, por exemplo, um editorial do "Independent" de Londres que, em véspera da aprovação do projecto de Orçamento para 95 pelo governo italiano, afirmava ser indispensável uma confrontação directa e frontal com os sindicatos italianos, à semelhança do que acontecera em Inglaterra.

Entretanto, a resposta dos trabalhadores italianos a esse desafio foi de tal ordem que levou as centrais sindicais italianas a encabeçar a luta - dando-lhe

uma maior envergadura - apesar da sua história recente de clara colaboração de classes. Uma história que passou pelo acordo de Julho de 92 sobre moderação salarial, pela aceitação do fim da escala móvel, e por um célebre acordo com o governo Ciampi e a Confindustria, o ano passado, que desencadeou protestos de massas em toda a Itália, liderados pelos Comitês de Empresa e pela Refundação Comunista.

O projecto de Orçamento, alvo de tão profunda e generalizada contestação social, inclui grandes cortes na saúde e em particular no sistema de pensões. Diversas estimativas apontam para um corte brutal, da ordem dos 40%, nas pensões de reforma, que passam de 80% para 45% do último ordenado recebido, acompanhado

de um aumento da idade da reforma de 5 anos (de 65 anos para os homens e de 60 para as mulheres).

A reacção popular - que nestes dias culminou com a enorme manifestação de Roma - foi imediata, desdobrando-se em greves e manifestações espontâneas, cortes de estrada, ocupações a nível local ou sectorial. A greve geral nacional de 4 horas de 14 de Outubro terá ultrapassado todas as expectativas. Segundo o jornal "La Stampa", teria sido "a mais imponente greve geral dos últimos 25 anos com percentagens de adesão muitas vezes acima dos 90% e com mais de três milhões de pessoas nas praças", participando nas manifestações organizadas em 90 cidades italianas. Foi geral a

presença de jovens e de diferentes sectores profissionais (empregados e quadros), que noutras ocasiões estiveram ausentes.

À greve geral de 14 de Outubro sucederam-se múltiplas outras acções de luta, como a manifestação de 50 mil funcionários públicos em Roma, ou a de 30 mil reformados, também em Roma, em fins de Outubro, e numerosas greves sectoriais e locais.

O governo prossegue entretanto a sua política, nomeadamente em sectores tão importantes como o da informação.

Ainda recentemente Berlusconi passou ao ataque da televisão estatal, e nomeou gente da sua confiança para a direcção dos três canais públicos. O que na prática significa que neste

momento controla os seis canais televisivos de difusão nacional em Itália.

O profundo descontentamento com a política do actual governo italiano não se exprime entretanto apenas nas grandes lutas populares que têm vindo a abalar o país. Tende também a alimentar o apoio aos fascistas da Aliança Nacional, possuidores da única verdadeira estrutura partidária a nível da coligação governamental, e sem se encontrarem na primeira linha do confronto político.

As sondagens indicam uma subida da Aliança Nacional e do seu dirigente Fini, que assim capitalizam parte do descontentamento com a política do governo Berlusconi.

Lutas na Europa

França
Sector público em luta

As federações sindicais CGT e FO da Função Pública preparam uma grande jornada de luta com manifestações e greves, para o dia 23 de Novembro, em defesa do serviço público, do emprego e do estatuto do funcionalismo público.

Esta jornada testemunha da grande preocupação do funcionalismo público francês face à supressão de postos de trabalho e as reformas no sector, consideradas como negativas para o funcionamento dos serviços públicos.

As manifestações previstas para dia 23 inserem-se numa semana de mobilização nacional interprofissional pelo emprego, pelos salários e protecção social, promovida pela CGT.

Vitória após duas semanas de greve

Outras lutas se têm vindo também a desenvolver em França, em diversos sectores profissionais. Após 13 dias de greve, os trabalhadores da fábrica Pechiney Aluminium Dunkerque conseguiram aumentos salariais da ordem dos 600 francos (cerca de 19.000 escudos), com redução do horário de trabalho.

A Aluminium Dunkerque emprega 620 pessoas e produz 215.000 toneladas de alumínio por ano, o que corresponde a metade da produção francesa.

Vitória parcial dos estudantes belgas

Após várias semanas de greve, os estudantes belgas alcançaram uma vitória parcial, ao conseguir que o decreto "Lebrun" (do nome do ministro da Educação) fosse suspenso. Em causa está uma legislação referente ao agrupamento das grandes escolas, o seu financiamento e enquadramento - que os estudantes consideram como negativa, exigindo em contrapartida um ensino de qualidade e acessível a todos.

Considerando este recuo do governo como importante, sobretudo porque os estudantes passam a ser reconhecidos como interlocutores sociais - a Federação dos Estudantes Francófonos afirma entretanto considerar o congelamento do decreto como insuficiente, mantendo-se assim a manifestação prevista para Namur, pela anulação do decreto.

A Lei do Financiamento prevê reduções no orçamento para o Ensino da ordem dos 25% em dez anos (1991 até ao ano 2000).

Carlos Carvalhas visitou a Itália

Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, acompanhado por Albano Nunes, membro do Secretariado do Comité Central, visitou a Itália, nos passados dias 7 e 8 de Novembro, a convite do Partido da Refundação Comunista (PRC).

A delegação do PCP encontrou-se com Fausto Bertinoti, secretário-geral do PRC, Armando Cossuta, presidente, Luciano Pettinari, membro do Secretariado, e Fausto Sorini, coordenador internacional.

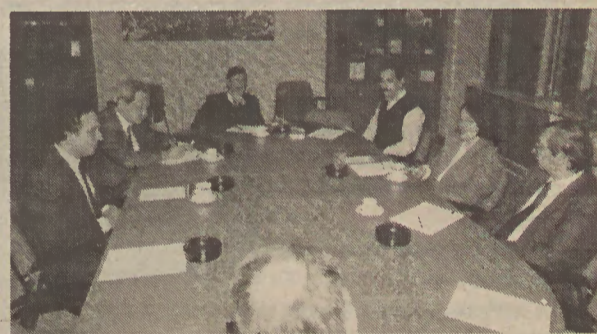
As conversações, realizadas em ambiente de fraternal amizade, possibilitaram uma ampla troca de informações e opiniões acerca da situação nos dois países e a actividade dos dois partidos e questões de actualidade internacional. Particular atenção foi dada aos problemas da integração europeia, às negativas consequências do Tratado de Maastricht, à exigência de uma outra Europa que responda aos interesses dos trabalhadores e dos povos do Continente. Foi sublinhada a importância da cooperação dos comunistas e de outras forças de esquerda para fazer face aos ataques às conquistas sociais e direitos dos trabalhadores, em defesa da democracia e por alternativas de progresso social. Manifestaram-se particulares coincidências quanto à importância de acções contra o desemprego, pela redução do horário de trabalho sem redução de salário e a efectiva convergência económica e social. Foi valorizada a criação do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia em que participam os deputados dos dois partidos no Parlamento Europeu.

A delegação do PCP visitou o «Liberazione», o jornal do Partido da Refundação Comunista, onde se encontrou com o seu director, Oliviero Diliberto, e elementos da sua Redacção.

Foram confirmadas as relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o PCP e o PRC e consideradas iniciativas para o seu desenvolvimento.

9.11.94

O Gabinete de Imprensa do PCP



Carlos Carvalhas na Grécia

Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do Partido Comunista Português, acompanhado por Albano Nunes, membro do Secretariado do Comité Central, visitou a Grécia, de 9 a 11 de Novembro, a convite do Partido Comunista da Grécia (PCG).

A delegação do PCP manteve conversações com uma delegação do PCG dirigida por Aleka Pappariga, secretária-geral, e integrando também Orestis Kolosov, membro do Bureau Político, e Tamis Tsingas, membro do Bureau Político e Director do órgão central do PCG «Rizospastis».

Além de encontros com dirigentes do PCG, a delegação do PCP encontrou-se com os responsáveis da Secção Ideológica do Comité Central do PCG e visitou a cidade do Pireu onde tomou conhecimento da actividade dos comunistas gregos e realizou um amplo colóquio com o colectivo responsável da organização do partido nesta cidade. No dia 9, teve lugar um acto de amizade PCP/PCG com a participação de muitas centenas de comunistas gregos em que usaram da palavra os secretários-gerais dos dois partidos e Carlos Carvalhas respondeu a numerosas perguntas sobre Portugal e o PCP. Carlos Cavalhas deu ainda uma Conferência de Imprensa.

Durante as conversações e encontros realizados foi efectuada uma ampla e amistosa troca de informações e opiniões sobre a situação nos dois países e a actividade dos dois partidos e ques-

tões de actualidade da situação internacional. Particular atenção foi dada à problemática da integração europeia, às negativas consequências do Tratado de Maastricht, à luta para fazer frente à ofensiva do grande capital contra os direitos e conquistas sociais dos trabalhadores e por uma outra Europa de paz, progresso e cooperação. A complexa situação nos Balcãs e na região do Médio Oriente e Mediterrâneo Oriental foi objecto de larga troca de opiniões sendo destacados os perigos resultantes da ingerência das grandes potências e do nacionalismo. Foi sublinhada a importância da cooperação dos comunistas e outras forças progressistas e a necessidade da sua acção comum ou convergente e valorizada a criação do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia em que participam os deputados dos dois partidos no Parlamento Europeu.

Foi confirmada a vontade de fortalecer as tradicionais relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o PCP e o PCG a consideradas iniciativas nesse sentido.

A delegação do PCP exprimiou ao PCG a solidariedade dos comunistas portugueses perante os enormes prejuízos causados pelas recentes inundações nas instalações, equipamentos e arquivos na sede central do PCG em Atenas.

14.11.94

O Gab. de Imp. do PCP

As acessibilidades de Loures

As ligações entre o Concelho de Loures e a cidade de Lisboa constituem um dos vários "infernos" que proliferam nesta mais importante Área Metropolitana do País. São famosos os engarrafamentos na Calçada de Carriche, diariamente estrangulada por largas dezenas de milhares de pessoas saídas da cidade de Odivelas e do Concelho de Loures, em direcção à capital.

Há muitos anos que as respectivas autarquias reivindicam, avançam propostas e lutam pela resolução do problema, num processo liderado pelo PCP e a CDU, forças maioritárias na zona. Tendo-se batido pelo prolongamento do metropolitano até Odivelas - solução estruturante e de futuro -, as autarquias viram recentemente o Governo aceitar uma alternativa mais rápida e barata, na sua exequibilidade, e também prevista pelas autarquias nas propostas que foram apresentando ao longo do tempo: a construção de uma linha de eléctrico rápido entre o Campo Grande e Odivelas/Olival Basto.

Trata-se de um investimento de oito milhões de contos para um projecto que poderá entrar em funcionamento dentro de dois anos, com uma capacidade de transporte de 5.000 pessoas/hora entre o Lumiar e Odivelas, com ligação ao Metropolitano em Campo Grande. Não é o ideal, mas um bom passo em frente, que a Câmara Municipal de Loures está a estudar empenhadamente com o Governo e a Carris.

A questão das centralidades

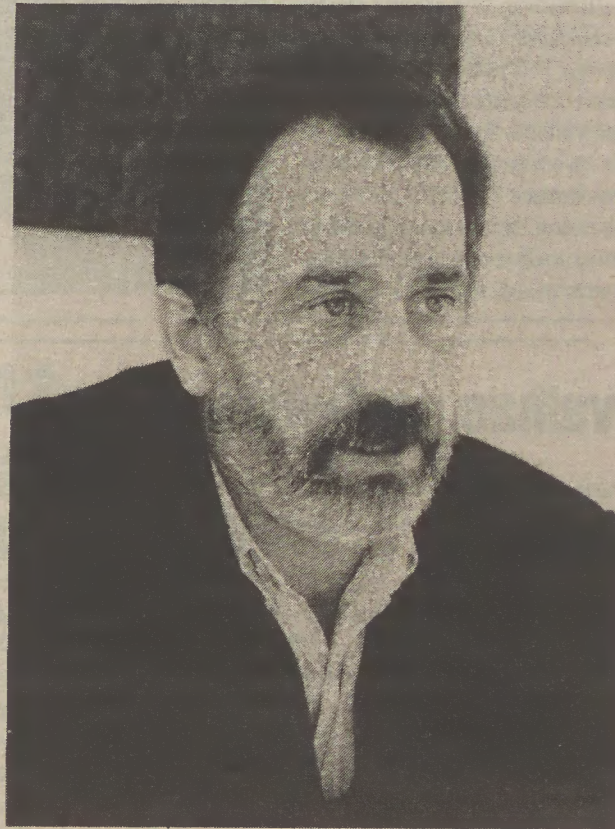
O engenheiro Francisco Brandão, membro do Sector Intelectual da ORL e da DORL do PCP, é o assessor da presidência da Câmara Municipal de Loures ligado às Infra-estruturas de Transportes. O seu conhecimento profundo dos problemas de acessibilidades não apenas neste Concelho, mas também na Área Metropolitana de Lisboa, leva-o a enquadrar este recurso ao eléctrico rápido entre o Campo Grande e Odivelas na perspectiva mais vasta dos problemas estratégicos que afligem a Região:

"O grande problema da Área Metropolitana de Lisboa é o desequilíbrio na centralidade de Lisboa, traduzido pelos seus 600.000 habitantes e um milhão e 200.000 empregados. Esta centralidade da capital tem sido sustentada por uma mobilidade do tipo radial, assente, quase exclusivamente, em infra-estruturas radiais de penetração. Houve circunstâncias históricas e naturais a determinar isto, mas nos últimos anos, nomeadamente através do Planeamento Territorial, as distorções têm-se acentuado por opções de carácter político".

Francisco Brandão pormenorizou a crítica:

"A reorganização das acessibilidades na Área Metropolitana deveria começar pelo incremento dos transportes colectivos, a que se seguiria a construção das circulares e, finalmente, as vias de penetração. Este Governo tem feito precisamente o contrário, nestes últimos 10 anos, começando pela construção da grande rede regional (CRIL, CREL, nova travessia do Tejo, etc.), o que, por si só, vem agravar o problema da centralidade, não obstante permitir a redistribuição dos fluxos de entrada na capital. Na verdade, ao produzir-se, assim, um acréscimo na capacidade de circulação, agrava-se ao mesmo tempo o problema da centralidade se não forem (como o não têm sido) tomadas outras medidas complementares, de natureza regional e local. É aqui que entram (ou já deviam ter entrado antes) os transportes colectivos e, com relevância, os transportes pesados de massas".

Isto explica a frase que se popularizou entre as centenas de milhares de pessoas que diariamente entram na capital, de que a nova rede de auto-estradas e vias rápidas construídas à volta de Lisboa "fazem chegar mais depressa às bichas"... Entretanto, as acessibilidades apenas se agravaram, dado que não se começou pelo fundamental - uma moderna rede de transportes pesados de massas que libertasse as pessoas do automóvel individual.



Quando ao eléctrico rápido agora falado para ligar o Campo Grande a Odivelas, Francisco Brandão recordou que "têm sido analisadas várias soluções de ferro-carril no Concelho de Loures, nomeadamente a extensão do Metropolitano à Zona Oriental e ao corredor de Loures, a solução do comboio suburbano e o próprio eléctrico rápido". E acrescentou: "É importante, nesta questão, que se conheçam os dados sobre a mobilidade da população na Área Metropolitana (a Junta Metropolitana está a trabalhar nisso), dados que, até ao momento, não têm sido disponibilizados pelos operadores da Administração Central".

Entretanto, "do ponto de vista dos concelhos limítrofes de Lisboa, as soluções dos transportes de massas não são exclusivas, devendo os modos de transporte ser articulados em função da estrutura do território, da população residente, da sua mobilidade e, obviamente, também do investimento em jogo", considera Francisco Brandão. "No entanto, é sempre importante que a combinação dos modos de transporte potencie uma melhor relação residencial/emprego e a criação de novos pólos de centralidade", frisou, acrescentando:

"A alteração da centralidade, como a conhecemos hoje, impõe o alargamento dos sectores de serviços aos concelhos limítrofes, situação que é, objectivamente, do interesse de todos os Concelhos da Área Metropolitana, incluindo a capital, e que é directamente dependente das soluções dos transportes públicos a adoptar".

Neste ponto, Francisco Brandão assinalou algumas questões de fundo em relação aos transportes colectivos.

"Aqui, o sistema de transportes colectivos exige uma coordenação que não existe - uma Autoridade Metropolitana de Transportes, capaz de promover a articulação dos interesses dos diversos operadores com os interesses da população utente. O que se verifica é que uma boa parte dos operadores planeia na base de questões técnicas de rentabilização e de defesa de interesses concessionados, sem ter em conta os reais interesses das populações." E assinalou:

"Os serviços dos diversos operadores públicos, incluindo o ferro-carril, deveriam expandir-se para a 1ª coroa metropolitana, que abarca os concelhos limítrofes de Lisboa".

Quando ao eléctrico rápido agora falado para ligar o Campo Grande a Odivelas, Francisco Brandão recordou que "têm sido analisadas várias soluções de ferro-carril no Concelho de Loures, nomeadamente a extensão do Metropolitano à Zona Oriental e ao corredor de Loures, a solução do comboio suburbano e o próprio eléctrico rápido". E acrescentou: "É importante, nesta questão, que se conheçam os dados sobre a mobilidade da população na Área Metropolitana (a Junta Metropolitana está a trabalhar nisso), dados que, até ao momento, não têm sido disponibilizados pelos operadores da Administração Central".

Como afirma um comunicado da Câmara Municipal de Loures, há muito que estão a ser analisadas diversas soluções alternativas para a implementação, no Concelho de Loures, do transporte ferroviário colectivo, que venha minorar os problemas viários existentes no corredor Loures/Lisboa.

Das reuniões de trabalho já realizadas entre o presidente da Câmara Municipal de Loures, engenheiro Demétrio Alves, o Ministro das Obras Públicas, Comunicações e Transportes, com a participação técnica do Gabinete do Nó Ferroviário de Lisboa e do Gabinete de Estudos da Carris, surge agora a alternativa dos eléctricos rápidos para o percurso Odivelas/Campo Grande, como solução economicamente mais viável e de mais rápida concretização, pelo que está a ser detalhadamente estudada, há vários meses, pelas referidas entidades.

Esta alternativa que agora se abre para a implementação do eléctrico rápido, caso se concretize, é uma "pedrada no charco" no adiantamento sistemático da concretização de soluções neste domínio pela Administração Central, o que tem agravado extraordinariamente a qualidade de vida urbana neste Concelho.

Há muito que a Câmara Municipal de Loures vem apresentando propostas às entidades competentes no domínio

das acessibilidades e transportes públicos, encarando diversas possibilidades, nomeadamente no quadro da implementação do transporte pesado de massas em ferro-carril, onde se inclui o eléctrico rápido.

A solução por que se tem batido tanto a CDU, nos órgãos autárquicos, como o PCP, na sua intervenção política, é a do prolongamento do metropolitano até Odivelas, alternativa verdadeiramente estruturante que, sem dúvida, responderia cabalmente, em termos de presente e de futuro, tanto às necessidades de transporte colectivo como à da necessária descentralidade na Área Metropolitana de Lisboa (ver, ao lado, texto sobre centralidades).

Esta hipótese que se abriu, de implementação dos eléctricos rápidos, embora não responda às necessidades estratégicas da região, tem o grande mérito de poder ser concretizado num curto espaço de tempo - dois anos - e, de qualquer modo, melhorar estas acessibilidades com um aumento de fluidez calculado no transporte de 4.000 passageiros/hora.

É uma melhoria substancial que importa concretizar, sem perder de vista a necessidade de aprofundar o estudo de soluções complementares e estruturantes.

Então que venha, e rápido

Fernanda Mateus está profunda e activamente ligada aos problemas de Odivelas, como se vê pela actividade que desenvolve: integra a Concelhia de Loures do PCP, é responsável pela Organização do Partido na cidade de Odivelas e, no plano autárquico, é membro da Assembleia Municipal de Loures e do executivo da Junta de Freguesia de Odivelas.

Salientando que esta gigantesca freguesia/cidade "é o único corredor de entrada na cidade de Lisboa que não tem a oferta de um transporte pesado de massas", a nossa entrevistada colocou o dedo na ferida - a urgência, precisamente, desse tipo de transporte para a zona - ao mesmo tempo que ilustrava o problema com números impressionantes: "A pressão na Calçada de Carriche é de 60.000 viaturas em hora de ponta,



enquanto entre as 7 e as 9 horas existem, só no corredor Odivelas/Lisboa, 14.000 utentes potenciais para o transporte em ferro-carril".

E sublinhou: "A CDU tem defendido a extensão do Metro a Odivelas como solução para o transporte pesado, sendo importante referir a grande coerência do PCP/CDU no Concelho, e do Partido a nível global, nesta matéria" (ver caixa sobre iniciativas do PCP). Entretanto, "da parte da Comissão de Freguesia de Odivelas do PCP, desde há muito que este problema faz parte das questões políticas centrais", sendo a reivindicação do Metro até Odivelas "uma constante no programa eleitoral da candidatura da CDU à Freguesia de

Um desejo chamado eléctrico

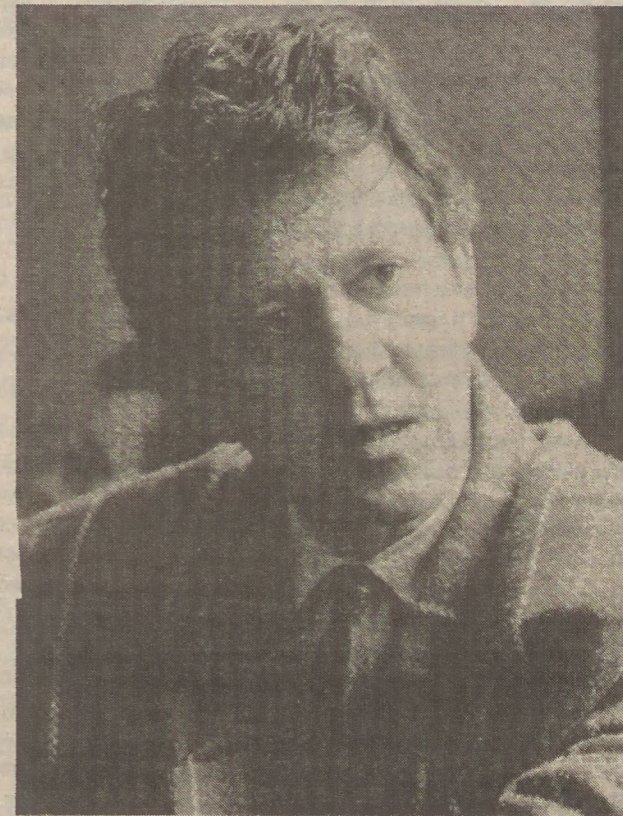
Demétrio Alves, presidente da Câmara de Loures:

A solução mais credível e que importa alargar

Comentando para a nossa reportagem a posição da Câmara Municipal de Loures face a esta "abertura" do Governo para a construção do eléctrico rápido para Odivelas, o presidente da edilidade, Demétrio Alves, começou por nos dizer que esta ideia não caiu do céu, directamente para a mesa do Conselho de Ministros:

"No nosso Plano Director Municipal (PDM) já se incluía a possibilidade de eléctricos rápidos a circular na Cintura Regional Interior de Lisboa (CRIL), em corredor próprio, e também na Zona Oriental do Concelho (Moscaide, Portela e Sacavém). Recordo que o nosso PDM começou a ser elaborado em 1987, com aprofundamento de trabalho nos últimos três anos, está ratificado pelo Conselho de Ministros e já publicado há alguns meses no «Diário da República»".

Quanto aos passos já dados a caminho do eléctrico rápido, Demétrio Alves esclareceu:



Odivelas nas últimas eleições, bem como no programa eleitoral da CDU no Concelho".

Criticando a actuação do Governo nesta matéria, Fernanda Mateus afirmou: "consideramos que a Administração Central, ao adiar sistematicamente a solução deste problema, tem votado a população de Odivelas a um efectivo abandono e a degradação da sua qualidade de vida diária". "Da nossa parte, Comissão de Freguesia do PCP - frisou -, consideramos que é urgente passar-se dos estudos à efectivação das obras inerentes a um novo meio de transporte em ferro-carril".

Quanto à hipótese avançada pelo Governo da construção de um eléctrico rápido para Odivelas, Fernanda Mateus diz, claramente: "Se os estudos existentes apontam para esta alternativa como uma solução economicamente acessível e rapidamente concretizável, então que até 1997 o eléctrico rápido chegue a esta Freguesia!".

Perguntámos a Fernanda Mateus se, para a Comissão de Freguesia do PCP de Odivelas - que sempre defendeu o prolongamento do Metro até esta cidade -, é satisfatória esta alternativa do eléctrico rápido. Respondeu-nos:

"Pensamos que é necessária uma solução urgente para este problema. Se as informações que vêm a público são verdadeiras, então o eléctrico pode ser uma solução imediata. Contudo, na nossa opinião, há que continuar a aprofundar se esta é uma solução de futuro e se vai resolver o problema da oferta de transporte numa zona em crescimento, ou se outras soluções terão que ser, entretanto, avaliadas a longo prazo".

"Esta questão concreta da possibilidade do eléctrico rápido entre Campo Grande e Olival Basto/Odivelas, assenta numa proposta que vem sendo analisada, desde os princípios do 2º trimestre deste ano, conjuntamente pelo Governo, a Carris e a Câmara Municipal de Loures, configurando-se, a todas estas entidades, que ela surge como uma séria possibilidade alternativa de realização rápida e de início imediato, dado que se afigura cada vez mais distante a possibilidade do investimento para levar o metropolitano àquela zona. Quanto à solução do comboio suburbano - acrescentou - também se apresenta muito problemática a curto e médio prazo".

E Demétrio Alves concluiu:

"Ou seja, em síntese e para finalizar: a possibilidade do investimento de oito milhões de contos nesta linha de eléctrico rápido configura-se, cada vez mais, como a solução mais credível e que devemos defender com grande empenho para o serviço imediato de Olival Basto/Odivelas, devendo igualmente, e desde já, propor-se a extensão desta linha de eléctricos rápidos ao serviço da Póvoa de Santo Adrião, de Santo António dos Cavaleiros e Loures/cidade. Quanto tal acontecer, o serviço de eléctrico rápido servirá, potencialmente, uma população global de 150.000 pessoas".



As iniciativas do PCP

Desde 1987 que o PCP vem defendendo a instalação de um meio de transporte sobre carril para o corredor de Odivelas, único corredor de entrada na cidade de Lisboa sem oferta de um meio de transporte de massas.

Eis alguns momentos significativos dessa intervenção:

- Em 1 de Julho de 1987, numa Conferência de Imprensa promovida pela CDU sobre «Transportes e acessos para a Região de Lisboa», foi defendida a extensão do Metro para o Lumiar em direcção a Loures, adoptando a solução do Metro à superfície também designada por pré-Metro.

- Em 12 de Março de 1988, no Encontro sobre Transportes promovido pela DORL, no Hotel Berna, foi novamente defendida a constituição de uma rede de pré-Metro até Odivelas com ligação à rede urbana do Metro no Campo Grande.

- Em 1989, aquando da apresentação pelo Governo das novas opções para extensão da Rede de Metro do PCP, em comentário enviado à Comunicação Social, tornou pública as 4 prioridades que deviam ser adoptadas: Desconexão do Y da Rotunda; Fecho do Anel Norte (Cidade Universitária e Campo Grande); Prolongamento da rede de Metro a Odivelas; Prolongamento a partir da Baixa ao C. Sodré.

- Em 24 de Maio de 1991, no Seminário sobre a AML, promovido pelo PCP na «Malaposta», foi de novo defendida, entre outras, esta solução.

- Na sequência deste Seminário, o deputado João Amaral interveio na AR dando conta da sua conclusão e sublinhando esta proposta.

- Nos OE para 1993, aprovados, respectivamente, em finais de 1992 e 1993, foi proposta pelo PCP a inscrição de uma verba em sede de discussão dos OE destinada ao arranque da implementação deste meio de transporte.

- Em 1993, a verba proposta foi de 100 000 contos e foi rejeitada pelos votos do PSD e CDS com a abstenção do PS.

- Em 1994, a verba proposta foi de 250 000 contos e foi rejeitada pelos votos do PSD e do CDS.

ELÉCTRICO RÁPIDO É UMA SOLUÇÃO.
Há que ser rápido na decisão !



O PCP vai dirigir um folheto à população de Odivelas, que exorta ao seu empenhamento e Intervenção para que, até 1997, Odivelas tenha o eléctrico rápido

Leituras...

1.

Branco é, patronato o pôs.

Com o objectivo de «Tornar a Europa mais competitiva», a Confederação do patronato europeu, UNICE de sua sigla, publicou um extenso relatório (1). E a receita é o que não podia deixar de ser: um ataque em boa forma aos direitos dos trabalhadores e ao chamado Estado Providência.

Os «medicamentos» recomendados para a defesa da competitividade são diversos. Os excipientes em quantidade assinalável servem, como sempre em boa farmácia, para que melhor se possa deglutir as substâncias activas, já bem nossas conhecidas: «baixa do nível das despesas públicas e dos descontos obrigatórios» (do patronato); «um sector público reduzido e mais eficaz»; «um mercado de trabalho mais flexível»; etc.; etc. Tudo aquilo que a CIP e Cia., e o Governo PSD e Cia. e o CDS/PP/Manuel Monteiro há muito vêm propondo na «concertação social» (e não só) e sobre o que o PS de António Guterres, calado que nem um rato, nada diz.

Mas é justo sublinhar a meridiana clareza assumida pelo patronato europeu em algumas das suas «recomendações». Veja-se:

«Reduzir os custos das indemnizações do desemprego (...) e limitando a duração dos subsídios»; «reduzir os custos dos subsídios de doença e invalidez»; «reduzir os custos das pensões de reforma»; «reduzir os custos dos cuidados de saúde». Depois esmolas para os pobrezinhos: «atribuir subsídios ou ajudas familiares aos lares ou indivíduos das categorias mais desfavorecidas da população».

Toda aquela «redução» dos custos tem como contrapartida um aumento de custos suportados pelas «empresas e/ou pessoas individuais». Como as empresas devem ser aliviadas de custos não salariais do emprego... branco é galinha o pô!

Depois, a UNICE recomenda igualmente «acções» no sentido de:

- baixar significativamente os custos do emprego, em particular em custos não salariais (...);
- reduzir os níveis dos salários mínimos no plano nacional e sectorial (...);
- assegurar que os acordos salariais deixem mais margem ao estabelecimento de diferenciais de salários que reflectam melhor as condições locais (...);
- assegurar que os aumentos salariais globais se mantenham inferiores ao crescimento da produtividade pelo menos em 1% ao ano, para os anos mais próximos (...);
- reduzir o custo da protecção contra os despedimentos.»

Quem fala assim não é gago!

O interessante é que todo este programa para fazer crescer significativamente a taxa de exploração dos trabalhadores europeus se choca com um Estudo da Comissão da Comunidade Europeia (2), que afirma: «Apesar de tudo, nos sectores englobados nesta análise, os custos salariais não aparecem como o factor decisivo que explicaria a falta de competitividade dos produtores comunitários no mercado interno e no mercado mundial. Um papel mais importante será jogado pela estrutura organizacional das empresas das suas relações com fornecedores e clientes e o «encavalitamento» dos trabalhos de I&D resultante de uma falta de cooperação entre empresas.»

Apesar de a mesma Comunidade insistir nas suas propostas para o desemprego num chamado Livro Branco que reproduz *ipsis verbis* as sacralizadas teses do patronato europeu! Branco é, patronato o pôs...

A fraca cotação internacional da gestão portuguesa!

Se articularmos aquela tese sobre o papel da gestão e da I&D na competitividade com a notícia (3) de que o World Economic Forum (WEF) «uma reputada organização sem fins lucrativos, sediada na Suíça, que coloca o *management* nacional no 37º lugar no ranking das 41 mais fortes economias mundiais», e como o pior entre os 24 países da OCDE, bem podemos compreender as ruas da amargura por onde anda a competitividade nacional, os desesperados esforços de Mira Amaral para iluminar a cabeça do patronato português com a luz de Porter e os desesperados esforços do patronato (e do seu Governo) para que os seus lucros sejam assegurados à custa dos trabalhadores portugueses!

É arrasadora (mas nada que não se soubesse) a opinião do WEF para a generalidade da «pobre» classe empresarial portuguesa, com «falta de iniciativa e de espírito inovador», virado para o «o imediatismo e a preferência para o negócio rápido, e de baixo risco financeiro», o pouco aproveitamento pela introdução das tecnologias de informação - até as Filipinas nos ultrapassam; etc., etc.

Uma opinião sobre o downsizing

Também muito interessante, falando de *management/gestão*, é a opinião de um dito «guru» da especialidade sobre essa coisa a que se chama *downsizing* e que é, em português corrente, a forma de reduzir os níveis hierárquicos de uma estrutura/empresa fundamentalmente à custa do despedimento de trabalhadores (4).

Analisando estudos sobre diversas operações de *downsizing* em empresas norte-americanas, e mostrando que, no fundamental, se tratava de tentativas de reduzir os custos das empresas por despedimentos, chega a um balanço profundamente negativo e a uma conclusão: «a maior parte das operações de *downsizing* falhou». Referindo-se a um estudo sobre um universo de mais de 1000 empresas, constata:

Quase 90% pretendia reduzir despesas mas menos de metade teve êxito;

Cerca de 75% pretendia melhorar a produtividade mas só 22% o conseguiu;

Mais de 50% queria melhorar a sua liquidez, ou aumentar o retorno sobre o investimento dos accionistas, mas só 25% o conseguiu;

Mais de 50% queria reduzir a burocracia ou acelerar o poder de decisão, e só 15% o conseguiu;

Nem 10% conseguiu melhorar a satisfação dos clientes e aumentar a qualidade dos produtos, ou tornar-se mais inovadoras e mais habilitadas na utilização de novas tecnologias.

Importante também a verificação de que reduzir salários, ou despedir, acaba por se traduzir em baixas de produtividade e novas contratações em geral de trabalhadores menos capazes!

Um desastre. A meditação dos gestores portugueses.

2.

Os morangos eleitorais do Sr. Thierry Roussel

Sempre que Cavaco Silva profere uma das suas catilinárias contra os políticos (que ele não é político) e contra a demagogia dos partidos da oposição, identificando-se profundamente com Manuel Monteiro e vice-versa (e sobretudo com todos os reaccionários para quem a ditadura salazarista teve como objectivo pôr fim à desordem dos políticos e partidos da 1ª República) deveria haver sempre alguém à sua beira que exhibisse, bastante ampliadas, as fotografias de Março/Abril de 1991, em que o mesmo Cavaco Silva, embevecido, olhava a «modernização» da agricultura alentejana, em Brejão, Odemira. Estávamos no ano das eleições de Outubro de 91, e a contemplação entusiástica de Cavaco dos morangos do sr. Thierry Roussel, espelhava bem a confiança ilimitada de que a sementeira de milhares de contos de dinheiros públicos (nacionais e comunitários) frutificasse... em votos! Para o então Ministro da Agricultura e hoje deputado do PSD no Parlamento Europeu, Arlindo Cunha, o projecto mostrava «que a agricultura portuguesa tem obviamente futuro, assim hajam empresários que se candidatem e queiram avançar»!!!

Hoje (o tal futuro de Arlindo Cunha), o IEFPP (Instituto de Emprego e Formação Profissional) e o IFADAP procuram, por via judiciária, a cobrança das verbas (da propaganda eleitoral) que o Governo português entregou ao «prometedor empresário», mas sem capitais próprios suficientes! O que, pelos vistos, já nessa altura, tinha constatado o IEFPP...

Tudo junto, andará por 1 740 000 000\$00, quase 1 milhão e 3/4 de milhão de contos, quase 1750 milhares de contos! A preços de 1991.

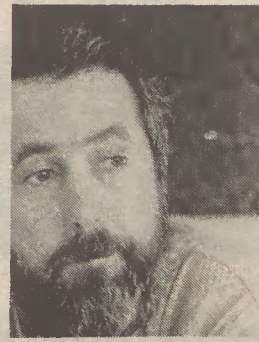
Isto é, cinco a seis vezes mais do valor que o mesmo Governo se propõe transferir via OE/FEF para a grande maioria das Câmaras do Alentejo, no próximo ano!

Como então disse o PCP, e foi o único que o disse: «A exploração agrícola do sr. Thierry Roussel não é um modelo! É um profundo logro, um exemplo demagógico, uma falsificação sobre as perspectivas da nossa agricultura, é uma enorme mentira, construída como imagem televisiva da política agrícola do Governo. A exploração agrícola do sr. Thierry é o latifúndio, visto no espelho do Governo de Cavaco Silva».

Mas era mais, era um assalto aos cofres do Estado português!

A eficácia da propaganda cavaquista joga sempre na curta memória dos homens. Um outro exemplo merece ser citado. Porque vai ter direito a acto eleitoral inauguratório.

Nos jornais de 7 de Novembro, foi anunciado que o troço do IP4 Vila Real/Mirandela estará pronto em Abril de 1995. O que é muito conveniente porque em Outubro haverá novamente eleições. Como foi muito conveniente no já longínquo ano eleitoral de 1980, a então AD, que tinha um governo que tinha um ministro chamado Cavaco Silva, anunciar através de cronogramas nos jornais da



AGOSTINHO LOPES
Membro da Comissão
Política

região, a boa nova aos transmontanos: todo o IP4 (Porto/Bragança) estaria concluído em Agosto de 1985. Repare-se no rigor da planificação e programação do Ministério de então: a 5 anos de distância dizia-se o mês da inauguração! (Apesar de todo o progresso tecnológico ainda hoje o Ferreira do Amaral não consegue nada de semelhante.) Depois, sucessivos governos sempre com o PSD no barco, falaram em 1992, em 1995... Não é mau que em 1995 se inaugure mais um troço... De troço em troço, que é como quem diz, de eleição em eleição, lá chegaremos a ter o IP4 completo. Então é que vai ser uma inauguração!

3.

Notícias do capital ou o fantasma que paira sobre os Açores

Enquanto Cavaco Silva e o seu Governo alinham medidas e estratégias eleitorais para garantir ao capital uma sossegada envolvente política e social, sem sobressaltos, pela continuação de uma política de direita e de um governo de direita, o mesmo capital prossegue, com a imprescindível colaboração do mesmo Governo, a marcha acelerada da sua concentração e centralização.

Notícia o «Expresso/Privado» de 29 de Outubro, que o GES, Grupo Espírito Santo, se prepara para participar na privatização de 66% do Banco Comercial dos Açores. Explicitando os parceiros locais e os concorrentes, a atracção e os objectivos do GES na compra do BCA, a mesma notícia informa que a Lacto Ibérica transferiu a sua sede de Vale de Cambra (Continente) para a Ribeira Grande (Açores), depois do conjunto de aquisições que lhe permitem o controlo de 70% do leite produzido na Ilha de S. Miguel. Mas nem só de leite açoriano vive este Grupo, que controla 50% do mercado nacional de queijo flamengo.

E a notícia relembra igualmente que a Lacto Ibérica resultou da compra, em Janeiro do corrente ano, pela ESDCIL, do Grupo Lacto, constituído por 5 empresas - Lacto Lusa, Lacto Lima, Lacto Açoreana e Agro Láctea, a que posteriormente acrescentou a compra das açorianas Loreto e Lactícinios Covoada. Recorda que a Lacto Ibérica é gerida pelo GES e é propriedade da ESDCIL (Espírito Santo Development Capital Investors, Limited) um fundo de investimento criado com 100 milhões de dólares e participado entre outros pelo próprio Grupo Espírito Santo, por fundos da Soros Capital, fundo de pensões IBM Europe e Seguradora norte-americana Hancock. Lembra-se que a Soros Capital é propriedade do tal senhor (filantrópico) Soros, que obrigou o Banco de Portugal (e outros bancos centrais da Comunidade Europeia) a gastar umas centenas de milhões de contos de divisas a segurar o escudo aquando da ofensiva especulativa de 93, contra o SME (Sistema Monetário Europeu).

(Noutro caderno do mesmo «Expresso» fica ainda a saber-se que a ESSI, do mesmo Grupo Espírito Santo, de consórcio com empresas estrangeiras, foi indigitada pela CN - Comunicações Nacionais, «como coordenadora global da venda da primeira tranche da privatização da) Portugal Telecom», agendada para 1995!)

Terá razão o sr. Augusto Ataíde, administrador da Espírito Santo Financial Holding, que repudia as insinuações sobre a possibilidade de controlo da economia dos Açores pelo GES, como «um fantasma sem pés nem cabeça». Apesar de ser um negócio de leite e lactícinios, não são conhecidas vacas fantasmas nem fantasmas vacas, ainda por cima sem pés nem cabeça...

E enquanto o Grupo Espírito Santo engorda (o que não é de admirar, com tanta alimentação), há quem vá pelo esgoto abaixo. Assim parece que aconteceu ao Grupo Interfina, de Ferro Ribeiro, sangrado em vida pelo Grupo Stanley Ho e também o homem da Socifa e ex-presidente da Torralta, que não chegou a ser o maior grupo turístico da Europa, amigo dos árabes da KIO (cujos gestores espanhóis estão a contas com a justiça por fraude e corrupção...), e que foi exactamente o intermediário na venda do Grupo Lacto ao GES.

É a imparável lógica do capital: uns sobem, outros descem, e os trabalhadores e o povo trabalham para todos.

(1) *Rendre l'Europe plus compétitive, Relatório da UNICE sobre a competitividade, 1994;*

(2) Pág. 126, *Panorama de l'industrie communautaire, 94, EUROSTAT, CE;*

(3) *Informação e citações recolhidas do Artigo, «Portugal na cauda da gestão», de Luís Nazaré, no Suplemento Económico Público, de 7 de Novembro de 1994;*

(4) *Informações e citações retiradas do Artigo «Porque falha o downsizing», de Robert M. Tomasko, publicado na «Exame Executive digest», nº 0, de Outubro de 1994.*

A privatização do Hospital Amadora-Sintra

Uma política e um concurso viciados

Em conferência de imprensa, na passada sexta-feira, o camarada Edgar Correia, da Comissão Política, manifestou a frontal oposição do PCP à privatização do Hospital Amadora-Sintra. O dirigente comunista estava acompanhado dos camaradas Luís Peixoto, médico, deputado do PCP à AR e membro da Comissão Nacional para as Questões da Saúde do PCP; Paulo Fidalgo, médico assistente graduado e membro da Comissão Nacional para as Questões da Saúde do PCP; e Rui Pinhão, professor catedrático jubilado da Universidade Nova de Lisboa, membro da Comissão Nacional para as Questões da Saúde e da Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP.

1. A continuada degradação dos serviços públicos de saúde - apesar do esforçado empenho de muitos dos seus profissionais e da crítica dos movimentos de utentes - constitui uma das mais gritantes consequências da acção do Governo e uma reveladora expressão dos critérios e objectivos que verdadeiramente norteiam a sua política nesta área fundamental para a vida das populações e para a felicidade das pessoas.

Um ano decorrido depois da última substituição do responsável ministerial pela saúde e dissipada qualquer réstea de expectativa que a verborreia oficial tivesse conseguido alimentar, o país está confrontado com uma incontornável realidade: não há verdadeiramente um Ministério da Saúde, nem uma política nacional de saúde. E subsiste, em seu lugar, uma actividade de agenciamento, repartida entre poderosos interesses e influentes lobbies, que disputam entre si as zonas de influência e os importantes fluxos financeiros que transformaram o sector num centro de negócios muito lucrativos e em que se sucedem, com uma frequência cada vez maior, os casos de corrupção.

É neste contexto que a deterioração dos serviços públicos de saúde carece também de ser avaliada. Consequência, por um lado, do mais estreito economicismo (que reduz a avaliação dos resultados em saúde a critérios puramente financeiros), da inadequação crescente de muitos serviços em relação a novas exigências de organização e de equipamento e da má administração das unidades de saúde, em que o critério de mérito tem sido preterido, quase sem excepção, em favor do clientelismo "laranja". E surgindo, por outro lado, como "motor" do processo de desresponsabilização do Estado e de privatização da saúde, em que o Governo está empenhado como sua primeira e quase exclusiva prioridade.

2. A privatização da gestão do Hospital Amadora/Sintra, cujo prazo de apresentação de propostas termina dentro de duas semanas, constitui um facto para cujas consequências importa chamar vivamente a atenção dos utentes e dos profissionais do Serviço Nacional de Saúde, bem como da opinião pública em geral.

Importa anotar, em primeiro lugar, que a construção e o equipamento desta importante unidade hospitalar, destinada a servir meio milhão de habitantes, exigiu um vultoso investimento público: 18 milhões 160 mil contos, no período de 1987/95, o que a preços actuais representa um quantitativo claramente superior a duas dezenas de milhões de contos.

Não constitui, pois, um primeiro escândalo, que não esteja previsto no concurso de privatização da gestão desta unidade, qualquer contrapartida para o Estado, pela exploração lucrativa de instalações e de equipamentos de tal valor?

Outro aspecto a referir diz respeito à data de entrada em serviço deste hospital. Admitida inicialmente para o presente mês, ela tem

vindo a ser consecutivamente deferida em ligação objectiva com o calendário da privatização da gestão. E é de presumir que a abertura dos serviços fundamentais do hospital, no caso de se consumir a sua entrega a uma entidade privada, não tenha de facto lugar antes do final do próximo ano, com todas as consequências negativas daí resultantes para a população abrangida.

Sendo a obtenção de lucro a motivação óbvia de qualquer um dos concorrentes à exploração privada do Hospital Amadora/Sintra e estando prevista a coexistência nessa unidade da prestação de cuidados de saúde aos utentes do Serviço Nacional de Saúde (custeados pelas "taxas moderadoras" e pelo Estado) e a prestação de cuidados de saúde em regime particular, não é difícil de prever uma imediata e fundamental consequência: o funcionamento de dois tipos de atendimento, um de primeira classe, de qualidade, para quem opte pelo atendimento particular, e o outro de segunda classe, de qualidade muito inferior (nomeadamente ao nível dos recursos humanos) para os utentes a quem não reste senão o Serviço Nacional de Saúde.

Para além desta escandalosa diferenciação de atendimentos de saúde, numa unidade pública, por razões de capacidade económica, importa chamar também a atenção para os mecanismos que, em condições de promiscuidade dos dois sistemas, a entidade gestora privada irá inevitavelmente utilizar para "empurrar" os doentes do aten-

dimento do SNS para o atendimento particular, onde terão acesso, contra pagamento, à prestação de cuidados de saúde de melhor qualidade.

Para além desta escandalosa diferenciação de atendimentos de saúde, numa unidade pública, por razões de capacidade económica, importa chamar também a atenção para os mecanismos que, em condições de promiscuidade dos dois sistemas, a entidade gestora privada irá inevitavelmente utilizar para "empurrar" os doentes do aten-



dimento do SNS para o atendimento particular, onde terão acesso, contra pagamento, à prestação de cuidados de saúde de melhor qualidade.

Não é assim difícil prever que um hospital público, pago pelos contribuintes, se transforme em poucos anos, fundamentalmente, num prestador de assistência privada, com o atendimento público confinado a uma parcela residual de cuidados de saúde de qualidade muito inferior.

A privatização da gestão representa, assim, o primeiro degrau para a completa privatização desta unidade de saúde.

3. O processo de privatização dos serviços públicos de saúde, agora iniciado com as unidades hospitalares mais modernas e melhor equipadas, e que está previsto ser alargado no futuro aos próprios centros de saúde através de convenções com "grupos de médicos" conflita com o direito fundamental à saúde de todos os portugueses.

Este conflito não resulta, obviamente, da existência da medicina privada, cuja importância social e condições de exercício a lei reconhece e estipula. Resulta, sim, da privatização de unidades do Serviço Nacional de Saúde significar a destruição do instrumento a

quem a Constituição incumbe, expressamente, de garantir a saúde de todos os portugueses, em condições de equidade e independentemente da capacidade económica de cada um.

Acresce que o Governo estabeleceu condições de exploração privada de unidades do Serviço Nacional de Saúde particularmente lesivas do interesse público.

É o caso, por exemplo, da possibilidade concedida às entidades privadas de contratarem pessoal nas unidades do Serviço Nacional de Saúde (médicos, enfermeiros, técnicos, administrativos e outros), com a garantia da manutenção do vínculo desse pessoal à Administração Pública, onde poderão regressar se (e quando) for do interesse dos privados. Dessa forma, são criadas condições invulgares para a saída do Serviço Nacional de Saúde de profissionais de carreira altamente qualificados, com todas as consequências negativas que facilmente se adivinham para as instituições e serviços em que estão actualmente integrados, ao mesmo tempo que se isentam as entidades gestoras privadas de obrigações elementares em relação aos postos de trabalho por eles ocupados.

No seu afã de favorecer a exploração privada de instituições, partes funcionalmente autónomas e serviços do Serviço Nacional de Saúde, o Ministério da Saúde chegou ao ponto de viciar o programa do respectivo concurso (constante da Portaria nº 704/94), nele prevendo uma modalidade de remuneração pelo Estado das prestações de saúde realizadas pelas entidades privadas, que não está sequer legalmente prevista no Decreto-lei nº 11/93 (Estatuto do SNS). Assim, enquanto no artigo 31º deste diploma está taxativamente estabelecido para os contratos de gestão que "a Administração

Regional de Saúde é responsável pelo pagamento dos cuidados de saúde prestados aos seus beneficiários, de acordo com as tabelas de preços fixadas" pelo Ministro da Saúde, na Portaria nº 704/94, ao abrigo da qual foi aberto concurso para a privatização da gestão do Hospital Amadora-Sintra, está previsto que a remuneração pelo Estado possa também ser feita (artigo 38º, ponto 1 alínea c) "através de um valor global a apresentar pelo concorrente" à gestão privada. Ora esse "valor global" não só não tem relação com os serviços efectivamente prestados aos utentes do Serviço Nacional de Saúde, podendo o Estado estar a pagar serviços que nunca foram prestados, como não envolve expressamente (artigo 38º, ponto 5) qualquer condicionante em relação à dimensão dos serviços prestados em regime de atendimento particular.

O facto do programa de concurso e do caderno de encargos tipo do contrato de gestão não se inserir no quadro definido pela legislação vigente vicia o respectivo concurso e impõe a consideração da sua nulidade. E legitima a interrogação e a exigência de esclarecimento, sobre a eventual

existência de qualquer pré-combinação entre o Ministério da Saúde e qualquer (ou quaisquer) das entidades concorrentes à exploração privada do Hospital Amadora-Sintra.

4. O PCP, que através da sua Comissão Nacional para as Questões da Saúde, vem prestando uma continuada atenção aos problemas da saúde em Portugal e que tem presente para debate público uma fundamentada proposta de reforma democrática dos serviços de saúde, pelas razões sumariamente expostas manifesta a sua oposição frontal à privatização do Hospital Amadora-Sintra.

Ao mesmo tempo que lança um vivo alerta aos utentes e aos profissionais do SNS e às suas organizações representativas, às organizações sociais em geral e ao poder local democrático, contra um processo de destruição do Serviço Nacional de Saúde que está em adiantado curso, o PCP apela ao desenvolvimento de um vasto debate público sobre a situação da saúde em Portugal e à dinamização de um amplo movimento de opinião em defesa do direito à protecção da saúde e de um serviço nacional de saúde que verdadeiramente o assegure, tal como está constitucionalmente consagrado.

Transportes de Lisboa

Trabalhadores resistem à ofensiva do Governo

Inserida na preparação da Conferência Nacional do Partido sobre o reforço da organização e intervenção no seio dos trabalhadores, a 5ª Assembleia do Sector dos Transportes da ORL, realizada no passado dia

10 deste mês, fez o balanço dos últimos quatro anos, definiu orientações de trabalho e elegeu o Organismo de direcção.

Durante os trabalhos, que contaram com a participação de Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política, foi aprovada uma resolução política que analisa em pormenor a situação das várias empresas do sector (peça em baixo).

As conclusões da assembleia mostram que «as linhas mestras da política de direita no Sector de Transportes, orientada no sentido da sua privatização, foram a destruição do aparelho produtivo, através do desmantelamento, desmembramento e privatização de importantes empresas, a redução de milhares de postos de trabalho, através de despedimentos, reformas, pré-reformas, rescisões de contratos; as ofensivas contra os direitos dos trabalhadores e suas organizações e o aumento da repressão contra os trabalhadores».

Os comunistas consideram que «a Lei de bases dos Transportes Terrestres, os acordos sobre o transporte marítimo, o Mercado Único e o Tratado de Maastricht foram peças fundamentais para a concretização da política de direita, no sector».

Com uma estratégia idêntica para todas as empresas, o Governo procura numa primeira fase desmembrá-las de modo a constituir diversas empresas associadas, ou não, para que numa segunda fase, sejam entregues ao capital privado, associado, ou não, ao capital internacional.

Esta destruição é sempre acompanhada da redução de postos de trabalho e de direitos contratuais, em detrimento da produção e da rentabilidade das empresas.

Inevitavelmente, os resultados desta política

reflectem-se nos utentes dos transportes que viram a qualidade do serviço oferecido, e agravadas a insegurança e as tarifas, surgindo os chamados passes combinados cujo objectivo é de acabar com os tradicionais passes sociais.

Reforçar a organização

Opondo-se e resistindo aos objectivos centrais do Governo, os trabalhadores têm sabido defender e manter, no essencial, os seus direitos. Para isso muito contribuíram as suas estruturas sindicais e

as comissões de trabalhadores.

Apontando a luta como «o caminho para a resolução dos problemas», a 5ª Assembleia sublinhou que «os trabalhadores continuam a ter força suficiente para impedir a concretização dos objectivos do Governo e do patronato».

Por seu lado, a assembleia concluiu que «a participação dos comunistas tem uma importância determinante na organização, mobilização e luta dos trabalhadores» e, afirma-se mais adiante no documento aprovado, «apesar das dificuldades, as células do Partido têm sido os grandes baluartes da resistência e continuam a ter um verdadeiro papel de direcção do sector».

Preconizando uma política democrática para o sector, o qual «deve ter um papel estruturante na economia nacional», os comunistas estão dispostos a lutar pela defesa do sector empresarial do Estado, pela manutenção dos postos de trabalho e dos direitos dos trabalhadores e pela melhoria qualitativa dos transportes».

Para concretizar os objectivos traçados, a assembleia concluiu que «é necessária uma melhoria substancial» do trabalho «quer no plano da organização, informação e mobilização dos trabalhadores, quer no que respeita a uma utilização mais racional e eficaz dos meios».

Neste sentido foram definidas várias medidas para «melhorar a coordenação da acção dos camaradas eleitos nas várias estruturas representativas dos trabalhadores», bem como para «promover a melhoria da articulação através de reuniões, sempre que possível com carácter regular, dos camaradas dirigentes sindicais e membros das CT's, com as células de empresa».

A Assembleia aprovou ainda um conjunto de orientações para o trabalho de direcção, reforço da organização, aprofundamento da sua ligação às massas e afirmação do partido junto dos trabalhadores.



Linha de ataque do PSD

NA TAP, o Governo PSD aplicou um regime sucedâneo que, além de retirar o direito constitucional à contratação colectiva, reduziu o valor real dos salários e restringiu todos os direitos contratuais à legislação geral. Aprofundou o processo de divisão da TAP em empresas subsidiárias e alienou serviços de apoio, com nítido prejuízo para o erário público e em benefício do sector privado multinacional. Manteve-se subserviente à vontade da Comissão da União Europeia aquando da negociação dos «pacotes aéreos», nomeou gestores com funções essencialmente políticas e pouco adequados à gestão do transporte aéreo. As consequências foram uma política de repressão sobre os trabalhadores, despedimentos sob a capa eufemística de rescisão amigável e prejuízos descomunais.

Na CP, promovem o encerramento de linhas e troços de linha a diversos tráfegos, entregando-os a maus serviços de empresas rodoviárias privadas e o encerramento arbitrário e desajustado, total ou parcialmente, de estações, com influência negativa na circulação dos comboios. O investimento no material circulante continua a ser bastante insuficiente para a degradação a que chegou o material existente. Criam empresas filiais, de capital CP ou associado a outras empresas, cuja actividade foi sonogada à CP, com o objectivo último de as «vender» ao capital privado nacional ou estrangeiro. Passam assim partes vitais da CP para algumas dessas empresas, como é o caso da EMEF e da SOFLUSA. A primeira «comeu» as grandes reparações à CP, executa estas agora por preços muito mais altos e com prazos piores, prepara-se para «comer» o que resta da manutenção corrente e um dos

seus administradores, que entrou agora para a CP, é um conhecido colaborador da multinacional ABB. Serão só fumos de corrupção? A segunda «comeu» a actividade fluvial entre o Terreiro do Paço e o Barreiro à CP, actividade esta que garante a ligação da rede ferroviária nacional entre Lisboa e o Sul do País, donde se compreende o que deveria ser de interesse vital para a CP. Péssima gestão feita por administradores incompetentes e apostados em destruir o sistema ferroviário nacional. Diminuição drástica de trabalhadores através de cartas/ameaças, pré-reformas, rescisões, etc. Défices anuais crescentes que em 1993 já atingiram 54 milhões de contos, da responsabilidade da má gestão dos Conselhos de Gerência, do não cumprimento do Governo do PSD das compensações financeiras a que a CP tem direito e dos altos encargos financeiros devido ao endividamento da Empresa.

Na RN, a empresa foi desmembrada inicialmente em diversas empresas localizadas nos centros de actividade, passando a ter o estatuto de sociedade anónima. Numa fase posterior começa a «venda ao desbarato», para a sua «entrega» ao capital privado. Curiosamente, a Barraqueiro compra praticamente tudo o que é posto à «venda» e prepara-se para criar um autêntico monopólio do transporte rodoviário de passageiros, em relação à qual há indícios de ser a «testa de ferro» de um grupo económico francês. Há «fumos de corrupção»? Redução brutal de trabalhadores com a finalidade de preparar a entrega à Barraqueiro.

Na CARRIS, desenvolve-se uma política de redução de carreiras, de redução dos períodos de funcionamento das bilheteiras, em simultâneo com a conti-

nuação da falta de verdadeiros investimentos na frota de autocarros e em eléctricos, quer para um transporte rápido, quer para as zonas das colinas da cidade. A repressão aos trabalhadores, aos dirigentes sindicais e aos membros da Comissão de Trabalhadores é feroz. A redução de efectivos, por rescisões ou reformas, após colocação num centro de excedentários, é outra das linhas de actuação do Conselho de Administração. O CA pretende criar uma empresa na área oficial. O Governo e o CA pretendem a municipalização da CARRIS a todo o custo e sem quaisquer garantias para os trabalhadores e para os utentes.

Na ANA, empresa que tem obtido bons resultados económicos e tem uma boa saúde financeira e cujo valor estratégico é fundamental para o País, desenvolvem-se tendências para o seu desmembramento em diversas empresas, acompanhada da redução de trabalhadores e a sua entrega ao capital privado. Tentativas de retirar regalias aos trabalhadores, de introduzir a polivalência, a liberalização dos horários, a mobilidade geográfica e funcional.

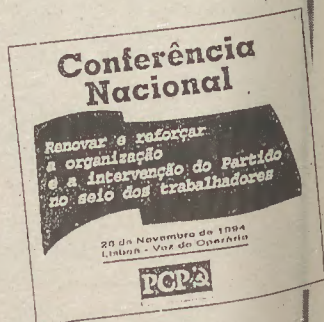
No Sector Portuário, quer a APL, quer a SOCARMAR, quer as restantes empresas que operam no porto de Lisboa, quer os trabalhadores portuários (estivadores, conferentes e do tráfego), têm a sua actividade fortemente condicionada por uma política criminosa do Governo e das respectivas administrações consubstanciada em redução drástica do número de trabalhadores, diminuição das áreas de operação no porto de Lisboa, para as alugar para actividades que nada têm a ver com a actividade produtiva de um verdadeiro porto, ou como surge agora através do chamado

«POZOR», para uma criminosa especulação imobiliária antiactividade portuária e anti-rio Tejo, pela falta de convenientes acessos rodoviários e ferroviários, pela concorrência desenfreada das empresas privadas que fazem descarga/armazenagem dos produtos, pela falta de incentivos aos investimentos, pela inoperacionalidade dos equipamentos do porto de Lisboa, devido a uma deliberada falta de adequados investimentos. A Socarmar continua na mira da entrega total ao capital privado.

A Marinha Mercante continua a sofrer com a política criminosa de destruição de que foi alvo. Continuam as falências e os despedimentos e a nossa posição no mercado mundial continua cada vez mais fraca. O Governo continua a atribuir subsídios às empresas privadas sem qualquer contrapartida. Os barcos não usam sequer a bandeira portuguesa, mas sim a «bandeira de conveniência» de outros países.

Nos Trabalhadores em Despachantes, o Mercado Único veio provocar praticamente a destruição do seu sector, uma vez que o Governo não acauteleu quer o futuro dos trabalhadores, quer o futuro do próprio sector. Os despedimentos foram em massa e a maioria dos trabalhadores ainda nem sequer recebeu as verbas a que tem direito.

No Metropolitano de Lisboa desenvolvem-se investimentos na expansão da sua rede, o que há longo tempo era reclamado pelo Partido. Esta expansão tem de ser vista integrada no desenvolvimento do sistema de transportes urbanos e suburbanos, nas suas interfaces com os outros modos de transportes, nos planos directores municipais envolvidos e não isoladamente.



■ João Amaral

SIS repor a legalidade e garantir direitos

O Governo nunca quis debater a situação de ilegalidade em que vivem os Serviços de Informações portuguesas, recusou sempre os inquéritos apresentados, recusou as alterações necessárias para dar eficácia ao Conselho de Fiscalização, escudou-se atrás do Conselho para pôr o SIS enfeudado às suas opções político-partidárias, transformando-o numa espécie de **aparelho de informações políticas ao serviço do PSD**.

(...)

O que levou o PSD a este debate foi o veto do Presidente da República e a demonstração aí feita que a incapacidade de diálogo do Governo e a sua vontade de fechar os Serviços de Informações a qualquer controlo eficaz tinham conduzido a um **perigoso vazio**. Um vazio no sistema de fiscalização dos serviços de informações corresponde a uma situação de **funcionamento não regular das instituições democráticas**, com todas as consequências que isso pode acarretar, e que o Governo teme. Por isso, **o Governo está neste debate obrigado a ele e a jogar para se defender**, a jogar à defesa.

(...)

Defender-se desde logo do mar de acusações e denúncias que foram e continuam a ser feitas à situação da área das informações, e às ilegalidades que por aí perpassam.

Primeira ilegalidade, a não criação do SIED e a atribuição aos Serviços de Informações Militares da função de informações estratégicas. **Segunda ilegalidade**, as actuações do SIM em áreas completamente fora das suas atribuições, de que é exemplo mais chocante e mais indigno o caso do envolvimento da DINFO em acções terroristas organizadas pelo comando policial provocatório auto-apelidado GAL, de que resultou o baleamento de várias pessoas, incluindo uma criança.

(...)

Terceira zona de ilegalidades: as actuações do SIS contra associações sindicais, de estudantes, de agricultores, partidos, magistrados, associações cívicas de vária natureza, que vão desde os relatórios sobre questões totalmente alheias ao objecto definido no artigo 21º da Lei nº 30/84 para o SIS, até chocantes actividades de infiltração e provocação; **quarta ilegalidade**: a transformação por esta via do SIS num **aparelho de informações políticas ao serviço do PSD**, um escândalo nacional totalmente inaceitável e que ofende as mais elementares regras democráticas; **quinta ilegalidade**, a existência nos SIM de informatização com capacidade para ter banco de dados em condições e termos que são absolutamente ilegais (sr. ministro da Defesa Nacional, para que quer o SIM ter fichas?). **Sexta ilegalidade**: a proliferação de serviços clandestinos de informações pelas polícias, actuando sem qualquer controlo e sem qualquer previsão legal; **sétima ilegalidade**: o impedimento a esta Assembleia do exercício das suas competências fiscalizadoras, negando-lhe qualquer informação directa e recusando sistematicamente os inquéritos parlamentares, conservando os Serviços num estado de ausência de controlo que a lei não admite.

Face a este mar de ilegalidades, é uma completa mistificação pretender que o centro do debate seja saber se deve ou não haver informações em Portugal ou se os serviços devem ser dois ou três. O que existe é uma **situação de crise**, com graves perigos para a vida democrática, para as garantias dos cidadãos e para o regular funcionamento das instituições.

Crise provocada pelo Governo e pela forma como encara os Serviços de Informações. É fácil demonstrá-lo, basta ver o perfil, o testemunho e as opiniões do homem que constitui a peça-chave do sistema de informações, general Pedro Cardoso, que exerce a função na posição charneira de secretário-geral da Comissão Técnica, nomeado pelo Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, e que exprime tão fielmente as posições do Governo que é agora mantido em funções apesar de ter já passado os 70 anos e de até o Conselho de Fiscalização há mais de um ano ter assinalado a irregularidade da situação.

(...)

Se o Governo quer mostrar um mínimo de boa-fé neste processo, então o que se tem de reclamar que faça de imediato é que **demita o general reformado Pedro Cardoso das funções de secretário-geral da Comissão Técnica do Conselho Superior de Informações!**

As questões centrais deste debate resultam, pois, da situação de ilegalidade a que o Governo conduziu a área das informações, e o centro do debate tem de estar na completa clarificação das exigências democráticas que devem rodear a definição das finalidades e do controlo de funcionamento dos Serviços de Informações.

Foi neste quadro que apresentámos, ontem, **dez questões ao Governo**, que aqui reproduzo:

Primeira questão

Accepta o Governo a exigência democrática de que os Serviços de Informações **deven cessar imediatamente** as actuações ilícitas que vêm desenvolvendo contra o exercício, pelos cidadãos e pelas associações que os representam, dos seus direitos fundamentais constitucionalmente garantidos, designadamente contra legítimas actividades de natureza social e política? Particularmente, aceita o Governo a exigência democrática de que cessem as actividades de vigilância, infiltração e provocação contra associações sindicais, associações de estudantes, associações de agricultores, movimentos cívicos em geral e partidos políticos?

Segunda questão

Accepta o Governo a exigência democrática de que os Serviços de Informações **sejam postos exclusivamente ao serviço do interesse público**, fazendo cessar a actual situação de enfeudamento ao Governo e às suas opções político-partidárias, que transformou os Serviços de Informações numa espécie de aparelho de informações políticas do PSD contra os que se oponham às políticas governamentais?

Terceira questão

Accepta o Governo a exigência democrática de que o respeito absoluto pelos direitos, liberdades e garantias constitui uma obrigação inultrapassável, e que, por decorrência, são os direitos, liberdades e garantias que limitam e balizam as actividades de segurança interna incluindo as actividades dos Serviços de Informações e não o inverso?

Quarta questão

Accepta o Governo a exigência democrática de que os Serviços de Informações de Segurança (SIS) sejam reconduzidos à sua

Sexta questão

Accepta o Governo a exigência democrática de alterar profundamente a legislação referente ao Conselho de Fiscalização, designadamente através da atribuição ao Conselho de poderes de inspecção directa dos Serviços de Informações, com e sem pré-aviso?

Sétima questão

Considerando os numerosos casos de ilegalidades e abusos cometidos pelos Serviços de Informações, particularmente pelo SIS, e que têm sido relatados pela comunicação social (de que são exemplos mais recentes o relatório sobre os sindicatos têxteis, a presença de um funcionário do SIS num plenário da CGTP-Inter-sindical, bem como as acções de vigilância sobre autarquias, colectividades, partidos políticos, jornalistas, autarcas e Deputados a propósito do caso da Ponte 25 de Abril), aceita o Governo o desafio de permitir a realização de uma completa averiguação dessas actividades do SIS, através de um inquérito parlamentar, ou através de inquérito extraordinário realizado pela Procuradoria Geral da República, com publicitação completa dos seus resultados?

Oitava questão

Accepta o Governo a exigência democrática de dar público conhecimento de qual o teor das informações sobre partidos políticos que existiam na delegação da Madeira do SIS e de que o relatório do Conselho de Fiscalização referente àquela delegação dá notícia?

Nona questão

Accepta o Governo a exigência democrática de dar uma informação completa ao país acerca das circunstâncias, relatadas na imprensa, através dos quais a Polícia Judiciária ofereceu ao SIS linhas para escutas telefónicas, esclarecendo designadamente as responsabilidades políticas do então ministro da Justiça, do então director-geral da PJ e do Primeiro-Ministro, que terá mandado apagar da acta do Conselho Superior de Informações as referên-



função legal, definida no artigo 19º da Lei nº 30/84, de produzir informações destinadas à prevenção da sabotagem, terrorismo, espionagem e outros actos criminosos de particular gravidade atentando contra a segurança interna?

Quinta questão

Considerando as especiais características dos Serviços de Informações e os perigos que delas decorrem, aceita o Governo a exigência democrática de que os Serviços de Informações só possam funcionar se existir um sistema democrático de fiscalização com poderes efectivos, isto é, reconhece o Governo que a existência e funcionamento de uma fiscalização eficaz é em regime democrático um elemento essencial e um pressuposto da actividade dos Serviços de Informações? Accepta o Governo que, quando, como sucede neste momento, a fiscalização não existe, a única solução democrática é a suspensão da actividade dos Serviços de Informações até ao efectivo funcionamento de um sistema de fiscalização eficaz?

cias a essa questão? Esclarece o Governo qual é o entendimento existente na Polícia Judiciária acerca das escutas telefónicas?

Décima questão

Accepta o Governo a exigência democrática de circunscrever as funções dos Serviços de Informações Militares às funções de segurança militar que lhe estão legalmente definidas, designadamente retirando-lhe a ilegal atribuição de competência na área estratégica de defesa, fazendo cessar qualquer fichagem ou outra utilização abusiva do equipamento informático e esclarecendo o país acerca de casos em que a DINFO se envolveu, como o do ataque terrorista dos GAL em França, preparado pela polícia espanhola, informando particularmente sobre as responsabilidades políticas a todos os níveis, já que as responsabilidades criminais já foram apurados pelos tribunais?

(...)

(Extractos da intervenção proferida por João Amaral no debate parlamentar sobre os Serviços de Informações realizado no dia 10 de Novembro)

Invente-se uma nova sociedade

■ Zillah Branco

A Presidência do Conselho de Ministros convidou algumas organizações dedicadas às questões relativas à família e à formação das novas gerações para um encontro no passado dia 15 de Novembro. Para debater a «cultura de violência» veiculada pela comunicação social e definir um «pacto de conduta». Louvável iniciativa que se soma a outros encontros já realizados neste fim do ano dito da «Família». Afinal, Portugal propõe-se encerrar o Ano Internacional da Família, como anunciou ao Papa e, com a situação concreta existente no País e no mundo, imagina-se que vai encerrar com uma lápide. Bom será que, pelo menos, fiquem gravadas as boas intenções, mesmo que tardias, no mausoléu.

O título deste artigo ficou a martelar-me a cabeça ao ler o livro, muito interessante, do dr. Daniel Sampaio — «Inventem-se Novos Países». Há que inventar uma nova sociedade que não impeça pais e filhos de realizarem e usufruírem do amor natural que os une. Se há discórdias e falta de diálogo não é por uma causa nascida no seio familiar. São as pressões externas impostas por uma organização perversa da sociedade que condicionam os desencontros, os desafectos, a solidão que atinge a todos levando muitos ao desespero e outros à alienação.

O mundo tem mudado para pior em muitos casos, sobretudo com a institucionalização do direito a deformar as mentalidades através dos meios de comunicação social, com a possibilidade de ingerência dos países mais ricos na vida dos mais pobres, com o agravamento da miséria de 4/5 da humanidade em benefício de uma minoria, etc. Mas nem tudo está perdido, muitas conquistas foram atingidas com o sacrifício dos que lutaram por um mundo mais humanizado. Leio, por exemplo, a notícia de que os líderes de todas as religiões se encontraram no Vaticano para traçarem juntos uma estratégia em defesa da paz. Conheci muita gente que foi presa e torturada por defender a paz. Não há muito tempo era proibida a palavra paz, como linguagem de comunistas. Assim também ocorria com a defesa dos direitos humanos, ou a igualdade das mulheres, ou a condenação do racismo. Hoje, essa linguagem foi adoptada pelos governos, pelas organizações internacionais, pelas igrejas e pelos partidos de diversas tendências. Ainda bem, foi um passo importante em benefício da humanidade e glorifica aqueles que em tempos de maior obscurantismo sacrificaram a própria liberdade e muitas vezes a vida pelo bem comum.

Mas há muito por fazer. A tarefa principal será levar à prática todas as belas teorias, não deixarmos que este novo vocabulário humanizado sirva de bandeira para quem faz exactamente o contrário. E aí é que fica um certo pessimismo para quem espera que os que ocupam o poder, seja político ou económico, correspondam ao avanço das ideias. Não é o meu caso, nem de muita gente que conheço. Continuo a acreditar na força dos movimentos de massas que através de sacrifícios fazem avançar as grandes conquistas da humanidade. De mão beijada não virá nada, nem com promessas eloquentes dos governantes.

Encontros sim, mas com compromissos de acção

Não tem sido por falta de encontros, políticos ou profissionais, que a formação pela violência tem florescido nos meios da

comunicação social. Toda a gente, medianamente inteligente e sensível ao comportamento humano, sabe que as imagens de violência irritam, enervam, desestabilizam, agredem o sistema nervoso, deformam a percepção sensorial, traumatizam o indivíduo. Se tratarmos uma criança à estalada ela inibe o seu desenvolvimento mental ou explode como um animal selvagem. A sociedade sabe disso, até fez leis que proíbem as agressões. No entanto finge não perceber os efeitos da violência transmitida pelos meios de comunicação social.

lida-se com a maior dependência dos que recebem a sua mensagem, e ainda porque tal situação constitui uma mina para laboratórios e profissionais sem escrúpulos. É um mercado de sucesso que assegura o poder de uma elite, aquela que usufrui da miséria de 4/5 da humanidade.

Os encontros prosseguem, mas só terão qualquer proveito se as populações exigirem a alteração dessa estratégia catastrófica de dominação mental exercida através dos meios de comunicação social. Acredito que estamos a viver um momento de tal modo grave que há condições para que se imponha um basta a tanta maldade.

As televisões e os filmes na berlinda

A denúncia dos efeitos nefastos da imprensa visual na formação de delinquentes da mais tenra idade é hoje mundial. Na Inglaterra, ao serem julgadas as duas crianças de 10 anos que mataram o bebé James Bulger, verificou-se que elas seguiram à risca a história que viram num filme-vídeo. Um mês depois, em França, três crianças de 8 a 12 anos matavam um clochard. Nada li a respeito quanto a decisões de reduzir a violência televisiva, mas senti uma atenuação nas programações diárias. Recentemente, uma jovem de 19 anos, e o seu companheiro, assaltaram um posto policial, roubaram as armas, mataram três agentes da polícia e um motorista de táxi. Nada explica a acção violenta, a não ser, talvez, a forte impressão causada pelo filme «Assassinos Natos», de que levaram documentação para casa. Este filme foi proibido na Irlanda, mas está a ser exibido em vários países, inclusive em Portugal. Na Noruega, três crianças de seis anos mataram a pequenina Silje Marie. A causa apontada por pais, professores e psicólogos foi o filme *Tartaruga Ninja* divulgado na TV.

Em programas televisivos tenho ouvido, em Portugal, a tese cínica de que se os programas são nefastos para a formação de crianças e jovens, a culpa é da família que os abandona diante do ecrã. Quer dizer, devemos aceitar que a sociedade é mesmo uma

selva dirigida pelos superiores interesses dos que controlam os meios de comunicação social e cada um deve criar por sua conta as defesas necessárias. Então, para quê o Estado? Apenas para regular a vida financeira e os mercados? E para quê tantos encontros de reflexão científica?

As famílias têm costas largas! Como se fossem poderes ilhados na selva social. Não nego a responsabilidade que todos nós temos ao constituir uma família, assim como considero que todos os que, de uma maneira ou de outra, interferem na formação dos indivíduos são responsáveis pelo que produzem.

Esta irresponsabilidade, defendida por alguns, dos que (de)formam as mentalidades como quem vende drogas ou organizam as redes de prostituição, é um crime imperdoável. Crime também é a passividade dos poderes públicos diante dos promotores dos crimes neste vasto mercado onde só é punido o peão que dá a cara na venda dos produtos ou que copia o modelo que lhe meteram no cérebro através de imagens com alta tecnologia.



Uma infinidade de encontros científicos dão-nos notícias do conhecimento cada vez maior das causas do stress, assim como das perturbações psíquicas que em linguagem corrente se vai divulgando como esgotamento nervoso ou depressão. Não há quem não sofra disso hoje ou que, pelo menos, não conheça alguém vitimado. Normalmente, atribuem-se as causas ao próprio indivíduo ou à situação familiar. Os curandeiros dão uns cházzinhos e os médicos uns medicamentos. A pessoa sente-se diminuída por julgar-se mais frágil que o comum dos mortais e frequentemente sofre discriminações na carreira profissional e na vida social. Só o médico o apoia (quando tem esta sorte), ou o mestre espiritual. Daí, a proliferação das consultas médicas, verdadeiras muletas para continuar de pé, ou da busca de soluções exotéricas através de religiões ou astrologia.

Mas não se vêem propostas de solução política para as causas desta verdadeira epidemia de frustrações. Porquê? Primeiro por não haver vontade política por parte dos governantes, depois porque o poder dos meios de comunicação conso-

Revolução de Outubro: Memória, referência e património

■ Aurélio Santos

Comemorar a Revolução de Outubro justificar-se-ia, só por si, como justa homenagem aos que, tomando o testemunho histórico da Comuna, se lançaram, também eles, ao "assalto do Céu". Mas, após a derrocada da URSS e dos regimes socialistas no Leste europeu - que lugar cabe à Revolução de Outubro nas referências actuais da luta pelo Socialismo?

Diariamente, assistimos a uma intensa e sistemática campanha de acusações, com recurso a um sem-número de falsificações, mentiras e calúnias, que pretendem denegrir e cobrir de opróbrio o socialismo e as suas realizações, apagando-as da memória das pessoas e dos povos, se possível.

Não é casual essa campanha.

Fomentar a resignação; intimidar os defensores do socialismo; apagar a esperança: eis o que procura.

O grande capital quer aproveitar a nova situação criada com a derrocada da URSS para recuperar das cedências que no decorrer do século foi forçado a fazer, face à luta dos trabalhadores e dos povos. Retoma mais abertamente a sua natureza exploradora e opressiva, numa ofensiva de regressões sociais e políticas.

A campanha de denegrimto sistemático do socialismo e das suas realizações é uma das coberturas ideológicas para essa ofensiva.

Não só por justiça histórica, como pela sua importância na luta actual contra a regressão capitalista, é indispensável desmontar esse reescrever da História e não deixar que da memória colectiva sejam apagadas as contribuições e realizações que, para o progresso da sociedade humana, foram resultado dos processos desencadeados com a Revolução de Outubro.

Um mérito indiscutível

Com a revolução de Outubro o Socialismo entrou na História como experiência concreta. Deixou de ser apenas um ideal, um projecto.

Com a Revolução de Outubro puderam entrar em acção novos factores de transformação da sociedade, ganharam corpo as grandes tendências da nossa época, antecipou-se a sua realização.

Os processos de transformação da sociedade não se podem experimentar em laboratório. É na vida que eles vão sendo experimentados, confirmados, corrigidos. As experiências concretas de construção do socialismo através do mundo permitiram colocar de modos novos a procura de alternativas ao capitalismo para a sociedade humana, deram conteúdos novos aos ideais do socialismo e da justiça social à escala mundial, e também às suas diferentes definições nacionais em função dos níveis de desenvolvimento e das composições sociais.

Erros, insucessos, desvios e derrotas sofridos neste processo de transformação social não podem fazer esquecer os muitos êxitos económicos, sociais e culturais alcançados, nem a sua influência decisiva nas mudanças profundas na consciência social registadas durante o nosso século.

A Revolução de Outubro trouxe para a vida concreta, e impôs na concepção da humanidade, os direitos económicos, sociais e culturais como parte integrante e indissociável dos direitos humanos. Impulsionou a universalidade dos direitos políticos e nacionais. Quebrou preconceitos e barreiras que aprisionavam a condição dos trabalhadores e da mulher. Abriu caminho a transformações que, em poucos decénios, permitiram radicais e reais melhorias nos níveis de desenvolvimento e nas condições sociais dos povos que empreenderam as experiências de construção do socialismo.

O denegrimto sistemático do muito de positivo que foi realizado nas

experiências concretas de construção do socialismo é uma inadmissível falsificação histórica que nada pode justificar.

Uma dura lição

A construção do socialismo revelou-se mais difícil e complexa do que esperavam os comunistas. Causas internas e externas, erros graves, desvios e perversões, práticas políticas e formas de exercício do poder que falsearam o ideal comunista e o projecto de construção do socialismo, levaram à derrocada da URSS e dos regimes socialistas da Europa.

Retirar as lições desses fracassos é necessário, não só para salvaguarda do património positivo deixado por essas experiências como, principalmente, para delas retirar as devidas correcções aos projectos, concepções, propostas e actuações dos que querem levar avante e concretizar a luta pelo socialismo.

Tanto o património de cada partido, como a recuperação do movimento comunista, tomam necessário prosseguir e aprofundar a análise de questões como as que se referem à essência do Poder, do Estado e da Democracia; às formas e ritmos de gestão económica e da apropriação social dos grandes meios de produção e distribuição de bens; à generalização e assimilação da informação e da cultura e do progresso científico e técnico; bem como à formação da consciência social.

Particular atenção exige uma reflexão atualizada sobre o papel, funcionamento e formas de actuação dos partidos no processo de construção do socialismo.

A campanha anticomunista pretende apresentar os partidos marxistas-leninistas como ultrapassados. O que a experiência disponível mostrou, todavia, foi a necessidade de um partido com um claro projecto revolucionário (e prática correspondente) não só para o exercício do Poder e a transformação da sociedade, como para a defesa das conquistas alcançadas. O declínio e periclitamento da vitalidade dos respec-

tivos partidos (e a degradação dos seus órgãos dirigentes) foi uma das causas internas da derrocada. Mas a natureza revolucionária de um partido não se estabelece por decreto, e de uma vez

para sempre. É uma qualidade a conquistar em cada situação histórica concreta. É ser capaz de captar e assumir em cada situação as formas novas do movimento social.

Erros graves foram cometidos pelos partidos que estavam no poder nos regimes socialistas. Mas o seu erro maior e a mais pesada responsabilidade foi não terem sabido defender e salvaguardar as bases do socialismo já construídas.

O capital ao ataque

Os últimos anos constituem uma trágica contraprova do que significou de positivo na História mundial a existência da URSS, criada no seguimento da Revolução de Outubro.

A derrocada da URSS não foi apenas a derrota de um modelo que continha muitas referências fundamentais do socialismo.

Com a perda da força material da URSS e dos Estados socialistas europeus foi quebrada uma correlação de forças que mantinha em contenção as forças mais agressivas e as formas mais brutais do capitalismo. Desembaraçado da alternativa representada pelo campo socialista, mesmo com as suas limitações, o capitalismo desencadeou à escala mundial uma violenta ofensiva para intensificar a exploração dos trabalhadores e a espoliação dos povos. Proclama e impõe as suas leis como árbitro e horizonte inultrapassável não só da vida económica e financeira mas do conjunto da actividade humana. Nos próprios países capitalistas mais desenvolvidos os modelos económicos e sociais são reestruturados em profundidade em detrimento dos trabalhadores, as estruturas de protecção social dos trabalhadores e de controlo da economia pelo poder político são desarticuladas.

Também nisto se confirma a justeza da solidariedade manifestada à URSS e à viragem que a Revolução de Outubro imprimiu na vida mundial. E não só pelo papel da URSS na contenção das forças mais agressivas do imperialismo e do capital, com expressão em momentos decisivos, como a II Guerra Mundial. Também pelo potencial de ânimo, esperança e apoio que ela representou para a luta dos trabalhadores e dos povos.

Um Socialismo para o nosso tempo

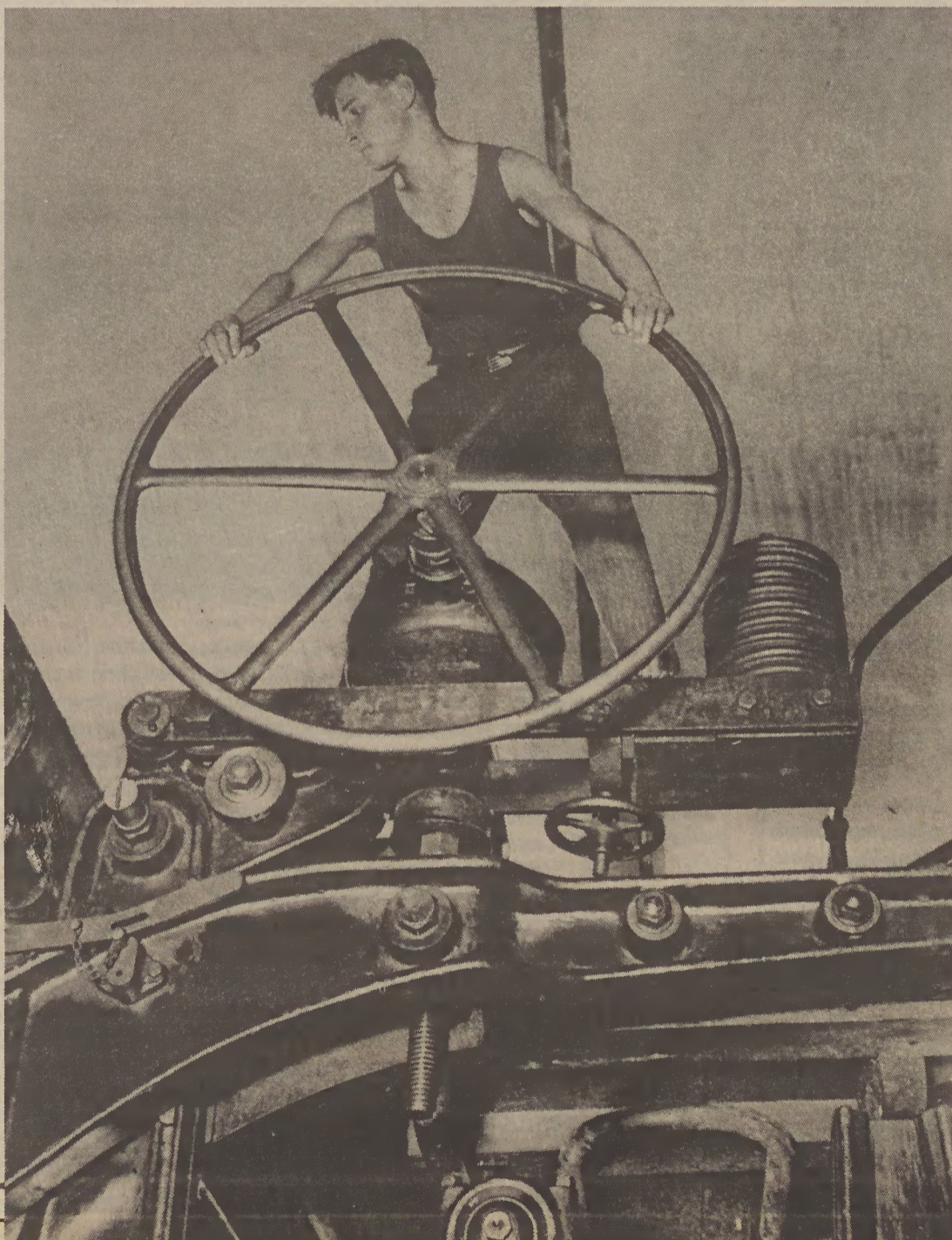
Os perigos e sofrimentos que o capitalismo acumula aceleradamente, a necessidade de suprimir as suas causas, mantêm o socialismo como questão central da nossa época.

O socialismo pode hoje retomar a marcha, com uma visão mais rica e profunda, assente numa experiência disponível que nem Marx e Engels, nem Lênine, os revolucionários de Outubro e os pioneiros da construção do socialismo detinham.

Não se trata de "modelos" feitos ou esquemas e soluções que bastará "ajustar" a cada país. A experiência mostrou que o caminho do socialismo exclui receitas feitas. Exige que cada país e cada partido procure as suas próprias linhas de orientação, defina o seu projecto de sociedade socialista, de acordo com as diferentes realidades sociais e económicas.

Mas a experiência mundial disponível, analisada sem esquematismos e no seu enquadramento histórico, no que tem de positivo e negativo, dá indispensáveis pontos de referência e mais sólida consistência aos projectos e propostas de um socialismo para o nosso tempo.

Por isso também a Revolução de Outubro é um acontecimento maior da memória e das referências do património político e ideal do socialismo.



O actual regime russo não se ajusta a qualquer modelo. Adversários e defensores não conseguem defini-lo com um mínimo de precisão. Constitui uma excepção absoluta.

A Constituição, na qual insiste em fundamentar a sua legitimidade, resultou de um referendo ilegítimo após um golpe de Estado que dissolveu o anterior Parlamento e lhe destruiu a sede a tiros de canhão. Existe consenso quanto à natureza autoritária do Governo da Rússia. A

Constituição atribui ao Presidente mais poderes do que em 1913 tinham os antigos czares e o secretário-geral do PCUS nos anos 80. Quanto à praxis é ostensivamente não democrática. Ao regime de vocação ditatorial não corresponde, porém, um poder forte e estruturado. Boris Ieltsin preside a um Executivo débil, quase sem base de sustentação popular. O Estado é fraco. O actual Governo mantém-se pela força da inércia ou, mais exactamente, em consequência da passividade da oposição sem projecto.

A impopularidade crescente e da sua política transparecem da escalada de críticas que atinge ambos. Todos atacam o presidente e condenam a política do governo e ninguém, com excepção dos membros do Executivo, aparece a fazer a sua defesa.

Na Duma de Estado, a oposição constitui hoje maioria esmagadora. Em Outubro, três juízes propostos pelo Presidente para o Tribunal Constitucional foram recusados. O candidato sugerido pelo Presidente para Procurador da República foi também chumbado. E o debate sobre o Orçamento de Estado teve aspectos humilhantes para o Primeiro-Ministro.

Para tornar ainda mais evidente o isolamento e debilidade do Governo, os partidos da oposição decidiram apresentar uma moção de desconfiança. O objectivo, paradoxalmente, não era o derrubamento do Governo, mas apenas demonstrar que ele não conta com o apoio do Legislativo. Somente 54 deputados votaram contra; 194 aprovaram o texto e 202 abstiveram-se. O resultado não surpreendeu. Para a moção produzir efeitos (relativos) seria necessária a maioria absoluta, ou seja 226 votos (a Duma tem 450 deputados) mas a desconfiança da Assembleia não obrigaria Ieltsin a demitir o Governo. Segundo a Constituição, o Presidente poderia ignorar o voto da Duma. Seria necessária uma segunda moção de desconfiança para forçar Ieltsine a optar entre a substituição do Primeiro-Ministro e do Gabinete e a dissolução do Parlamento.

Para o País ficou, entretanto, claríssimo que a Duma derrubará o Governo quando quiser, por uma maioria enorme. Os comentadores políticos sublinharam, aliás, que o Executivo passou mais este obstáculo apenas porque, no momento, a Duma não teria alternativa a apresentar.

Sondagens surpreendentes

Uma sondagem, promovida entre altos comandos das Forças Armadas para testar a popularidade de destacadas personalidades civis e militares, trouxe respostas que, pelo seu significado, merecem atenção.

A figura mais impopular parece ser o general Pavel Gratchev, o ministro da Defesa envolvido no escândalo da corrupção no Grupo de Exércitos do Ocidente (v. «Avante!», 10.11.94). A quota de popularidade de Boris Ieltsine baixou também muito nas Forças Armadas, situando-se ao nível mais baixo de sempre. Jirinovsky perdeu igualmente prestígio. Dos civis, o mais cotado foi Yavlinsky, o economista que ganhou fama na fase final da perestroika, ao defender o seu Plano de Reformas em 500 dias.

Yavlinsky não esconde, aliás (tal como Jirinovsky), a sua decisão de se apresentar como candidato à Presidência nas próximas

A Rússia a saque

— uma moderna tragédia (conclusão)

■ Miguel Urbano Rodrigues

eleições. Afirmo isso até em jantares de embaixadas ocidentais onde procura captar simpatias. A seu favor tem o apoio de Washington (por ora), e contra a ausência de uma base social de apoio importante. O seu partido, o Bloco Yablonko, representa na Duma uma força inexpressiva.

Gorbachev caiu no esquecimento. A opinião pública despreza-o e, nos meios políticos, ninguém parece levar a sério as suas pretensões. A imprensa trata-o como figura folclórica, voltada para os seus negócios.

Com alguma surpresa, o mais alto índice de popularidade na sondagem referida foi obtido pelo general Alexander Lebed, o comandante do XIV Exército, estacionado na Transnistria, a Sul da Moldávia. Tive a oportunidade, em reuniões com deputados russos, de escutar opiniões muito diferentes sobre esse soldado atípico. Segundo o presidente da Comissão de Geo-Política da Duma (um general), Lebed é «visto por muita gente como um De Gaulle russo». No final da mesma reunião, outro deputado qualificou, porém, Lebed de «candidato a Bonaparte de quinta categoria».

Lebed havia na véspera criticado com dureza o Acordo assina-

mética do Executivo, que deixou tudo como dantes. Nas vésperas da apresentação da moção de desconfiança, o Comité Executivo do Partido Comunista da Federação Russa divulgou uma Resolução exigindo a imediata demissão de cinco ministros, por considerar que a sua acção estava a ser particularmente negativa e perigosa: Anatoly Chubais, o patrão das Privatizações; Alexandre Chokin, o ministro da Economia; e Alexander Kosyrev que, à frente dos Negócios Estrangeiros, continua a gozar da confiança dos EUA, apesar de escaramuças mais simuladas do que reais.

Ieltsin deixou tudo na mesma. A nomeação de Chubais para vice-primeiro-ministro foi um gesto sem significado. A política de saque prossegue.

No momento, não estão reunidas condições mínimas para a formação de uma coligação de forças que possa apresentar uma alternativa, não obstante se generalizar a convicção de que a chamada política das reformas é um simples slogan que encobre (mal) a destruição pela base das estruturas produtivas do país. Os partidos são fracos e os consensos na oposição difíceis.

A única força política organizada em toda a extensão do território nacional parece ser o Partido Comunista da Federação Russa que se assume como herdeiro, no Estado Russo, do extinto PCUS.

Uma das suas iniciativas foi a recolha de milhão e meio de assinaturas para um pedido de referendo em que o povo responderia a duas questões complementares: demissão de Ieltsin e realização de eleições antecipadas para a Presidência e a Duma.

O PCFR definiu-se em Outubro sobre o problema do Poder ao recusar qualquer hipótese de colaboração com o actual Executivo e sugerir a formação de um Governo Provisório de Salvação Nacional, cuja tarefa seria libertar o país da engrenagem que o tritura e está a destruir, e promover uma mudança de rumo imediata até à realização de eleições antecipadas. Os próprios dirigentes do PCFR estão conscientes de que a divisão da oposição impedirá na prática que o seu projecto se concretize.

O Partido Comunista da Federação, não obstante contar «com mais de 550 000 inscritos distribuídos por 20 000 organizações de base, luta com uma penúria de recursos de difícil superação no

imediato. Não tem empresa gráfica nem editorial e não dispõe de um diário de circulação nacional, nem de um canal de televisão, sequer de uma rádio própria. Edita cerca de 50 jornais diários regionais com tiragens entre 10 000 e 15 000 exemplares.

O PCFR (que afirma «preservar na teoria e na praxis os princípios fundamentais do marxismo criativo» e defender o projecto de uma futura sociedade socialista ajustada às condições e problemas dos novos tempos) diz ser vítima de uma discriminação ostensiva no acesso aos meios de comunicação social públicos e privados.

Apesar dos múltiplos obstáculos que lhe dificultam uma actividade normal, e de as eleições se terem efectuado numa fase de caça às feiticeiras (a sua ida às urnas esteve comprometida quase até ao último momento) o PCFR conseguiu eleger 50 deputados pelas suas listas e outros tantos que se candidataram, mediante acordos, por forças políticas aliadas ou próximas.

O facto de existir outro partido comunista com cerca de 40 000 militantes, o Partido Comunista dos Trabalhadores da Rússia, dificulta também um maior protagonismo e uma acção no cenário nacional por parte das forças políticas progressistas que se opõem



do com a Moldávia, segundo o qual o XIV Exército regressará à Rússia dentro de três anos. O general considera insensato tal Acordo porque a maioria dos seus oficiais e soldados são russos nascidos na Transnistria, e querem permanecer ali. Aquela é a sua pátria — afirma — e ali vão ficar...

Lebed diz ser apolítico, mas não se exclui a hipótese de que venha a ser candidato ou, pelo menos, a desempenhar um papel político importante.

Os resultados da sondagem foram recebidos com certa surpresa porque a maioria dos oficiais consultados foram investidos nos seus comandos após os acontecimentos de Outubro de 1993. Eram, então, considerados homens de confiança de Ieltsin e Gratchev.

A impopularidade do governo

Ieltsine e o grupo que dos bastidores governa o país têm consciência da impopularidade do Governo. Mas não desconhecem a impotência da oposição. A resposta à vaga de escândalos e às manifestações de descontentamento popular foi uma remodelação cos-



à restauração do capitalismo e proclamam a sua fidelidade aos princípios e valores que levaram à vitória a Revolução de Outubro de 1917.

Oposição fragmentada

Perante uma oposição muito fragmentada e incapaz de se unir em torno de uma plataforma comum, o Governo de Ieltsin vai sobrevivendo apesar da sua fraqueza. Não é fácil, porém, definir quem exerce o poder real. Este fugiu há muito das mãos de Ieltsin cuja margem de iniciativa foi, aliás, sempre limitada.

O presidente e o seu grupo não confiam no Exército cujo corpo de oficiais está preocupado sobretudo com problemas de sobrevivência (alimentação e alojamento das famílias em primeiro lugar) e sabem que o descontentamento do povo cresce de semana a semana, embora sem encontrar expressão numa luta de massas organizada. Para contar essa lenta maré contam com uma força poderosa e bem equipada de tropas especiais, criada precisamente com esse objectivo, ou seja, de fazer frente ao «perigo interno» ou seja, o Povo. Esse exército mercenário, que desempenhou um papel decisivo no bombardeamento da Duma em 1993, tem — segundo o diário independente moscovita «Nizavissima GAZeta» — um efectivo de 52 000 homens e está concentrado na Região da capital. De deputados e jornalistas russos recebi a informação de que o chamado Grupo de Moscovo — o mais influente dos núcleos de pressão política e económica que actua em ligação com a Máfia empresarial — considera no momento a possibilidade de criar unidades mercenárias similares em volta de Petersburgo e Ekaterinenburgo.

Para se avaliar o mal-estar que a existência (e o papel) dessas tropas pretorianas gera entre as Forças Armadas, é suficiente lembrar que o vencimento de um simples sargento das unidades especiais é superior — a precisão é também da «Nizavissima Gazeta» — ao de um coronel do estado-maior do Exército tradicional.

Descontentamento

Até agora, as manifestações de descontentamento não assumiram um nível que faça das actividades repressivas preocupação prioritária. Mas as greves reivindicativas sucedem-se em cadeia. No dia 27 de Outubro p.p., a Federação dos Sindicatos, apesar da sua fragilidade, conseguiu promover uma jornada nacional de protesto em que, segundo a imprensa, participaram mais de 7 milhões de trabalhadores.

O Governo simulou desconhecer o desafio. Minimizou-o. Mas teme o futuro.

Significativamente, Choumeiko, o presidente do Conselho da Federação (a Câmara Alta), lançou recentemente um apelo no sentido do adiamento das eleições para a Presidência e a Duma. Uma estranha sugestão acompanhou essa manobra. Choumeiko colocou com seriedade aparente a hipótese da restauração da monarquia.

O seu balão de ensaio não encontrou receptividade. Mas o objectivo não tem mistério. Como os dois pretendentes ao trono dos Romanov são menores. Choumeiko, político ambicioso e

elíptico, parece sonhar com um Governo de Regência tutelado pelos grupos mafiosos que controlam o Poder.

Nesta atmosfera de desordem política, económica e social, não é de estranhar que a defesa da integridade territorial da Federação Russa suscite apreensões. Na Sibéria do Sul e nas Províncias Marítimas do Oriente, a entrada maciça de chineses, sobretudo através do Amur (em áreas onde a linha da fronteira é contestada por Pequim), começa a ser um pesadelo para as autoridades locais. Os emigrantes ilegais excedem já dois milhões e, em alguns distritos, desconhecem na prática a administração russa.

Na região dos Urales, sobretudo em Ekaterinburgo, há indícios de tendências separatistas ligadas a ambições de grupos.

Simultaneamente, a perda de autoridade de

um Poder Central desmoralizado e a desagregação social e económica no Cáucaso Central e do Norte são fonte de tensões alarmantes. Segundo alguns observadores, se a evolução desses conflitos desembocar numa intervenção militar do Governo, uma vastíssima área do Sul da Rússia poderia, de súbito, ver-se envolvida numa guerra civil de desenvolvimento imprevisível.

Na opinião de intelectuais com quem falei, a ideia de um novo golpe de Estado promovido pelo Grupo que controla o Poder não deve também ser excluída. Mas se tal acontecer e o regime assumir uma fisionomia ditatorial e houver derramamento de sangue, a revolta popular — as palavras são de um velho amigo, ex-alto funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros — «explodiria; uma revolta espontânea, no estilo das insurreições anárquicas que estão na velha tradição russa. E por não ser organizada seria ainda mais devastadora. O país explodiria do Extremo Oriente à Polónia».

*
* *

Não estou em condições de emitir uma opinião fundamentada sobre as perspectivas do desenvolvimento próximo da história na vastidão da Rússia. Limite-me a transmitir um pouco do que vi, ouvi e senti. Mas não posso, naturalmente, olhar com optimismo o amanhã imediato. Desta visita a Moscovo — sete dias inimagináveis — guardarei a lembrança do espectáculo caótico oferecido por um país a saque.

Na véspera do meu regresso a Lisboa, Moscovo foi palco de um acontecimento talvez inédito na história dos parlamentos. A convite da Duma, quem ali foi proferir aquilo a que se pode chamar o discurso sobre o estado da nação não foi o Presidente. Essa tarefa foi assumida pelo escritor Alexander Soljenytsin.

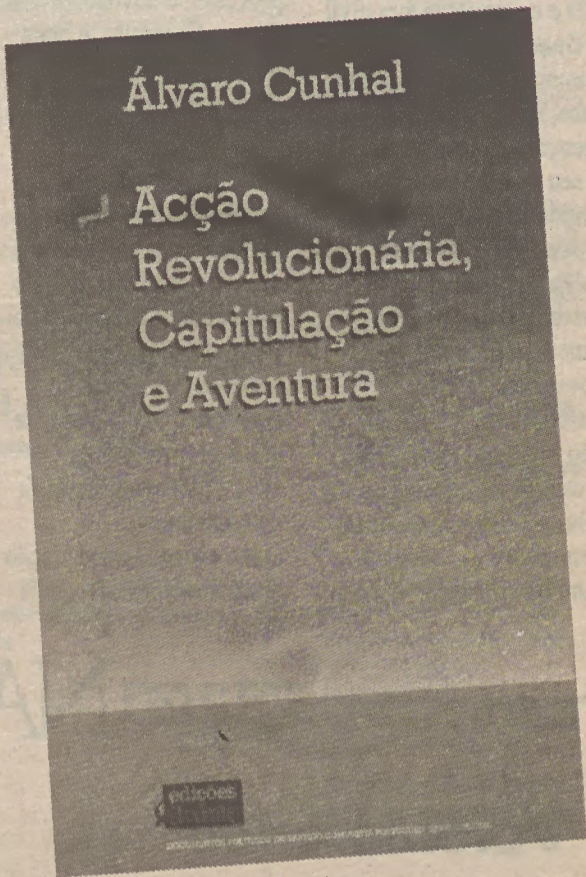
Com uma mão sobre o coração e a outra por vezes apontada para o plenário, o novelista místico invectivou a Duma bem no seu jeito. Acabou por dizer algumas verdades ao esboçar o panorama do caos existente num país «onde a terra é vendida em leilão aos mafiosos», e no qual as privatizações devem ter ensinado aos investidores «a nunca mais confiar no governo». Sem citar Ieltsin, definiu o Poder como a negação da democracia e a Rússia actual como «uma casa de loucos», dirigida por uma oligarquia. Sugeriu, inclusive, que entreguem o Poder ao Povo.

Não sou, nunca fui, admirador de Soljenytsin, nem como escritor, nem como homem. Mas compreendo a sua indignação e o seu choque. A Rússia saqueada assusta.

Não é, contudo, esse o sentimento predominante nos meios financeiros internacionais. Com hipocrisia ou com seriedade, manifestam um optimismo cauteloso. Em Suplemento especial, o diário londrino «Financial Times» conclui que a Rússia não vai tão mal como se diz e que avança, embora devagar, para o capitalismo. O austero matutino ajustou a realidade aos seus desejos.

O diagnóstico afigura-se-me cínico. Até agora, as «reformas» apenas contribuíram para fazer de um país de abundância uma terra de escassez e miséria, de milionários e párias. A instalação do capitalismo caminha a passo de tartaruga; a desgraça do povo, essa, avança a galope.

Álvaro Cunhal Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura



Os últimos tempos da ditadura fascista, que imediatamente precederam a Revolução de Abril, ou seja, a crise geral da ditadura e o governo de Marcelo Caetano, os objectivos da revolução antifascista, a actuação e as alianças das várias forças políticas constituíram um dos pratos fortes da campanha reaccionária contra a Revolução de Abril desencadeada a propósito das comemorações do seu 20º aniversário.

Ora a natureza da ditadura, a época de Marcelo Caetano, os objectivos, posições e actividades das várias forças políticas, constituem matérias do ensaio agora editado, significativas não apenas relativamente à vida nacional nessa época mas também para o conhecimento e a compreensão de tudo quanto se lhe seguiu no quarto de século desde então decorrido — a luta revolucionária para pôr fim à ditadura, o 25 de Abril, a revolução democrática e a contra-revolução até aos dias de hoje.

Preço: 1995\$00

Desejo receber o livro *Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura*, de Álvaro Cunhal, à cobrança, acrescido das despesas de porte.

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Telef. _____

Enviar para Edições «Avante!», SA
Alameda St. António dos Capuchos, 6-B
1100 LISBOA

PONTOS CARTEAIS

Um PSD na prisão...

João Raimundo, presidente da mesa do congresso dos Trabalhadores Sociais-Democratas (TSD), presidente do Instituto Politécnico da Guarda (de que se auto-suspendera) e casado com a deputada do PSD e ex-governadora civil da Guarda, Marília Raimundo, foi esta semana preso, na sequência da detenção, há três semanas, do seu motorista, Luís Brígida, acusado de aliciar pessoas para acções de violência sobre algumas personalidades da Guarda, nomeadamente um juiz, supostamente sob instruções do seu patrão. João Raimundo é suspeito de estar implicado na elaboração de uma lista de presumíveis alvos de um plano de vingança, visando

“assustar e até matar” várias pessoas, desde o já referido juiz, Granja da Fonseca - que julgou um processo movido contra João Raimundo por crimes de abuso de poder e falsificação de documentos, condenando-o a dois anos de prisão -, passando pelo acusador particular daquele processo, o advogado Álvaro Guerreiro, e mais três dirigentes locais do PSD, todos na mira da sanha vingativa de João Raimundo.

Curiosa foi a reacção do Ministério da Educação: ao saber da detenção de João Raimundo, exonerou-o de imediato das funções de presidente do Instituto Politécnico da Guarda, de que o próprio se auto-suspendera na sequência do escândalo. Pelos vistos, a condenação deste director PSD a dois

anos e meio de prisão, por abuso de poder e falsificação de documentos, não é motivo para exoneração de um alto funcionário do Ministério da Educação. Apenas a prisão conta...

... e o respectivo “comentário”

Ainda a propósito do “caso João Raimundo”, o secretário-geral do PSD, Nunes Liberato, comentou-o, afirmando que este escândalo “só prova que não há ninguém acima da lei”. Mas também prova que há gente fora-da-lei. E nas hostes do próprio PSD...

As cartas

Como ficou muito mal cotado após a malfadada ideia da “moção de censura” ao Governo, o líder do CDS, Manuel Monteiro, resolveu preocupar-se agora com as ameaças que, segundo ele, pairam sobre a nossa moeda. Vai daí, escreveu cartas a Cavaco Silva e António Guterres pedindo-lhes que se entendam sobre a revisão constitucional, “ao menos quanto à revisão do Artigo 118 da Constituição, para que seja possível um referendo sobre a moeda única no dia das eleições legislativas”. E garante que, se tal não acontecer, “o povo vê negado o direito de ser ouvido”.

Quem anda, de certeza, com problemas de auditório é Manuel Monteiro. Tantos, que já chegou ao recurso das cartinhas.

Os estranhos amigos da UNITA

Do muito que se tem escrito, ouvido e visto através da comunicação social, a propósito da evolução da situação em Angola nas últimas semanas, sem dúvida que já não é possível disfarçar a frenética actividade jornalística reflectindo as posições do «lobbie» da UNITA na desesperada procura de denegrir, como massacres e actos de sabotagem dos protocolos assinados, legítimas acções de reposição da legalidade e da soberania, por parte do Governo angolano, em importantes parcelas do território. Como já vem sendo habitual, destaca-se nesta tarefa o «Público» que, há uma semana, trazia estampada uma reveladora prosa de José Manuel Fernandes, aparentemente «equitativa» na forma como atribuiu às duas partes por igual as responsabilidades pela actual situação, mas acabando por configurar uma peça de flagrante desinformação, deturpação e hipocrisia. Mas agora que o processo de paz se aproxima de uma solução que se deseja conducente ao calar das armas, é entretanto interessante verificar-se que a patética arrogância das ameaças de ausência em Lusaca, amplamente divulgadas pelos homens do chamado «Galo Negro» em tudo o que é televisão, desapareceu como que por magia. Terá sido porque o contraste entre as dramáticas e trágicas «informações» do teatro de guerra, por eles amplamente divulgadas, eram contrariadas pela crueza das imagens e das revelações que as mesmas televisões (sem corar de vergonha) agora nos mostram nos primeiros trabalhos dos seus correspondentes ou enviados especiais, expondo, sem margem para dúvidas, as provas da violência irracional e selvática praticada pelos bandos da UNITA em fuga, nomeadamente sobre os prisioneiros do exército governamental que tinham em seu poder.

FRASES da SEMANA

“O senhor (deputado João Salgado, do PSD) diz que falou a título pessoal mas faz parte dum partido político cuja bancada integra nesta Assembleia. Por isso, permitir-me-á que não aceite a sua pergunta a título pessoal. Se me quiser fazer perguntas a esse título, fá-lo-á numa conversa de café, mas não nesta casa.”

☞ (Cunha Rodrigues, Procurador-Geral da República, durante uma audição parlamentar sobre o combate à corrupção, citado em «Público», 15.11.94)

“(…) Se os magistrados se demitiram por falta de meios, então hoje mesmo o senhor deputado assistiria a centenas de magistrados de todo o país a pedirem a demissão.”

☞ (idem)

“O que mais espanta é que até o “Zorro do jornalismo lusitano” - o impoluto Miguel Sousa Tavares - também ele não hesita em invocar a “sobrevivência” para absolver a “televisão de sucesso” em que trabalha: a SIC.”

☞ (Alfredo Barroso - «O Independente», 11.11.94)

“Moral da história: a solução do problema não está só em despedir o dr. Lopes, mas em mudar com ele a “cultura política” que o guindou ao lugar que ocupa.”

☞ (Fernando Rosas - «Público», 15.11.94)

“(…) A única forma de eles (MPLA e UNITA) se entenderem é dividirem o poder, isto é, partilharem as “mordomias” desse poder, entrarem nos circuitos das influências, dos empenhos e das “ofertas” que são usuais nesses regimes. É isso e só isso que os move.”

☞ (idem)

“A ofensiva governamental (...) tornou impossível à UNITA ir a Lusaca.”

☞ (José Manuel Fernandes, jornalista - «Público», 10.11.94)

“Todos nós temos dentro de nós um vírus, um irmão gémeo do mal, e há uma luta entre o nosso eu bom e o nosso eu mau.”

☞ (Mário Taborda, psiquiatra - «Público», 10.11.94)

PONTOS NATURAIS

Voleibolando

Na Final Feminina de Voleibol, a equipa de Cuba venceu a do Brasil por 3-0. Partida memorável. Já se sabia que Cuba tinha a melhor jogadora do mundo. Agora já se diz que tem as cinco melhores jogadoras do mundo. E até se ouve que, havendo na ilha tantas atletas de qualidade, a escolha do seleccionador não foi fácil.

Um pormenor: todas as jogadoras brasileiras eram brancas, menos uma. Isto porque, no Brasil, vôlei é desporto essencialmente universitário.

Nas favelas não se perde tempo com essas «ninharias».

Perfis

Nem lhes podemos chamar vendilhões do templo, pela simples razão de que nem templo têm.

• Nunca entram com o futuro nos seus cálculos. Moram no tempo como num sepulcro.

• Move-se perfeitamente à vontade dentro do círculo da sua barriga.

• Não se dá, quando abraça. Quando abraça, agarra.

• Entrou para a «classe política» e deixou a poesia. Ou seja, a poesia é que o deixou a ele.

• Esteve em Cuba e não deu pelo bloqueio. Consta que vai entrar para o Guinness da cegeuira.

Com vénia

«Encostada à serra, de costas para o mundo, Gramaço, uma aldeia que, como tantas outras, vai envelhecendo. Por cá, só ficaram os idosos e os que regressaram por altura da reforma.

A solidão partilha-se com quem está mais à mão de semear:

VELHA — Tenho coelhinhos, tenho galinhas, tenho cães, tenho cabrinhas, são a minha distracção. Falo com eles.»

(Reportagem de Sofia Leite, Canal 1)

Actualidade

À TV vão o A e o B.

Vão também o B e o A.

Se vai o B à TV

certo é que o A seguirá.

O A e o B? Pois é.

E depois disso que tem?

Com o B e o A na TV

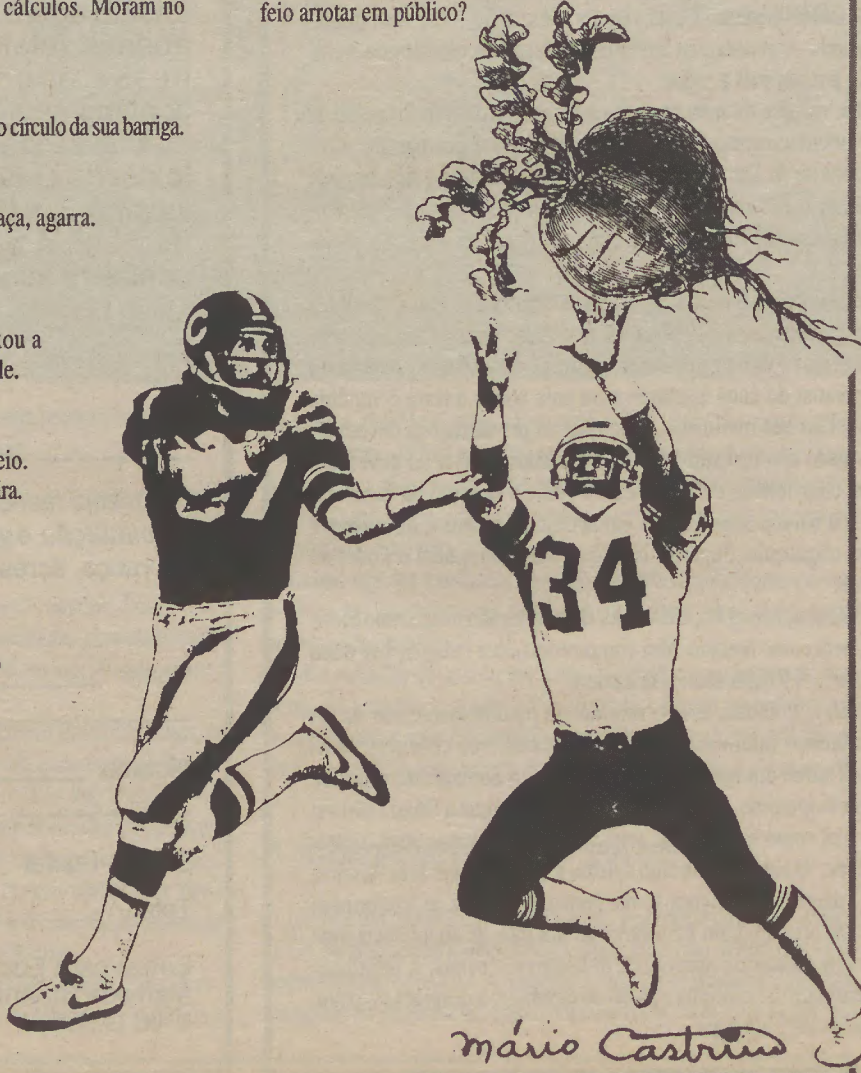
não falta lá mais ninguém...

Muito feio

Paulo Portas, o endireita da direita portuguesa, diz que a derrota de Clinton (isso a que ele chama «a esquerda americana...») é a derrota da degradação espiritual.

Homem, vê se paras um bocadinho de pensar. Há preocupantes sintomas de bateria descarregada.

Degradação espiritual? Paulinho! Nunca te disseram que é feio arrotar em público?



Mário Castrim

Agenda

Com a participação do camarada
CARLOS CARVALHAS,
Secretário-Geral do PCP

**Ação no presente
com confiança
no futuro**



Carlos Carvalhas
intervirá na sessão de encerramento (cerca das 17h)

**Debate
com o País**

**ALMOÇO-
-CONVÍVIO
DE
REFORMADOS
COMUNISTAS**

para
uma nova
política

Na Voz do Operário
Sábado, 19, às 13h

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

**Debate
na Casa Amarela da Assembleia da República
Terça-feira, 22, às 17h30**

Reuniões e Plenários

ALCOCHETE

Cél. Trabalhadores da Câmara Municipal -
hoje, dia 17, 17h30, CT Alcochete.
Org. Freguesia de S. Francisco - hoje, dia
17, 21h30, Refeitório do Pré-primário.
Trabalhadores Empresas do concelho -
hoje, 17, 21h30, CT Alcochete.

ALMADA

Dirigentes e delegados sindicais e mem-
bros de CT's - hoje, 17, 17h30, CT concelho.
Militantes Freguesia do Laranjeiro - hoje,
17, 21h, CT Laranjeiro
Militantes Freguesia do Pragal - sexta, 18,
21h30, CT do Pragal.
Cél. Lisnave - sexta, 18, 17h, CT concelho.
Organizações de Freguesia do concelho de
Almada - sábado, 19, 15h, CT concelho.

ALVERCA

Militantes nas células das
empresas de Alverca - hoje,
quinta, 18h, CT Alverca

BARREIRO

Sector Comércio - sábado, 19,
14h, CT concelho.

CASTELO BRANCO

Militantes e simpatizantes do
concelho, com a participação do
cam. Luís Garra - sexta, 18,
21h, CT Castelo Branco.

CHAMUSCA

Quadros do distrito de San-
tarém - sábado, 19, 19h, CT da
Chamusca.

CORUCHE

Cél. Trabalhadores da
Câmara e Serv. Municipaliza-
dos - sexta, 18, 17h30.

COVILHÃ

Com. Concelhia (alargada), com a partici-
pação do cam. Armando Morais - sexta, 18,
21h, CT Covilhã.

ESPOSENDE

4ª Assembleia da Organização Concelhia,
Sexta, 18, às 21h30, no Auditório
do Centro Cultural de Fão

ÉVORA

Org. local Valverde - sexta, 18, 20h30.
Org. local S. Sebastião da Giesteira - sexta,
18, 20h30.
Org. local Graça do Divor - sábado, 19,
20h30.
Org. local Canaviais - sábado, 19, 20h30
Militantes no Movimento Sindical, com a

Sábado, 19, às 15h, na Biblioteca Florbela Espanca
(junto à Câmara Municipal) - Matosinhos

Impactos da nova Ponte

- debate promovido pela Com. Concelhia do Montijo
com a participação do camarada
Octávio Teixeira
Sábado, 19, às 15h, no Salão Nobre da CM - Montijo

Os problemas das Pescas

- debate promovido pela Com. Concelhia de Sines
com a participação do camarada

CDU

Encontro Concelhio
da CDU
SANTARÉM
Sábado, 19, 15h, na Casa de Convívio / Vaqueiros

Encontro de eleitos
e activistas
de **FAMALICÃO**
Sábado, 19, 15h, no CT do PCP

Conferência Nacional

Renovar e reforçar
a organização
e a intervenção do Partido
no seio dos trabalhadores

26 de Novembro de 1994
Lisboa - Voz do Operário



participação do cam. **Jerónimo de Sousa** -
sábado, 19, 10h, CT Évora

GUARDA

Militantes do concelho, com a participação
do cam. **Armando Morais** - sábado, 19, 15h,
CT Guarda.

Iniciativas com a participação do camarada
ÁLVARO CUNHAL,
Presidente do Conselho Nacional do PCP

AMADORA

Auditório da Câmara Municipal
Sexta-feira, 18, às 18h30
Encontro de militantes do PCP nas empresas e outros locais
de trabalho do concelho da Amadora

BARREIRO

CT concelho
Sábado, 19, às 15h30
Plenário do sector Químico

SETÚBAL

CT (Edifício Arrábida)
Segunda-feira, 21, 20h
Reunião da DORS

GOUVEIA

Militantes da Organização Concelhia -
sábado, 19, 14h30, no CT. No final: magusto-
convívio.

LISBOA

2ª Assembleia da Organização do Sector
de serviços de Lisboa - sábado, 19, 14h30, CT
Vitória.
Org. Trabalhadores Estruturas Sindicais,
com a participação do cam. José Casanova -
segunda, 21, 19h, CT Vitória.
Militantes Freguesias Alvalade, C. Grande,
S. João Deus, S. João Brito, S. Sebastião -
sábado, 19, 15h, CT Vitória.
Sector Seguros - quarta, 23, 18h, CT Vitória.

LOURES

Cél. **Robbialac** - sábado, 19, 15h, Junta Fre-
guesia S. João da Talha.

Militantes S. António dos Ca-
valeiros - sábado, 15h. No final,
magusto-convívio.

Quadros freguesia Pontinha -
terça, 22, 21h, Centro de Dia da
Terceira Idade.

PORTEL

2ª Assembleia da Organização
Concelhia - Sábado, 19, 16h,
na Filarmónica Municipal
Portelense, com a participação
do camarada **Raimundo
Cabral**

SEIA

Militantes Seia - sábado, 19,

15h, CT Seia.

SEIXAL

Cél. **Indelma** - sexta, 18, 18h, CT Paio Pires
Org. Freguesia Arrentela - sábado, 19,
15h30, CT Arrentela.

Org. Freg. Seixal - domingo,
20, 15h30, CT do Seixal.

SETÚBAL

Cél. **Solisnor** - sexta, 18, 18h,
CT concelho.

Sector Químico e Cimenteiro
- sexta, 18, 18h, CT concelho.

Org. local **Gâmbia** - sexta, 18,
18h, CT Gâmbia.

Org. Freguesia Anunciada -
sábado, 19, 16h, CT concelho.

Org. local **Faralhão** - sábado,
19, 21h, CT Faralhão.

Org. local **Alto da Guerra** -
sábado, 19, 21h, CT do Alto da
Guerra.

Org. Freguesias S. Julião e
Sta. Maria - domingo, 20, 15h,
CT concelho.

SINTRA

Cél. **Portucel / Albarraque**,
com a participação do cam. **Ro-
meu do Rosário** - sábado, 19, das

15 às 18h, CT Cacém.

Com. Concelhia de Sintra, com a partici-
pação do cam. **Júlio Filipe** - sexta, 18, 21h30,
CT Rio de Mouro.

Org. Freguesias Sta. Maria/S. Miguel
e S. Martinho - quinta, 17, 21h30, CT Sintra.

TRAMAGAL

Org. Freguesia, com a participação do
cam. **António Orcinha** - sexta, 18, 21h30.

TORRES VEDRAS

Autarquias da Zona Oeste, com a partici-
pação do camarada **Jorge Cordeiro** - sábado,
19, 15h, CT Torres Vedras.

VILA NOVA DA BARQUINHA

Militantes de Fonte Santa/Praia do Riba-
tejo - sábado, 19, 16h, casa do cam. **Luís Ber-
nardino**. Convívio no final.

Carlos Luís Figueira

Sábado, 19, às 15h, no Ginásio Clube - Sines

Para uma nova política

- debate promovido pela Com. Concelhia do Barreiro
com a participação do camarada **José Neto**
Sexta, 18, às 21h30, Esc. Prim. nº 7, Verderena - Barreiro

Património e Desenvolvimento

- debate promovido pela Com. Concelhia de Barcelos
com a participação do camarada
Abílio Fernandes
Sábado, 19, às 21h30, Academia de Música - Barcelos



Debate

Quinta-feira,
17 de Novembro,
21.00 horas
Hotel Roma/Sala Veneza

- A situação político-militar em Angola
- O processo eleitoral em Moçambique

com a participação de: Aquilino Ribeiro Machado; António Pedro Carvalho;
Brigadeiro Pezarat Correia; João Corregedor da Fonseca; Silas Cerqueira; Jorge
Heitor; José Goulão; Rui Ramos; Rui Mingas (embaixador da Rep. de Angola)
e Representante da Embaixada de Moçambique.

Debate no CT Vitória, sábado, às 15h

**A EPAL
E O ABASTECIMENTO
PÚBLICO DE ÁGUA**

com a participação de
Agostinho Lopes

Brigadeiro Pezarat Correia,
Embaixador da República de Cuba
promovido pelo Núcleo de Setúbal
da Assoc. Amizade Portugal-Cuba
Sábado, 16h, Bibl. Municipal - Setúbal

Alenquer

Restaurante «O Casarão» (L. Freiria)
Domingo, às 13h
Almoço-convívio com a participação
de **Dias Lourenço**

CONTRA O BLOQUEIO!

Debate
com **Miguel Urbano Rodrigues,**

Quinta, 17

- CANAL 1
08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Rua Sésamo
09.30 Ponta de Lança
10.00 Viva a Manhã
10.30 Culinária
11.45 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Prisioneira do Amor
14.25 Origens
15.00 Blossom
15.25 Boa Tarde
15.55 Caderno Diário
16.25 Malha de Intrigas
17.05 Culinária

Sexta, 18

- CANAL 1
08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Rua Sésamo
09.30 Ponta de Lança
10.00 Viva a Manhã
10.30 Culinária
11.45 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Prisioneira do Amor
14.25 Origens
15.00 Blossom
15.25 Boa Tarde
15.55 Caderno Diário
16.25 Malha de Intrigas
17.05 Culinária

Sábado, 19

- CANAL 1
08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.00 Parlamento
13.00 Notícias
13.10 Prisioneira do Amor
13.50 Made in Portugal
14.20 Clube Disney
15.55 Lucky Luke
17.05 Arca de Noé
17.50 Futebol
19.45 Totoloto
20.00 Telejornal
20.25 Noite Mágica
21.45 Pátio da Fama
22.50 Parabéns
00.30 24 Horas
00.50 Os Rapazes de Biloxi (ver «Filmes na TV»)
02.35 Onde Pára o Diabo? (ver «Filmes na TV»)

- CANAL 2
09.00 Universidade Aberta
12.00 Uma Família Feliz
13.00 O Rosto da Europa
13.30 TV2 Desporto
14.30 Euronews
14.50 TV2 Desporto
16.30 Para Além do Ano 2000
17.30 Aventuras de Sherlock Holmes
18.20 Os Ursos e Eu (ver «Filmes na TV»)
20.00 Forum Musical
21.10 12 Minutos
21.30 TV2 Jornal
21.50 De Lisboa com Amor...
22.00 Quem Conta Um Conto
23.00 Praia da China
23.45 TV2 Desporto
00.05 As Melhores Intenções

- SIC
11.30 Buéréré
13.15 Portugal Radical
13.30 Dra. Quinn
14.20 Nunca Digas Banzai
15.00 Raízes do Desespero (ver «Filmes na TV»)
17.00 Lei e Ordem
18.00 Os Imortais II
19.00 Muita Lêco
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.40 Minas e Armadilhas
22.40 Partir o Coco
23.40 Walker - O Ranger do Texas
00.40 Último Jornal
00.50 Lacombe Lucien: O Colaboracionista (ver «Filmes na TV»)

- QUATRO
10.00 Animação
12.00 Informação Religiosa
13.00 Jornal da Uma
13.20 Contra-ataque
15.00 Telemotor
15.30 Top 25 RFM / TVI
16.00 A Grande Aposta
17.15 Caprichos
18.15 Morena Clara
19.30 Telejornal
20.00 Trocado em Miúdos
20.30 Projecto Viper
21.30 Confissões de Adolescente
22.00 Quem Casa Quer Casa
23.00 Últimas Notícias
23.15 Jornal do Mundo
23.45 Ingénua Até Certo Ponto



Dra. Quinn - sábado, SIC

PROGRAMAÇÃO



Uma Família Feliz - sábado, TV 2

Domingo, 20

- CANAL 1
08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.00 Luta Livre Americana
12.30 Sem Limites
13.00 Notícias
13.10 Top +
14.20 86-60-86
14.50 Novas Aventuras do Super-Homem
15.25 Emoções Fortes
16.00 Simpsons
16.45 Indiana Jones - Crónicas da Juventude
17.10 A Grande Pirâmide
17.50 Futebol
19.50 Joker
20.00 Telejornal
20.45 Casa Cheia
21.30 Eu Tenho Dois Amores
22.35 Com Peso e Medida
23.45 No Calor da Noite
00.30 24 Horas
00.50 O Clube (ver «Filmes na TV»)

- CANAL 2
09.00 À Mão de Semear
09.30 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 70 x 7
11.00 Missa
12.00 Regiões
13.05 O Homem e a Cidade - «Beja»



Lucky Luke e os Dalton - sábado, Canal 1

- 13.30 TV2 Desporto
14.30 Euronews
15.00 TV2 Desporto
16.30 Para Além do Ano 2000
17.45 Os Vingadores
18.30 Gente Remota
19.25 Solti dirige Tchaikowsky (Sinf. nº 4)
20.30 Domingo Desportivo
21.30 TV2 Jornal
22.00 Artes e Letras: «Nadir Afonso»
23.25 O Libertador (ver «Filmes na TV»)

- SIC
11.30 Buéréré
11.45 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 National Geographic
14.30 No Fim do Mundo
15.30 Mulheres É Comigo (ver «Filmes na TV»)
17.30 Obras em Casa
18.00 Um Trovão no Paraíso
19.00 Os Trapalhões
20.00 Jornal da Noite
20.30 O Memorial de Maria Moura
21.30 Labirinto
22.30 O Exterminador Implacável (ver «Filmes na TV»)
00.40 Último Jornal
00.50 Sim, Sr. 1º Ministro + Sr. Presidente

- QUATRO
10.00 Animação
11.30 Missa e Informação Religiosa
13.30 Jornal do País
14.05 Portugal Português
15.00 As 1001 Tardes do Júlio Isidro
19.30 Telejornal
20.00 Trocado em Miúdos
20.30 Ficheiros Secretos
21.40 Confissões de Adolescente
22.15 Doutores e Engenheiros
23.30 Melrose Place
00.15 Últimas Notícias
00.30 Jornal Negócios

Terça, 22

- CANAL 1
08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Rua Sésamo
09.30 Ponta de Lança
10.00 Viva a Manhã
10.30 Culinária
11.45 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Prisioneira do Amor
14.25 Origens
15.00 Blossom
15.25 Boa Tarde
15.55 Caderno Diário
16.25 Malha de Intrigas
17.05 Culinária
17.25 Eternos Novatos
17.45 Missão Impossível
18.45 Na Paz dos Anjos
19.15 Com a Verdade M' Enganas
20.00 Telejornal
20.30 Fera Ferida
21.40 A Filha da Cornélia
23.15 Prova Oral
00.35 24 Horas
01.05 O Sangue dos Outros (ver «Filmes na TV»)

- CANAL 2
12.30 Televidas
13.30 TV2 Desporto
14.30 Euronews
15.00 Perseguição Escaldante (ver «Filmes na TV»)
17.00 Escola Paraíso
18.00 Super Juvenil
18.30 Rua Sésamo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
19.40 O Golo da Jornada
19.50 Monty I
20.20 Rotações
21.20 RTP / Financeiro Times
21.30 TV2 Jornal
22.00 Acontece
22.20 Remate
22.30 Magazine - «Cinema»
23.00 O Desejado ou as Montanhas da Lua (ver «Filmes na TV»)
01.00 Módulos de Música Portuguesa

- SIC
11.00 Mulher Proibida
12.00 Tropicallente
13.00 Notícias
13.25 Olhos nos Olhos
14.20 Drogas para um Campeão (ver «Filmes na TV»)
16.20 Buéréré
17.15 Notícias
17.20 Os Donos da Bola
17.50 Praça Pública
18.20 Sonho Meu
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.40 Destino X
22.50 Terça à Noite
23.55 Último Jornal
00.10 O Senhor que se Segue
01.10 Sim, Sr. 1º Ministro + Sr. Presidente

- QUATRO
11.00 Animação
11.30 Já Tocou
11.45 Maria Helena
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 Morena Clara
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.40 MacGyver
21.35 Trapos & Companhia
22.15 (Programa não anunciado)
23.45 Novo Jornal
00.45 Fora de Jogo
01.30 Top 25 RFM / TVI



Emoções Fortes - domingo, Canal 1

Quarta, 23

- CANAL 1
08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Rua Sésamo
09.30 Ponta de Lança
10.00 Viva a Manhã
10.30 Culinária
11.45 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Prisioneira do Amor
14.25 Origens
15.00 Blossom
15.25 Boa Tarde
15.55 Caderno Diário
16.15 Malha de Intrigas
17.00 Culinária
17.20 Eternos Novatos
17.45 Missão Impossível
18.40 Na Paz dos Anjos
19.10 Com a Verdade M' Enganas
20.00 Telejornal
20.30 Futebol: Benfica-Hayduk
22.30 Fera Ferida
00.35 24 Horas
00.50 24 Horas
01.25 Rivais Implacáveis (ver «Filmes na TV»)

- CANAL 2
12.30 Televidas
13.30 TV2 Desporto
14.30 Universidade Aberta
15.00 Confronto a Cavalo (ver «Filmes na TV»)
17.00 Escola Paraíso
17.45 Super Juvenil
18.30 Rua Sésamo
18.55 Um, Dó, Li, Tá
19.40 O Golo da Jornada
19.50 Roanoak
20.45 Magazine - «Saúde»
21.10 Desenhos Animados
21.20 RTP / Financeiro Times
21.30 TV2 Jornal
22.00 Acontece
22.20 Remate
22.30 Magazine - «Cinema»
23.15 À Roda do Mundo
23.45 Rock Rendez-Vous
00.35 Remate
01.35 Módulos de Música Portuguesa

- SIC
11.00 Mulher Proibida
12.00 Tropicallente
13.00 Notícias
13.25 Olhos nos Olhos
14.20 Ai dos Vencidos (ver «Filmes na TV»)
16.20 Buéréré
17.15 Notícias
17.20 Os Donos da Bola
17.50 Praça Pública
18.20 Sonho Meu
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.30 A Viagem
21.40 All You Need Is Love
22.40 Casos de Polícia
23.40 Último Jornal
24.00 Tostões e Milhões
01.00 Sim, Sr. 1º Ministro + Sr. Presidente

- QUATRO
11.00 Animação
11.20 Já Tocou
11.45 Maria Helena
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 Morena Clara
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.40 MacGyver
21.35 Trapos & Companhia
22.15 Memórias de Um Homem Invisível (ver «Filmes na TV»)
00.05 Novo Jornal
01.05 Fora de Jogo



Palmeiras Bravias - sexta, TV 2

- 17.25 Eternos Novatos
17.45 Missão Impossível
18.40 Na Paz dos Anjos
19.10 Lotaria Nacional
19.15 Com a Verdade M' Enganas
20.00 Telejornal
20.30 Fera Ferida
21.30 Isto Só Vídeo
22.00 Concurso 1, 2, 3
23.45 24 Horas
01.10 Vítimas (ver «Filmes na TV»)

- CANAL 2
12.30 Televidas
13.30 TV2 Desporto
14.30 Euronews
15.00 O Vale das Mil Montanhas (ver «Filmes na TV»)
16.55 Escola Paraíso
18.00 Super Juvenil
18.30 Rua Sésamo
18.55 Um, Dó, Li, Tá
19.50 Dez Grandes Escritores
20.50 Magazine - «Ver Artes»
21.20 RTP / Financeiro Times
21.30 TV2 Jornal
22.00 Acontece
22.10 Remate
22.20 Reportagem
23.10 Música dos Anos 80: «GRP All Stars»
00.10 A História da Aia (ver «Filmes na TV»)
01.55 Partita

- SIC
11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicallente
13.00 Notícias
13.30 Olhos nos Olhos
14.20 O Senhor Hire (ver «Filmes na TV»)
16.20 Buéréré
17.20 Os Donos da Bola
17.50 Praça Pública
18.20 Sonho Meu
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.30 A Viagem
21.40 O Café do Surdo
22.15 Ponto de Encontro
23.15 A Noite da Má Língua
00.15 Último Jornal
00.30 Internacional Sic
01.30 Sim, Senhor 1º Ministro + Sr. Presidente

- QUATRO
11.00 Animação
11.20 Já Tocou!
11.45 Maria Helena
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 Morena Clara
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.45 MacGyver
21.50 Trapos & Companhia
22.20 Picket Fences
23.30 Novo Jornal
00.30 Fora de Jogo
00.40 Doido por Ti

- 17.25 Eternos Novatos
17.45 Missão Impossível
18.40 Na Paz dos Anjos
19.15 Com a Verdade M' Enganas
20.00 Telejornal
20.30 Desculpem Qualquer Coisinha
21.05 Fera Ferida
22.20 Cabaret
23.40 Danças de Salão (Concurso)
00.20 24 Horas
00.55 Polícia em Acção (ver «Filmes na TV»)
02.30 Um Missionário em Apuros (ver «Filmes na TV»)

- CANAL 2
12.30 Televidas
12.55 TV2 Desporto
14.30 Euronews
15.00 Paixão Cigana (ver «Filmes na TV»)
17.00 Escola Paraíso
18.00 Super Juvenil
18.55 Um, Dó, Li, Tá
20.00 Armas Secretas
20.50 Histórias Que o Tempo Apagou
21.20 RTP / Financeiro Times
21.30 TV2 Jornal
22.00 Acontece
22.15 Remate
22.40 Palmeiras Bravias
23.10 Músicas da Terra
00.05 Sem Culpa Formada (ver «Filmes na TV»)
01.30 Partita

- SIC
11.00 Mulher Proibida
12.00 Tropicallente
13.00 Notícias
13.30 Olhos nos Olhos
14.20 Amor Impossível (ver «Filmes na TV»)
16.20 Buéréré
17.15 Notícias
17.20 Os Donos da Bola
17.50 Praça Pública
18.20 Sonho Meu
19.30 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite + 7 à Sexta
21.20 A Viagem
22.30 Chuva de Estrelas
23.35 Último Jornal
23.50 Playboy
00.50 Tratamento de Choque (ver «Filmes na TV»)

- QUATRO
11.00 Animação
11.20 Já Tocou
11.45 Maria Helena
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 Morena Clara
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.45 MacGyver
21.50 O Último Apache (ver «Filmes na TV»)
23.30 Novo Jornal
00.30 Fora de Jogo

Por isto e por aquilo...

O Senhor Hire

(Quinta, 14.20, SIC)

Um homem solitário e estranho, com uma vida secreta e inacessível, não esconde o seu interesse por uma jovem vizinha descobrindo, a certa altura, que o amigo desta acaba por cometer, com a sua cumplicidade, um crime. E é então que a jovem, aproveitando-se do interesse desse homem, se insinua na sua vida na perspectiva de que ele seja acusado do assassinato - o que consegue, com tal êxito, que o inocente prefere suicidar-se a denunciar a jovem à justiça. Excelente adaptação de um romance de George Simenon, *O Senhor Hire* foi realizado com extrema sensibilidade e invenção por Patrice Laconte que para tal conta com a colaboração de uma excelente fotografia e cenografia, sem esquecer o papel do actor Michel Blanc numa das suas mais impressionantes interpretações no cinema.

A História da Aia

(Quinta, 00.10, TV 2)

Filme inserido no género *ficção científica*, com argumento adaptado por Harold Pinter de um romance de Margaret Atwood e situado num futuro próximo, *A História da Aia* acompanha o percurso de uma mulher fértil que, numa sociedade fundamentalista em que as mulheres são quase todas estéreis, é instruída numa clínica especializada no sentido de carregar consigo os frutos das suas relações com altos dignitários do regime, até que um surdo movimento de resistência face a esta ignomínia a consegue atrair para as suas fileiras... O destaque a esta história escabrosa aqui fica, então, como prevenção em relação à disponibilidade do espectador face a uma «ficha técnica» recheada de nomes tão ilustres. É que as referências apontam fortes reservas a este filme, salientando a ambiguidade dos seus propósitos sobretudo no que se refere à sua interpretação do papel da maternidade.

Sem Culpa Formada

(Sexta, 00.05, TV 2)

Sabendo-se que se tratou de um filme que resultou de uma «encomenda», sem dúvida que o notável trabalho de planificação e encenação se ficou a dever ao talento do seu realizador - Claude Miller - que, ajudado pelos dois grandes actores que são Lino Ventura e Michel Serrault, conseguiu dar consistência a uma história que, à partida, pouco prometia: um homem é convocado à Polícia Judiciária na noite de fim de ano para ser acusado, por falta de alibi consistente, de ter assassinado duas jovens mas é o comportamento estranho da própria mulher e o seu depoimento, acompanhados de um incidente inesperado e do seu posterior suicídio, que vão ajudar a esclarecer toda a história e a inocentá-lo.

Tratamento de Choque

(Sexta, 00.50, SIC)

Este filme de Alain Jessua, pese embora uma notória propensão para o insólito e para uma certa sanguinolência, faz-nos penetrar no mundo sinistro e macabro de uma clínica de talassoterapia a que vem parar uma mulher em crise de depressão provocada por um problema sentimental. Tratado em jeito de fábula, diz-se que o filme, apesar das suas irregularidades de percurso, acaba por resultar numa denúncia certa a certos métodos experimentais praticados em instituições médicas científicas. A confirmar.

Os Rapazes de Biloxi

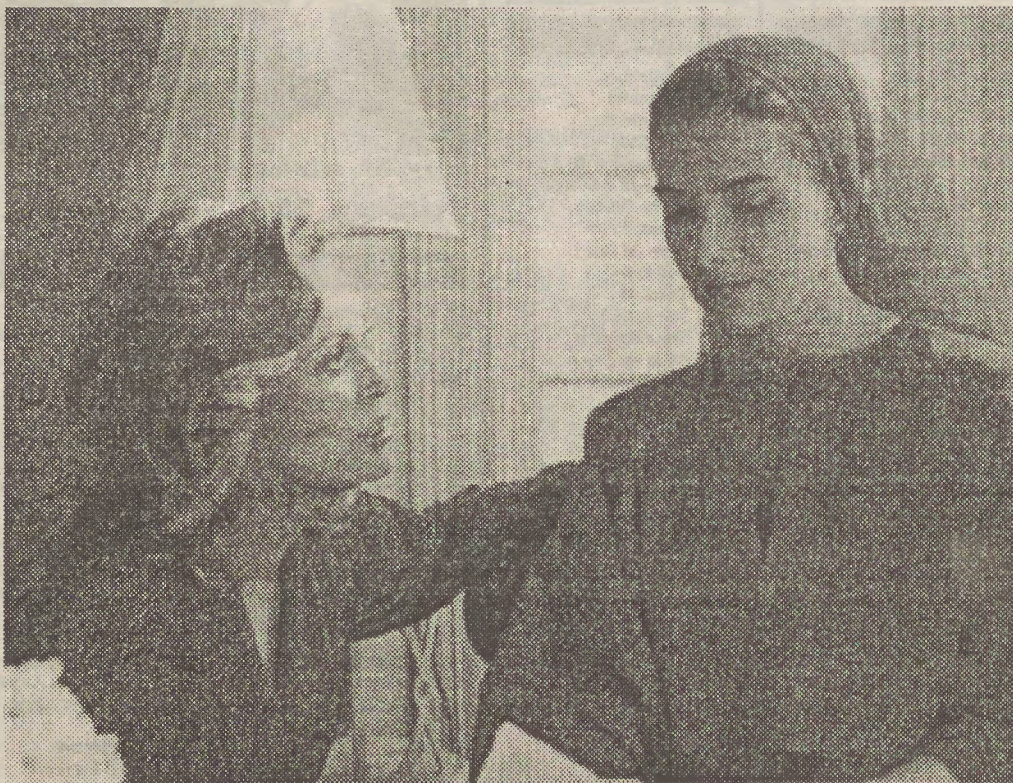
(Sábado, 00.50, Canal 1)

Extremamente bem arquetado por um brilhante escritor teatral e cinematográfico - Neil Simon - o argumento deste filme transporta-nos até aos finais da II Guerra Mundial e à personagem de um jovem aspirante a escritor que é apanhado pelo serviço militar. Uma personagem que sabemos não muito afastada da personalidade do próprio autor (aproveitada, aliás, em obras suas anteriores) e que é muito bem incarnada por Matthew Broderick numa história vagamente autobiográfica, por vezes muito divertida, que acompanha a sua progressiva transformação face à época especial em que é evocada.

Lacombe, Lucien - O Colaboracionista

(Sábado, 00.50, SIC)

Sem dúvida que, esta semana, são alguns exemplares do cinema francês que vêm salvar a progressiva mediocridade que também assalta a programação cinematográfica das nossas televisões. É o caso desta obra do grande cineasta Louis Malle que se debruça sobre a situação da França ocupada nos anos 40 pelos nazis - um período contraditório e dramático que ele acompanhou e viveu na sua adolescência - e sobre o percurso de um jovem



Faye Dunaway e Natasha Richardson, em «A História da Aia», de Volker Schlöndorff

camponês, Lucien Lacombe, que, devido a uma série de acontecimentos fortuitos (entre os quais esse acaso decisivo de não ter sido aceite nas fileiras da Resistência devido à sua juventude), acaba por cair nas malhas da Gestapo como seu denunciante, servidor e torturador. Uma obra fortíssima e corajosamente polémica na forma como aborda um tema particularmente sensível à opinião pública francesa e em que Malle aborda frontalmente a problemática

da existência ou ausência de convicções ou escolhas ideológicas nas formas de empenhamento cívico e político. Meia dúzia de excelentes interpretações, uma brilhante fotografia de Tonino Delli Colli e uma banda sonora recheada das memórias de Django Reinhardt e outras canções da época, são outros tantos elementos decisivos que, sem dúvida, configuram este filme como o mais importante da semana.

Mulheres é Comigo

(Domingo, 15.30, SIC)

Com Sinatra a representar bem (e a cantar melhor, no genérico) e uma história divertida e bem adaptada da pena original de Neil Simon, os ingredientes são os indispensáveis para uma boa *matinée* à antiga. Bem passada.

O Exterminador Implacável

(Domingo, 22.30, SIC)

Insólita mescla de homem e de robot, *Terminator* é um andróide indestrutível que veio do futuro para, lutando contra as forças do mal, salvar a humanidade da destruição nuclear. É este o traço essencial do primeiro filme da série *Exterminador Implacável* que, em 1984, constituiu um grande êxito de bilheteira e, através da invenção e espectacularidade dos efeitos especiais, ficou a marcar pontos na história do cinema de *ficção científica*, transformando-o num filme de culto. Transmido que já foi várias vezes pelas nossas televisões, nada mais há a acrescentar àquilo que os espectadores já sabem, de cor e saiteado...



Arnold Schwarzenegger, em «O Exterminador Implacável»

Lobo Indomável

(Segunda, 14.20, SIC)

Filme de ambiência biográfica sobre o pintor Gauguin, centrado no período em que o pintor regressa a Paris vindo do Haiti e vive as dificuldades do seu quotidiano. Uma interpretação de Donald Sutherland que não faz esquecer a de Anthony Quinn no papel de Gauguin no filme de Vincent Minnelli sobre Van Gogh.

Os Acusados

(Segunda, 22.20, SIC)

Extraída das primeiras páginas dos jornais da época, a história de uma jovem que é violentamente violada por um grupo de três rapazes nas traseiras de um bar apaixonou a opinião pública americana e serviu de argumento para este filme de Jonathan Kaplan que suscitou grande repercussão junto do público - êxito não isento de controvérsia por, justamente, centrar as suas atenções sobretudo na polémica jurídica que o julgamento dos criminosos suscitou, admitida que foi durante o processo a atenuante do comportamento provocador da jovem, alegado incentivo para aquele acto criminoso. Um filme que, na tradição do melhor cinema americano de temática social, se apresentou a grande parte da crítica como um interessante estudo psicológico das duas personagens femininas - a jovem violada e a sua advogada - e também dos acusados violadores; e que não esquece a culpabilidade, por omissão, das testemunhas que tudo presenciaram sem fazerem um gesto. A interpretação de Jodie Foster valeu-lhe um merecido Oscar. De gosto fortemente duvidoso resulta, apenas, a encenação desnecessariamente realista da sequência da violação.

O Desejado ou As Montanhas da Lua

(Terça, 23.00, TV 2)

Co-produção luso-francesa que parte da adaptação livre de um romance do escritor clássico japonês do século X, Murasaki Shikibu, este filme tem um argumento transposto por Paulo Rocha para a realidade social e política portuguesa actual, com um excelente Luís Miguel Cintra no papel de um político sedutor e ambicioso.



Jody Foster e Kelly McGillis, em «Os Acusados», de Jonathan Kaplan

Quatro pontos e uma vírgula

■ Correia da Fonseca

Dois trágicos *fait-divers* ocorridos há semanas na Noruega e nos Estados Unidos repuseram em moda, aliás com uma inédita intensidade, o tema da violência na TV e das suas repercussões na violência real. Perante o facto, dificilmente esta página podia eximir-se a abordar o assunto. Para mais, foi entretanto anunciado que o regressado «Terça à Noite» se ocuparia dele no decurso de uma emissão abrilhantada por Emídio Rangel, acontecimento que de qualquer modo deve ser registado por ilustrar o excelente critério de Miguel Sousa Tavares que, tendo entrevistado Francisco Balsemão na rubrica «20 Anos, 20 Nomes», não quis deixar de dar agora tempo de antena a Rangel, num alarde de isenção e independência que seria injusto ignorar.

Por força de circunstância de ordem técnica, esta crónica é escrita antes da transmissão da prevista intervenção de Emídio no programa de Miguel, pelo que não é possível comentar o que pode ter sido dito pelo director da SIC e pelos seus eventuais contraditores. Contudo, o debate acerca da violência na TV e das suas consequências tem surgido com abundância na Imprensa, na Rádio e mesmo na Televisão, com frequente utilização de argumentos difi-

especialistas norte-americanos, britânicos, franceses e brasileiros, além de numerosos portugueses.

Muitos dos testemunhos então produzidos mereciam divulgação ampla que, naturalmente, não tiveram. Já que o assunto voltou de novo à ribalta, vale a pena citar aqui, pelo menos, algumas brevíssimas passagens da comunicação do eng. Lopes da Silva, homem de conhecidas formação e militância católicas, catedrático de Comunicação na Universidade Nova, presidente da Associação Portuguesa de Espectadores de Televisão. Disse ele: «A TV portuguesa no seu conjunto propõe um espectáculo de generalizada violência que invade a própria Informa-

ção, a publicidade e os desenhos animados»; «A violência explícita dos filmes cresceu para além dos limites aceitáveis pela comunidade»; «Todas as regras deontológicas e éticas são postas de lado»; «Desde as tartarugas Ninjas aos ratos superinteligentes, os episódios transmitidos transbordam da violência mais requintada e mais gratuita. Nem sequer por vezes são os «bons» que ganham; frequentemente são os desonestos, esper-

1 Não foi a TV que inventou a violência: a Televisão limita-se a reflectir, como aliás lhe compete, a violência que existe fora dela, na vida real.

É falso. A violência que surge na TV não é a imagem da violência real mas sim, bem pelo contrário, quase sempre uma violência transfigurada em espectáculo apetitoso, agradável, o que é especialmente flagrante na violência surgida na ficção. Mesmo a por vezes extrema brutalidade de certas sequências chega-nos expurgada dos aspectos repugnantes (viscos, cheiros, fezes, uivos) que a violência real comporta. Quanto à violência incluída nos serviços noticiosos, incorre num outro crime: o de ser utilizada como instrumento de manipulação política orientada para servir estratégias inconscientes.

2 Televisão não é a única causa da violência real, nem sequer a causa maior, pelo que não se justifica que tenha sido constituída em alvo preferencial.

É falso que alguém sustente que a TV é causa única ou primeira da violência no quotidiano. Será, porém, um agente estimulador de violências em certas circunstâncias e sobre certos segmentos do público. Sendo certo que não é possível estancar eficazmente todas as causas de violência real, daí não resulta que não se devem tomar providências quanto aos factos que podem ser denunciados e contrariados. No caso da TV, acresce, é claro, o seu incomparável poder.

3 Não está provado um nexo de causa e efeito entre a violência na TV e a violência na vida real, pelo que a «acusada» deve ser absolvida e mandada em paz por falta de provas.

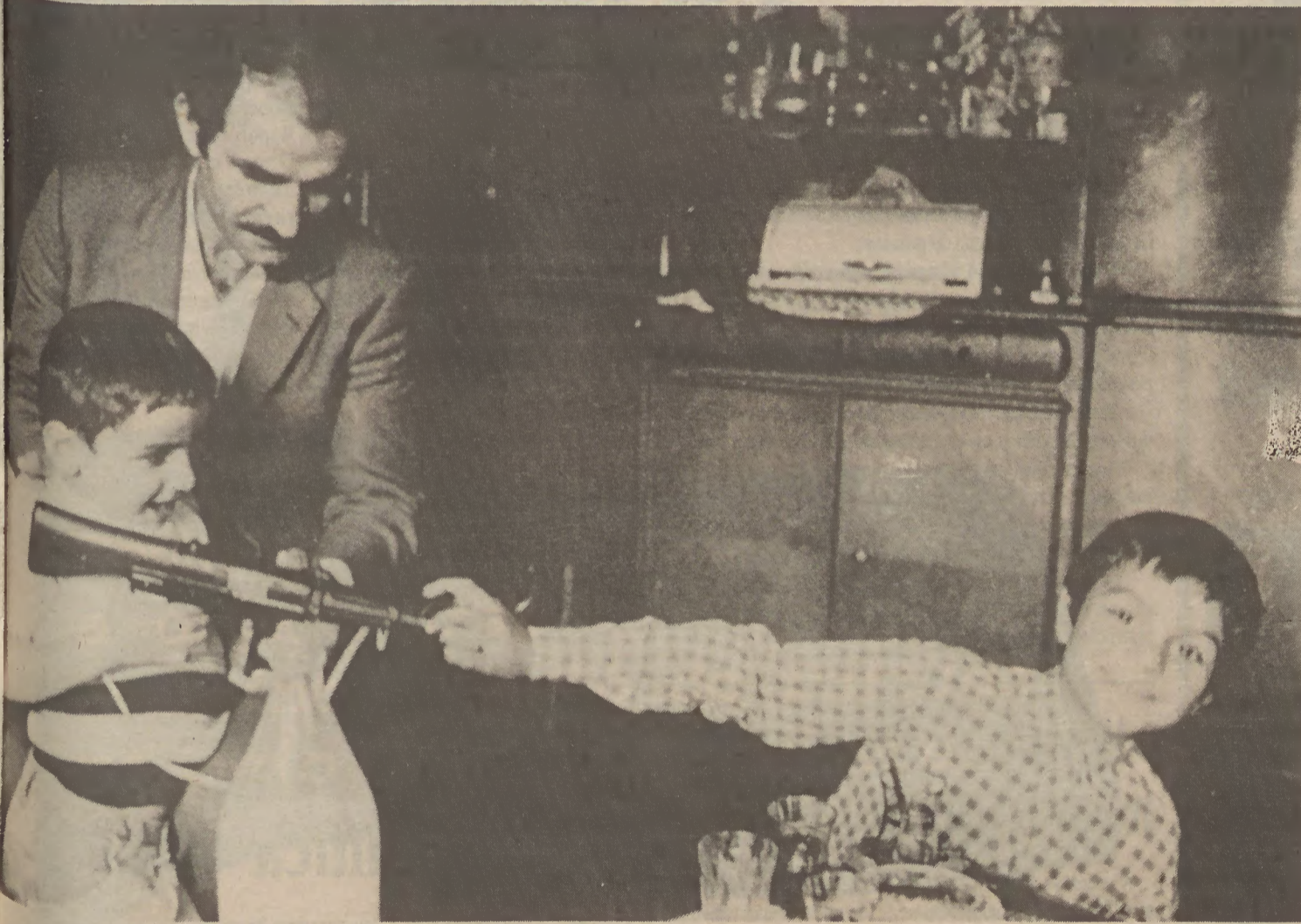
É um argumento insustentável: é evidente que a mera hipótese de a violência na TV constituir um risco grave é bastante para que, como acontece perante todos os riscos de certa dimensão, se adoptem medidas preventivas e cautelares. Como acontece com a manipulação de substâncias tóxicas ou com o mero atravessamento de ruas com tráfego intenso.

4 Não incomodem as estações de TV por causa da violência: a defesa das crianças compete aos pais, que devem controlar o acesso dos filhos ao fluxo televisivo.

É a mais falaciosa e cruel de todas as argumentações. Quem a utiliza finge ignorar que a generalidade dos pais não tem condições concretas para uma tarefa tão esmagadora: nem as circunstâncias do seu quotidiano o permitem (ausência do lar durante longas horas, habitações exíguas que não permitem distância física entre filhos e televisor), nem a emergência de permanentes tensões pais/filhos a propósito da TV é compaginável com uma saudável prática educacional, isto para lá da

muito provável impreparação dos pais para exercerem essa difícil função. Ao contrário do que por vezes parece supor-se, os pais não têm formação para educadores.

Estes quatro pontos estão longe de esgotar a questão, como bem se entenderá. Mas o espaço e a paciência do leitor são limitados, além de quem é preciso fazer uma breve alusão à anunciada intervenção do Governo, através do ministro Marques Mendes, sobre esta matéria. É que o Governo não precisa de se dar ao trabalho de legislar ou de tentar dar nas vistas propondo-se como agenciador de entendimentos consensuais entre as emisoras: a suposta necessidade de intervenção legislativa nesta matéria é como que a aposição de uma vírgula mais num texto já suficientemente pontuado. O que é necessário, isso sim, é que ele faça cumprir a legislação já existente, cuidado a que aliás já se devia ter aplicado há muito tempo. A observância da Lei 58/90, que nem sequer data do «abominável» PREC, só por si resolveria toda a questão tão arduamente debatida, e tudo o que finja ignorar este dado fundamental é hipocrisia, se não a recidiva de tentações censórias a que este Governo, coitado, é muito afeito.



cilmente suportáveis por quem tenha discorrido um pouco sobre ele com honestidade e lucidez mínimas. Significa isto que está em circulação material bastante para que aqui alinhemos algumas razões a propósito.

Ao contrário do que poderia supor quem porventura só agora tivesse notado a polémica em curso, o problema da violência na TV é velho de muitos anos, e não decerto por acaso: é que sempre a Televisão cedeu, com maior ou menor evidência, à tentação de utilizar a brutalidade como espectáculo capaz de atrair atenções, notoriedade, audiências. Também os textos críticos que colocam a TV na situação de suspeita de incentivar tendências violentas na vida real são antigas, sendo que os primeiros deles foram subscritos por sociólogos norte-americanos e não por jornalistas portugueses apostados em atrapalhar o apregoado, embora duvidoso, êxito comercial do também Balsemão/Rangel. Para não recuarmos demasiado no tempo, porém, lembremos apenas que há pouco mais de um ano se realizou em Lisboa, no Forum Picoas, ao longo de três dias, um colóquio internacional acerca de «A Violência nos Meios de Comunicação Social», com inevitável destaque para os aspectos relacionados com a TV. Nele participaram, entre outros,

talhões e violentos que acabam por levar a melhor»; «A mensagem veiculada para as crianças é clara: este é um mundo em que é necessário lutar e vencer, para isso todos os meios violentos são bons.»

Quatro pontos entre muitos

Um recente programa de Rádio mostrou, embora mediante amostragem discutível constituída pelos telefonemas dos ouvintes, que existe um amplo consenso na opinião pública que se exprime por algum alarme provocado pela violência na TV e pela condenação dessa presença. Não obstante, a Comunicação Social acolhe maioritariamente a intervenção dos que tentam inocentar a(s) TV(s). Os argumentos usados por eles são péssimos, por mistificadores e eventualmente desonestos, mas quem os utiliza repetidamente parece reconhecer razão à técnica preconizada pelo velho Goebbels quanto à eficácia da repetição de imposturas. Por isso mesmo, vale a pena fazer aqui um breve arrolamento dos argumentos falsíssimos invocados por tal gente, adicionando-lhes a conveniente desmontagem.

de FOICE

Sai uma bica!

Pois é como lhes digo: não há nada melhor do que passar as manhãs de domingo no café. Pelo preço módico de uma 'bica' - esta do módico só um mês depois dos tradicionais aumentos anuais do cafezinho, quando uma pessoa se habitua e deixa de protestar - ou, na pior das hipóteses, de uma torradinha ou de um 'croissant' quando na véspera as criancinhas têm urgências de ceia, pelo preço de uma 'bica', dizia, escapa-se ao sentimento de culpa das domesticidades por fazer, lêem-se de borla os escândalos do inevitável Correio da Manhã, actualizam-se as fofocas do bairro, espreitam-se as 'gordás' do semanário do cliente da mesa do lado, ouvem-se as mais fabulosas e imaginativas soluções para os problemas do país e do mundo, discutem-se as táticas que hão-de levar a selecção aos quartos de final, diz-se mal dos árbitros, das mulheres-a-dias, dos patrões, dos filhos, dos políticos em geral e dos nacionais em particular, com pachorra até se fazem as palavras cruzadas e com sorte chega-se mesmo a descobrir a malfadada freguesia do concelho de Oliveira de Azeméis ou a ilha da Polinésia que de costume nos faz deixar quadradinhos em branco.

Os domingos no café são um descanso e uma fonte inesgotável de cultura. O melhor remédio para o 'stress' e para a ignorância, digo-vos eu. Para já não falar no saudável convívio e livre troca de opiniões que permite, factores fundamentais para a formação da opinião pública, como vem nos livros e a gente acredita.

O sucesso das manhãs de domingo no café depende, manda a verdade que se diga, de pessoas como o senhor Damásio, cliente de longa data com direito a mesa reservada e tudo, conhecido pelo frio que lhe dá na alma quando os ponteiros do relógio se aproximam das onze, motivo necessário e suficiente para que levante o dedo a indicar ter chegado o momento do bagacinho da praxe.

O senhor Damásio, que de comum com o seu homónimo do futebol só tem o nome e o gel com que segura à cabeça os raros cabelos que lhe restam, é uma pessoa generosa e culta, sempre pronta a partilhar com os outros os conhecimentos adquiridos nos jornais. Um domingo destes, depois de ter lido em voz alta as declarações, comentários, explicações, críticas e conclusões dos homens dos clubes, da Liga, e de um sem-número de políticos e jornalistas encartados sobre a momentosa questão das dívidas ao fisco, o senhor Damásio - que não gosta de futebol mas se interessa muito por finanças - lançou-se numa longa explanação sobre a justeza de fazer entender ao Governo de uma vez por todas que esta coisa dos impostos tem que se lhe diga, que o mundo dos negócios não é o-da-joana e que pagar sim, talvez, mas devagar.

Anos e anos mergulhado no mundo dos jornais forneceram-lhe argumentos, referências, precedentes, exemplos até mais não, que a sua memória de elefante não hesitou em trazer à liça. Devo confessar, com muita mágoa, que não ouvi a explanação do senhor Damásio até ao fim. Afazeres que nem as manhãs de domingo dispensam. Mas quando saí do café, a cara do senhor Francisco abria-se num sorriso como há muito tempo lhe não via, atormentado que anda com as contas do café a que nem o aumento das 'bicas' dá solução.

"Homem, tirou... um peso de cima", ainda o ouvi dizer enquanto levava ao senhor Damásio mais um cobertor para a alma. Quando saí, estavam os dois atarefados num rascunho de carta, não sei se para as Finanças, se para o Governo, se para o outro Damásio em tão boa hora aparecido.

No domingo, hei-de saber as novidades.

■ AF

Greve por tempo indeterminado na Caixa Geral de Depósitos de Paris

O pessoal da sucursal de Paris da Caixa Geral de Depósitos está em greve, por tempo indeterminado, há oito dias, exigindo a abertura do diálogo recusado pela Direcção. Na terça-feira, os trabalhadores deslocaram-se à embaixada de Portugal em França, encontrando-se com o embaixador a quem explicaram as razões da sua luta e solicitaram a intervenção do Governo português junto da administração da CGD em Lisboa, de forma a desbloquear a situação.

O encontro da delegação representativa dos trabalhadores com o embaixador durou cerca de uma hora e os grevistas, portugueses e franceses, mantiveram-se durante esse tempo concentrados frente à embaixada.

Os motivos desta luta prendem-se com motivos salariais e regalias diversificadas mas também diz respeito a matérias como a aplica-

ção de sanções abusivas sobre trabalhadores, falta de cumprimento por parte da administração de acordos anteriores e incumprimento de diversas normas das leis laborais.

A adesão a esta greve tem sido maciça nas oito agências que constituem esta sucursal, fazendo com que, por exemplo, os prejuízos contabilizados num único dia de paralisação sejam superiores a um milhão de francos.

Entretanto, os representantes dos trabalhadores acusam alguns quadros superiores da empresa de utilizarem o insulto verbal e a provocação física até contra clientes portugueses que se têm manifestado solidários com a luta destes bancários.

Por outro lado, em nova tentativa de intimidação, a Direcção da CGD chamou um Oficial de Diligências francês para tentar fazer comparecer em tribunal os trabalhadores que ocupavam as instalações, o que não aconteceu.

PCP questiona Governo

Aconteceu sim foi uma caricata situação de distribuição das notificações que o Oficial de Diligên-

cias, onde constavam os nomes e moradas de alguns dos grevistas, por pessoas que passavam na rua, perpetrada por um dos quadros superiores da empresa. Apesar de o acto - que é uma violação da lei - ter sido testemunhado por muitas pessoas, a verdade é que a Direcção do banco diz que ele foi cometido pelo... Oficial de Diligências!

Na segunda-feira, a Direcção aceitou finalmente receber representantes dos trabalhadores mas disse-lhes que não aceitava negociar sob a pressão da greve, o que leva os bancários a perguntar quando é que essa negociação se realiza, uma vez que antes da greve realizaram-se muitas reuniões entre pessoal e Direcção, sem que daí resultasse nada de concreto.

Entretanto, em Lisboa, o deputado comunista Miguel Urbano Rodrigues entregou terça-feira um requerimento na Assembleia da República onde pergunta ao Governo se a recusa da Administração da CGD em Paris de negociar resulta de uma decisão governamental e quais as medidas prevê o Governo tomar, com vista a uma solução "que respeite os legítimos direitos dos trabalhadores e evite ao país a continuação da perda de milhões de contos".

Decisão sobre Torralta novamente adiada

A assembleia de credores da Torralta, marcada para terça-feira no tribunal de Grândola, foi adiada para 29 de Novembro, por decisão da nova juíza encarregue do processo.

Trata-se do quarto adiamento consecutivo da assembleia que deverá decidir uma eventual viabilização ou declaração de falência da empresa.

A nova juíza, Anabela Simões, alegou necessidade de mais tempo para estudar o processo, que só na semana passada lhe chegou às mãos.

A assembleia não se chegou a iniciar, o que motivou os protestos dos trabalhadores presentes no tribunal para assistir à sessão.

A comissão de trabalhadores considera que este adiamento "prejudica a empresa e diminui as possibilidades de viabilização" e acusa o Estado, o principal credor da empresa, de "não ter coragem nem vontade política para viabilizar a Torralta".

Os trabalhadores cortaram, durante cerca de 10 minutos, o trânsito no Itinerário Principal (IP) 1, em protesto pelo adiamento da assembleia de credores da empresa.

«Verdes» satisfeitos no aeroporto de Faro

A deputada do Partido Ecológico "Os Verdes" manifestou-se satisfeita com o facto de ter sido fiscalizado o lançamento de resíduos tóxicos na ribeira das Almas pelo aeroporto de Faro.

"O essencial é que a fiscalização não se fazia e foi preciso nós denunciarmos a situação para que isso acontecesse", referiu, terça-feira, à agência lusa, Isabel Castro.

A deputada lamentou ainda o facto de tanto o responsável das Relações Públicas da ANA-Aeroportos e Navegação Aérea, como o Director do Aeroporto de Faro "terem comentado com grande simplismo a denúncia feita, procurando desvalorizar a situação".

"Isso só demonstra que, normalmente, não são alvo de fiscalizações, nem gostam de ser incomodados", acrescentou.

Depois de um requerimento dos "Verdes" apresentado na

Assembleia da República, pedido esclarecimentos ao Governo sobre o assunto, a Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Algarve, concedeu um prazo de 90 dias para que a administração do aeroporto de Faro resolva o problema da drenagem das suas águas pluviais.

Os efluentes líquidos do aeroporto de Faro são lançados, sem tratamento, para a ribeira do Vale das Almas, com ligação directa à zona natural da Ria Formosa.

As análises às águas do aeroporto permitem concluir que contêm elementos tóxicos "sendo de todo inaceitável o seu lançamento na linha de água, tendo em conta a existência, a jusante, de uma área considerável de viveiros de bivalves e de peixe", segundo se afirma num relatório divulgado pela agência Lusa.

Debate com o País

para uma nova política

O Debate com o País para uma Nova Política, promovido pelo Partido Comunista Português, continua a somar iniciativas diversificadas e a concitar o interesse de numerosos participantes, estando programadas várias sessões nos próximos dias (ver Agenda).

Ontem mesmo, já após o fecho da nossa edição, o tema «Nova Política para o Ensino Superior» era objecto de um debate na Casa Amarela da Assembleia da República. Da iniciativa de várias estruturas do PCP — Área da Educação, Ciência e Tecnologia; Grupo Parlamentar e Direcção da Organização Regional de Lisboa — o debate, que referiremos mais aprofundadamente no próximo número, desenrolou-se em torno de um painel convidado, constituído por Cunha Serra, Edgar Correia, João Chambel, José Mariano Gago, Maria Helena Mira Mateus, Rui Namorado Rosa, Sousa Lopes e Teresa Almeida.

Na próxima terça-feira, dia 22, e também na Casa Amarela, novo debate, desta vez sobre a Educação Pré-Escolar. O painel convidado integrará Ana Oliveira, António Lacerda, Graça Vilhena, Manuela Machado, Paulo Rodrigues, Rogério Fernandes, Rosalina Gomes Almeida e Salvado Sampaio. Está prevista a participação do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

